Diário de Lisboa

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

ANO 55.º / 18979 4$00

SEGUNDA-FEIRA 16 FEVEREIRO 1976

DL DA GOVERNAÇÃO SECRETA

Diz-se: «o segredo é a alma do negócio». Mas o princípio, válido para os «negócios particulares», carece de validade no que aos «negócios públicos» se refere.

Era possível praticar uma política de segredo dos «negócios públicos» no período salazarista, mas não é admissível que, na fase que vivemos de transformação da vida nacional, o segredo dos «negócios públicos» seja pratica do como vem sendo, com as incontestáveis consequências de desorientação e de desmobilização da opinião pública.

Os problemas de Angola, de Moçambique e de Timor, os problemas da «energia eléctrica» e dos «auxílios estrangeiros», os problemas políticos e político-militares chegam ao conhecimento dos portugueses à revelia das «declarações oficiais» e das «notas oficiosas», e muito mais ainda das frias e singularmente discretas «informações» do porta-voz do Conselho da Revolução. De novo os portugueses mais curiosos, ou politicamente menos adormecidos, recorrem às emissoras estrangeiras e à Imprensa de outros países. De novo o «boato» se converte em instituição nacional.

As lacunas de uma política de Informação radicam-se em problemas mais graves: numa certa inibição para o contacto com a opinião pública; num arreigado hábito de sigilo operacional que é perigoso transferir do plano militar para o plano político; numa vocação dos partidos políticos para a manobra que os impede de claramente se definirem em cada situação concreta.

Já houve tempo e ocasião para verificar que os partidos políticos não são dóceis «correios de transmissão» do actual Poder político-militar, de sua natureza compósito e contraditório nos próprios termos de uma coexistência governativa que se furta ao código de uma coligação de Governo. Já se verificou que os partidos políticos não preparam a opinião pública, mesmo a que corresponde virtualmente aos respectivos sectores, para compreender

Continua na pág. 20

AMANHÃ EM CONSELHO DE MINISTROS

RECONHECIMENTO DA R.P. DE ANGOLA?

O problema do reconhecimento da R. P. de Angola pelo Governo português poderá resolver-se na sessão do Conselho de Ministros, de amanhã, cuja importância decisiva parece ser acentuada por notícias postas a circular esta manhã quanto à possibilidade de o próprio Presidente da República comparecer à reunião.

O debate da questão angolana surge na sequência da análise do problema feita na última reunião do C.R., convocada expressamente pelo Presidente da República.

Significativo é também o encontro de duas horas havido no sábado entre o general Costa Gomes e o líder do partido socialista, Mário Soares, conhecido que é o papel que este partido tem desempenhado na oposição ao reconhecimento do Governo do M.P.L.A., papel com importantes reflexos na imagem internacional do nosso país quanto àquela questão (ver «Tome Nota», pág. 20).

Internamente, centenas de milhares de portugueses têm manifestado o seu apoio ao reconhecimento da R. P. de Angola, nomeadamente através de moções enviadas ao C. R. e ao Governo por pelo menos 84 comissões de trabalhadores e moradores e por centenas de individualidades de relevo, além das posições assumidas pelos partidos de esquerda.

Continua na pág. 20

Musseque de Luanda: uma trágica herança do colonialismo português. Aqui se organizou o Poder Popular, cuja força se expandiu por todo o território, agora em vésperas da libertação total

Pescadores na defesa do consumidor

Em reunião realizada no Sindicato Livre dos Pescadores com a presença dos delegados da Federação dos Sindicatos do Mar, do Sindicato Livre dos Pescadores e Comissão de Trabalhadores, foi adoptada a medida de não se vender peixe congelado em forma de leilão, mas sim dentro de um processo de requisição de todos os interessados, incluindo Comissões de Trabalhadores e Moradores e Cooperativas de Consumo, requisição essa entregue vinte e quatro horas antes na Docapesca.

Foi igualmente decidido que o preço do peixe congelado será o da tabela exarada em Decreto-Lei (n.º 79/76 de 27 de Janeiro), acrescido de uma taxa que será a necessária para pagar tarefas de manipulação do pescado. Por outro lado a margem de comercialização do peixe descongelado (será de 30 por cento para compradores até 100 quilogramas e de 20 por cento para compradores de maior quantidade».

No que se refere às requisições do peixe congelado foi decidido que «nestas requisições será feito um rasteio das espécies menos conhecidas, devendo cada requisitante comprar uma percentagem destas espécies que será de 15 por cento». Na referida reunião aprovou-se igualmente a divulgação destas medidas para que «o público em geral seja informado do peixe durante este período e da razão da alteração das tabelas já aprovadas».

Inserem-se tais decisões na vontade dos trabalhadores ligados ao sector da Pesca em proteger e esclarecer o consumidor, cujos interesses são ameaçados pela especulação que se tem vindo a desenvolver à volta do preço e da qualidade do peixe. Esta especulação tem como ponto de partida os intermediários e tem por fim «matar» a tabela, exarada no decreto-lei de 27 de Janeiro último, que veio disciplinar um mercado voltado unicamente para o lucro, sem que os interesses do público fossem salvaguardados.

Os intermediários querem matar a tabela — disse-nos um trabalhador da Docapesca

20 PÁGINAS

Cuba e Angola tópicos das conversações de Kissinger na América Latina

WASHINGTON, 16 (R) — O secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, parte hoje, por volta das 18 horas, para uma missão de nove dias que espera o ajude a convencer os latino-americanos de que os Estados Unidos estão realmente interessados no seu continente.

A sua visita a seis países das Américas do Sul e Central — a primeira deslocação em grande escala que efectua a essas regiões desde que se tornou secretário de Estado, em 1973 — fora planeada originalmente para esta altura, no ano passado, mas teve de ser cancelada devido aos acontecimentos no Vietname do Sul.

Além de procurar melhorar as relações económicas e comerciais, que os Estados Unidos se mostram ansiosos de fomentar, um dos tópicos principais das conversações de Kissinger será certamente a ingerência de Cuba em Angola.

A organização de Estados Americanos levantou em 1975 o boicote que impusera a Cuba, há 13 anos, e os Estados Unidos começaram a encarar medidas para normalizar as relações com o Governo de Fidel Castro.

Contudo, esse processo parou quando Cuba começou a enviar tropas para ajudar o M. P. L. A em Angola.

Nacional

Política de A a Z

A DISSIDÊNCIA TOMOU FORMA PARTIDÁRIA

Não sabemos se virá a ser um documento histórico aquele que reza assim: «Reunidos em Gondomar (Porto), em 7 de Fevereiro de 1976, os militantes sociais-democratas dissidentes do P. P. D. constatando a impossibilidade actual de este partido voltar a ser um partido de prática social-democrática, resolveram, quanto a eles, tirar as consequências políticas da sua atitude, organizando-se autonomamente para prosseguirem a sua luta.»

Estava criado o Movimento Social-Democrata que encorporaria a grande maioria dos dissidentes do P. P. D., marcando assim, não só uma continuidade de militância política, como uma nítida intenção de se demarcarem da direcção Sá Carneiro e de se não deixarem atrair pelo P. S. Mas resistirem à força da atracção do P. S. é uma coisa, virem a ser, politicamente, satelitizados pelo P. S. é outra. Esse perigo existe. E um dos problemas sérios do jovem Movimento Social-Democrata é o de subtrarir-se à sorte do M. D. P.-C. D. E. que não conseguiu criar perante a opinião pública portuguesa uma imagem de marca verdadeiramente autónoma.

A DISSIDÊNCIA DO P. P. D. NO ACTUAL «ESPAÇO POLÍTICO»

O secretário-geral do P. P. D., dr. Francisco Sá Carneiro, como é compreensível, tem procurado reduzir o significado político e o alcance no plano organizativo da «dissidência». Mas uma análise, embora não muito profunda da questão, conduz à conclusão de que a «dissidência» não é redutível a uma competição pessoal entre Sá Carneiro e Emídio Guerreiro. O discurso deste em São Bento, apesar dos aplausos quentes do grupo socialista, é frágil. Abundante em insinuações, é mais uma defesa do que um ataque. Deixa em aberto a suposição de ligações pouco claras de Francisco Sá Carneiro com uma conspiração de «direita», mas nenhuma prova cabal foi revelada aos constituintes curiosos.

Tudo leva a crer que a «dissidência» venha a perder volume parlamentar, mas nem por isso deixará de ser incómoda e de vir a constituir um elemento de desgaste do P. P. D. se os «sociais-democratas» do novo M. S. D. souberem furtar-se à atracção dos «sociais-democratas» e dos «sociais-marxistas» do P. S.

A perspectiva de os elementos mais destacados do M. S. D. virem a ser incluídos, como candidatos às eleições legislativas, nas listas do P. S., não parece ser a mais favorável quer para os «dissidentes», quer para o próprio P. S. Há toda a vantagem em que a «dissidência» crie o seu próprio «espaço político», como «dissidência», isto é: no eleitorado do P. P. D., na área política do P. P. D.

UM LUGAR À ESQUERDA DO P. P. D.

O novo Movimento Social-Democrata, condenando a orientação imposta do partido ou simbolizada por Sá Carneiro, propõe-se vir a ser, como prática política, uma contribuição «ao lado de outras forças reconhecidamente democráticas para a estabilização e dinamização da vida política portuguesa, com nítida demarcação das forças da direita independentemente da linguagem que utilizem, impedindo a tomada de Poder por toda e qualquer força antidemocrática e totalitária».

Consequentemente, a comissão condenadora do Movimento Social-Democrata que tem uma composição que lhe assegura já uma relativa representatividade nacional, envida esforços para organizar, a curto prazo, um «encontro social-democrata para o socialismo». Se esta iniciativa for convocada de êxito, o P. P. D. ficará reduzido a uma posição de centro-direita. A autonomização de uma corrente à esquerda do P. P. D. não implica que, forçosamente, a dita corrente se encontre à direita do P. S. Não é de excluir a possibilidade de que alguns elementos do M. S. D. se encontrem à esquerda, em certas regiões do País, da direita do P. S.

DAS PESSOAS E DOS OBJECTIVOS

Não aderiram à «dissidência», na sua forma organizativa de M. S. D., até sábado passado, alguns dos mais conhecidos elementos que contestam o secretário-geral do P. P. D. Nem Carlos Macedo, antigo secretário-de-Estado da Saúde, nem José Sá Borges, que foi ministro dos Assuntos Sociais, nem Emídio Guerreiro que exerceu as funções de secretário-geral do P. P. D. na ausência de Sá Carneiro, manifestaram, expressamente, a sua adesão ao Movimento Social-Democrata. E o mesmo se poderá dizer de membros da direcção nacional do P. P. D. que se afastaram, com declaração pública de censura a Sá Carneiro, como Alexandre Betencourt, ou discretamente, como Júlio Castro Caldas. Não é claro que todos eles estejam de acordo com a «dissidência». Mas é evidente que todos eles consideram que os objectivos do P. P. D. estão comprometidos com uma viragem à «direita». Para os «dissidentes» do P. P. D., quer se inclinem para uma actuação no quadro de um autónomo M. S. D., quer se mostrem receptivos às sereias socialistas, quer se distanciem da actividade política, um ponto comum subsiste: a condenação de Sá Carneiro como «homem da direita».

CUNHAL EM CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

P.S. não poderá governar sozinho

«A alternativa que se coloca é entre uma maioria e um Governo reaccionário e uma maioria e um Governo de esquerda», afirmou Álvaro Cunhal, durante a conferência de Imprensa, de sábado passado, ao referir-se às próximas eleições para a Assembleia Legislativa. Sublinhando que «nenhum partido, só por si, está em condições de obter a maioria da Assembleia Legislativa», o secretário-geral do P. C. P. afirmou que «a defesa e a construção da democracia exigem que, nas próximas eleições, sejam combatidos e derrotados os partidos que visam a liquidação das liberdades e as conquistas da Revolução e a instauração de uma nova ditadura e se torne possível a criação de uma maioria de esquerda na Assembleia Legislativa e a criação de um Governo de esquerda».

Álvaro Cunhal, que abordou apenas a questão das eleições, afirmaria a propósito, que «uma vitória eventual do C. D. S., P. P. D., P. P. M. e P. D. C. traria, não um regime democrático, mas destruição das liberdades, a feroz exploração da classe operária e de todos os trabalhadores, a ruína completa dos pequenos agricultores, comerciantes e industriais: a recuperação dos grandes capitalistas e dos grandes agrários que, aliados ou submetidos ao imperialismo estrangeiro, se tornariam de novo, como no tempo do fascismo, os senhores do poder económico e político».

PELA CONTINUAÇÃO DO M. F. A.

O dirigente comunista, que estava acompanhado de António Gervásio, Pires Jorge e Aurélio Santos, divulgou, no início da conferência, os resultados da reunião do Comité Central onde foram examinados «os problemas relativos à elaboração e entrada em vigor da Constituição e as eleições para a Assembleia Legislativa».

Segundo Álvaro Cunhal, o C. C. do P. C. P. pronunciou-se pela rápida conclusão da elaboração da Constituição e a sua entrada em vigor, a fim de institucionalizar o novo regime democrático», e mantém a opinião de que «a luta contra a ameaça fascista, a defesa das liberdades e a construção de uma democracia, continuam a tornar necessária a intervenção na vida política do M. F. A. e do Conselho da Revolução como garantia da Revolução democrática portuguesa».

Nas conclusões da reunião criticam-se ainda os propósitos «das forças da direita reaccionária (designadamente o C. D. S. e o P. P. D.)», que pretendem «o regresso dos militares aos quartéis», visando a liquidação do espírito do 25 de Abril nas Forças Armadas, e são denunciados os objectivos desses partidos em «provocar alterações antidemocráticas na Constituição, exigindo por um lado e por outro poderes de revisão constitucional para a futura Assembleia Legislativa», ou procurando, ainda, precipitar a demissão do Presidente da República com a esperança de poder substituí-lo por um elemento reaccionário da sua confiança, que ponha em causa a Constituição».

ALIANÇAS

Depois de protestar pelo facto de terem sido formadas numerosas Comissões de Recenseamento sem consulta ou participação dos comunistas, e por terem sido designados na qualidade de técnicos, destacados membros do P. S. e do P. P. D. para a Comissão Nacional de Eleições e não ter sido designado nenhum membro do P.C.P., Álvaro Cunhal abordou a questão das alianças para as próximas eleições.

Afirmou que o seu partido «está naturalmente sempre disposto a trocar impressões com todos os sectores políticos dispostos a combater o fascismo, a defender as liberdades e a construir a democracia no nosso país». Sobre o M. D. P./C. D. E. disse esperar a decisão deste partido sobre a sua posição quanto às eleições para decidir qual a atitude do P. C. P.

Acerca do P. S., Álvaro Cunhal referiu a intenção dos dirigentes deste partido em formar «um Governo homogéneo, sem alianças à esquerda ou à direita», tendo manifestado dúvidas de que assim possa governar. À pergunta sobre se o P. C. P. apoiaria um Governo P. S., o dirigente comunista, referiu-se ao exemplo sueco (onde um Governo social-democrata governa com apoio dos votos comunistas) citado por um deputado do P. S., e frisou: «as condições existentes em Portugal são diferentes das que existem na Suécia e para evitar quaisquer equívocos desde já digo que essa situação não se repetirá em Portugal». Mais adiante diria que «na futura Assembleia Legislativa se alguma formação política pensar que os votos dos comunistas lhe são necessários, terá de discutir com os comunistas».

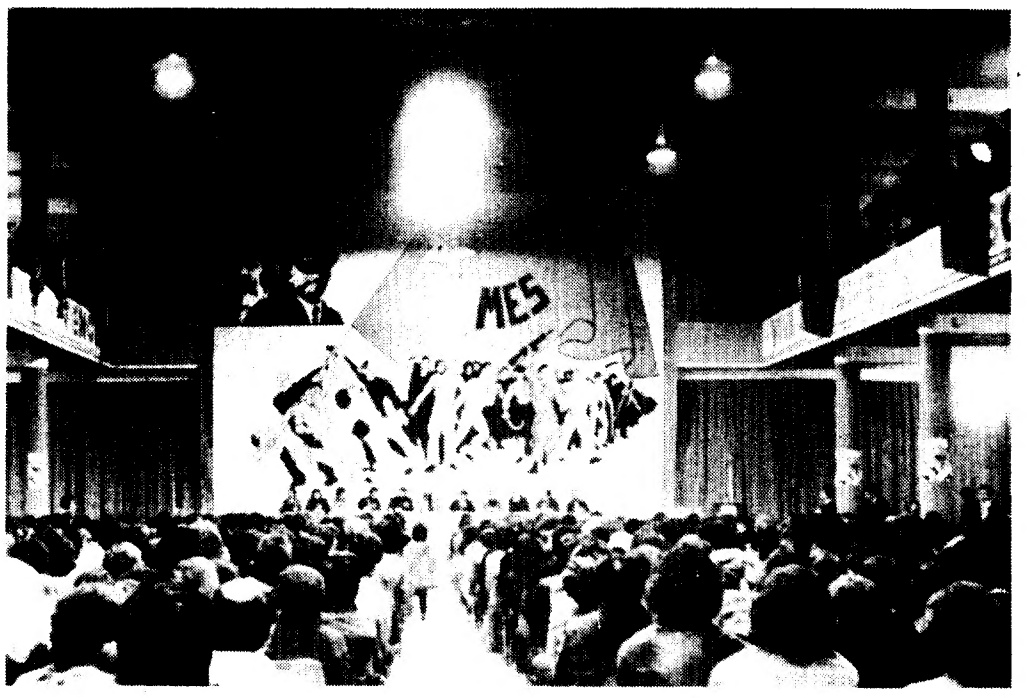
Programa mais rigoroso sai do Congresso do M.E.S.

«O M.E.S. sai do congresso com um programa que se orienta para a resposta a dar aos problemas fundamentais que se colocam perante o nosso povo» — disse Augusto Mateus ontem à noite pouco antes de ter início a última sessão do Congresso do Movimento de Esquerda Socialista que vinha a realizar-se desde sexta-feira à noite nas instalações da F.I.L. Segundo aquele dirigente, os principais problemas que se põem ao povo português são «a ameaça fascista que se organiza e avança» e «a ofensiva burguesa» que — disse — «visa destruir todas as conquistas populares e implantar um regime suficientemente autoritário para assegurar a exploração do povo trabalhador, com uma fachada democrática para conseguir os apoios junto do imperialismo, bem expressos na actual política do Governo da burguesia.»

Disse ainda Augusto Mateus: «Pensamos que o inimigo fundamental é o imperialismo norte-americano e as forças fascistas e fascizantes do nosso país. Contra esses inimigos estaremos com todas as forças que estiverem dispostas a combatê-lo.»

O Congresso do M.E.S. decidiu extinguir a Comissão Política Nacional pelo Comité Central. Não foram divulgados os nomes que integram o órgão directivo máximo do partido doravante. Augusto Mateus: «Ao contrário do que se anunciou, foram eleitos todos os que até agora têm sido porta-vozes do M.E.S. Também ao contrário do que algumas forças políticas preconizavam, foi feita uma correcta autocrítica no terreno revolucionário». Não se confirmou nem desmentiu o afastamento de José Dias.

Nos trabalhos participaram cerca de 300 delegados e mais de 1300 activistas. Do congresso saiu «uma nova concepção organizativa, que consagra o marxismo e os atributos essenciais do leninismo» — garantiu Augusto Mateus.



Sessão final do Congresso do M. E. S. no pavilhão principal da F. I. L.

Este dirigente expôs aos jornalistas as tarefas mais prementes na situação política actual: três tarefas — disse: «Organizar a resistência popular sob uma perspectiva que crie condições para que as massas populares se possam novamente lançar no único caminho para resolver os seus reais problemas, no caminho do poder popular e do socialismo; erguer uma frente de massas antifascistas e anticapitalista, que assente em dois princípios fundamentais: lutar pela unidade do movimento popular e lutar pela unidade dos revolucionários. Unidade que terá de ser feita na base ligada aos problemas concretos e às lutas concretas das massas trabalhadoras e, ainda, feita debaixo de uma perspectiva de classe, debaixo da hegemonia da classe operária; lutar pela construção do partido revolucionário da classe operária».

Alusão ao P.C.P.: «Pensamos que o P.C.P. baseia a sua acção numa linha revisionista que defende, para o nosso país, um programa incapaz de defender consequentemente os interesses dos trabalhadores e incapaz de se impôr consequentemente ao fascismo. «O M.E.S. — disse ainda o seu dirigente — «vai apontar a sua acção no sentido de ultrapassar a direcção política de massas que o P.C.P. ainda vem fazendo.»

Augusto Mateus salientou ainda a importância das eleições («terreno de luta que deve ser aproveitado pelos revolucionários», o «momento em que a unidade revolucionária se deve afirmar») e admitiu a possibilidade de uma frente eleitoral que englobe o M.E.S. e outras organizações de esquerda: «O M.E.S. encontra-se aberto a todos aqueles que revolucionariamente lutem contra a opressão a favor das massas trabalhadoras» — disse.

As únicas organizações políticas portuguesas convidadas a assistirem aos trabalhos do congresso foram a U.D.P., a F.S.P. e o P.R.P. Estiveram no entanto presentes numerosas delegações de organizações revolucionárias estrangeiras.

O M.E.S. promove hoje à noite na Voz do Operário uma sessão pública para divulgar em pormenor os resultados dos trabalhos.

post scriptum

«O meu dinheiro não fumas tu»

Ninguém hoje acredita que os Estados Unidos queiram a independência dos Açores, de Portugal, da Espanha, da Grécia, de Angola, etc. antes pretendem a dependência política e económica de todos os países submetido à sua nefasta influência — nova maneira de colonizar.

A constituição de empréstimos hipotecários a uma família ou a um país, podem ser favoráveis, desde que bem aceites por toda a comunidade, com determinação firme da sua liquidação rápida desde que haja boa administração.

Os empréstimos, através do Banco de Portugal, já foram concedidos caucionados com ouro depositado, neste caso sem alteração da nossa independência.

Resta que o valor desse ouro seja bem aplicado, favorecendo a situação dos trabalhadores, pois o ouro amealhado a eles se deve.

Quanto aos empréstimos com outras garantias, ou usurários inspeccionarão e farão o seu jogo.

Lembro-me duma velha história a propósito: Um pequeno lavrador, na penúria, foi procurar um rico proprietário, que tinha fama de usurário. Apresentou-se a fumar, desbarretou-se, e pediu ao ricaço se lhe emprestava um conto de reis. A resposta foi: «Não tenho nada agora». E, para consigo: «O meu dinheiro não fumas tu».

Mário Rodrigues Antunes — Guerreiros

Quem vai pagar os sete milhões?

A notícia sobre a Companhia Mineira do Lobito que deve sete milhões deixou-me intrigado e sobretudo preocupado. Pois se (e a esse respeito juro estar bem informado) aquela companhia mineira teve como principal actividade durante a sua curta existência (cerca de seis anos) o saque desenfreado e desordenado do que de melhor e mais fácil de extrair continha o subsolo do Sul de Angola no que toca a minérios de Ferro?

Se os valores anuais de exportação para os mercados europeus e Japão eram da ordem de um milhão e duzentos mil contos (valores de 1974)?

Se a Companhia Mineira do Lobito, no dizer de Jeremias Chitunda, não estava efectivamente falida, tratando-se pelo contrário de uma empresa próspera e inteiramente virada para o futuro?

Como aparece agora uma conta de sete milhões de contos para o povo português pagar?

O sr. ministro das Finanças deverá explicar tudo melhor ao «Zé pagante». Não será possível discriminar tudo por parcelas?

Por minha parte já me dou por satisfeito se alguém me responder a estas duas perguntas:

Nesse número — sete — estão incluídos os largos milhões de escudos que custou o avião particular (turbo-hélice) do administrador da Mineira sediado em Luanda, generosamente oferecido por aquele senhor ao «presidente» e «irmão» Holden Roberto?

Onde se encontram actualmente os principais responsáveis técnico-directivos por tamanho «buraco»? No Brasil? Em Custóias?

Grande «mina» aquela! Buraco aberto nas areias de Cassinga, tapá-lo é questão técnica de terceira ordem. Provavelmente com mais um escudo em maço de cigarros ou quinze tostões em litro de gasolina...

Alberto Santos — Paço de Arcos

Um pai à saída da escola

Tenho uma filha a frequentar a Escola Preparatória de Francisco Arruda, e, através da Comissão de Pais e Encarregados de Educação tomara conhecimento da existência de uns jovens que intimidavam os alunos à saída, a quem tentavam extorquir objectos, ou dinheiro, atraves da ameaça de navalhas.

Hoje mesmo, por que minha filha me pedisse para, à hora do almoço, a aliviar do excesso de utensílios, desnecessários para de tarde, dirigi-me à escola, por volta das 12 e 30 e aguardei, à porta, a chegada da pequena.

E que vi eu?!

Meia dúzia de rapazinhos chegarem juntos e logo se distribuiram e se colocaram distanciados. Ao que ficou defronte do meu carro notei-lhe, na mão, o que reconheci ser um canivete!

Saí do carro, e, embora nada dissesse, logo todos eles começaram a debandar.

Agora, pergunto?

Se eu não saísse do carro, se tivesse assistido a um assalto (ensaiado por crianças mas homens amanhã — futuros marginais) e, ao reagir, viesse a agredir um deles, com consequências que são sempre incógnitas, perante as situações, eu estaria a proceder correctamente?

Serei eu próprio a impôr a lei, quando existe, na estrutura da nossa sociedade, um orgao com essas atribuições? Infelizmente nem ali, nem nos arredores, encontrei qualquer autoridade.

No mesmo dia, de tarde, na Baixa, algumas dezenas de polícias aguardavam, preventivamente, o que pudesse resultar duma greve, no comércio.

No entanto, de manhã, na Escola Francisco Arruda, por volta das 12 e 30, só um guarda fazia geito!

Como será o nosso amanhã?

J. F. C. — Lisboa

ALGUMA COISA MUDA NO CHILE

SEMANÁRIO DE SANTIAGO FAZ CRÍTICAS À JUNTA

RAMÓN ABARCA

SANTIAGO DO CHILE (I.P.S.) — Despertou interesse na opinião pública nacional a publicação no semanário «Que Passa», desta capital, de uma série de seis artigos, focando a realidade chilena e os seus principais problemas. A situação económica, a política externa, a Imprensa, as Universidades, a Igreja, os direitos humanos e a política interna — são analisados «sob um ponto de vista crítico e construtivo», segundo explica a introdução dos ditos comentários.

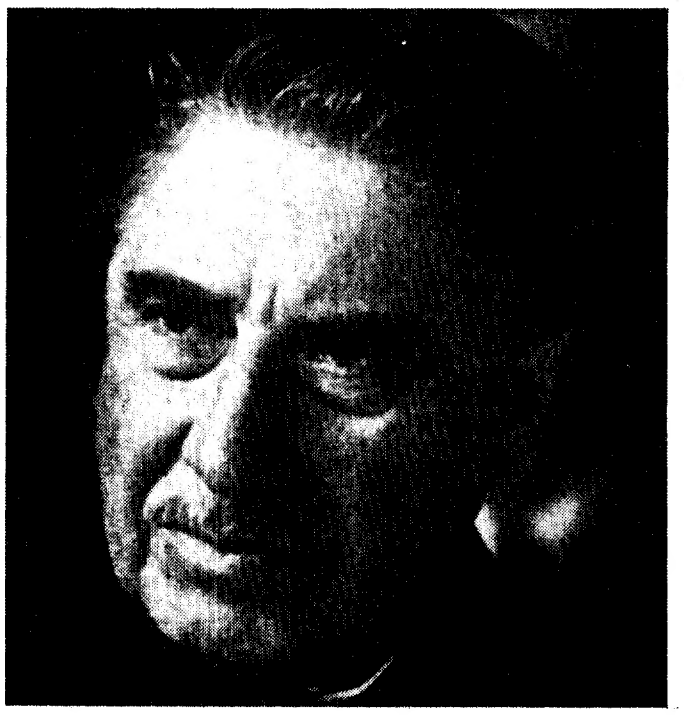
Adverte o semanário que estas opiniões devem «ser lidas dentro do espírito com que se escreve o «Qué Pasa», um espírito de colaboração com o regime militar e com um Governo que julgamos o nosso» — esclarece. O semanário assinala que um dos pontos mais fracos do Governo militar tem sido até agora a formulação e condução da política internacional.

«Ao fim de dois anos o panorama externo é desolador, pois à animosidade dos países socialistas dependentes de Moscovo juntou-se a da Europa Ocidental e, em medida progressiva, a dos Estados Unidos. Salvo excepções, a situação do Chile na América Latina também não é positiva» — especifica o comentário.

Acrescenta que as consequências que derivam deste processo de deterioração externa são da maior gravidade para o Chile. Reconhece que a pressão política dos Governos estrangeiros tem «aumentado de forma visível» e que a pressão económica «também é manifesta».

«O conjunto de medidas que têm sido tomadas nestes domínios» — diz ainda — «é claramente indicativo de que o Chile está perto de ser isolado, o que não só traria repercussões adversas às perspectivas económicas como também à própria estabilidade institucional do país.»

Pela primeira vez uma publicação afecta ao Governo militar assinala que a situação deteriorante da imagem do Chile no exterior não só se deve à campanha marxista internacional como também a políticas internas que se repercutem gravemente no âmbito internacional, particularmente no que respeita aos direitos humanos, relações com a Igreja, relações políticas, política universitária, liberdade de expressão e outros». Só quando estas medidas forem matéria de revisão e correcção poderá sanar-se o panorama das relações internacionais no plano político e no plano económico — refere o semanário. Face à difícil situação económica que o país vive, aponta como principal objecção ao actual modelo económico o seu «custo-social». Destaca a alta do custo de vida, a progressiva perda do poder de compra dos trabalhadores e a persistente inflação.



Lentamente, alguma coisa está a mudar no Chile de Pinochet

«Chegou-se a um ponto na actual conjuntua» — diz, «Que Pasa» — «em que parece conveniente que os responsáveis do sector económico mudem a sua atitude perante a opinião pública e tenham com ela um contacto mais expedito e efectivo». Por outro lado — acrescenta — o país está «longe de ter cumprido uma tarefa com êxito; no âmbito da descentralização o Chile é hoje em dia um país mais centralizado do que foi em qualquer outro período da sua História até 1970». Revelam-se inaceitáveis «tanto a extensão do sector público como o da burocracia que o compõe e trava» — diz o comentário.

Sobre a situação da Imprensa, «Qué Pasa» afirma ser necessária uma completa reforma de todo o regime vigente relacionado com os meios de Comunicação Social e não só do Decreto-Lei n.º 1181, que afecta a liberdade de expressão e que, na opinião do semanário, tem sido «justamente debatido»; diz-se por isso que as leis foram «muito mais além nas suas restrições à Imprensa do que o texto e o espírito da Constituição vigente». Por outro lado, «Qué Pasa», sugere que é urgente definir um conjunto de atribuições informativas relativas à política do Governo num só porta-voz de tal política e destaca a necessidade de respeitar os diferentes graus de informação e de análise da realidade nacional. Critica duramente aqueles que confundem uma política de autoridade com um controlo rígido da Informação e as restrições da mesma Informação.

«Muitas vezes o país impõe-se pelos telegramas das agências de Informação zelosamente guardados por algum funcionário precavido, que espera o instante privilegiado. A desinformação» — acrescenta o semanário — «por este meio é duplamente grave; impede-se a formação de uma consciência crítica interna e forma-se, por outro lado, uma atmosfera de suspeita em torno da autoridade, que retém informações de imprescindível conhecimento público».

Ao referir-se às relações entre o Governo militar e a Igreja

Continua na pág. 4

GRÉCIA

O "SIM" DA EUROPA

O «sim» franco e maciço que o Conselho da Comunidade disse no dia 9 à Grécia, é um «acontecimento histórico», declarou Caramanlis. É certo que a Comunidade não é pobre em tais acontecimentos. Histórico para a Grécia, que embarcou agora no navio europeu, o acontecimento é-o ainda mais para a Comunidade, cujo futuro orienta numa direcção imprevisível.

A Grécia, que desde 1962 está associada à Comunidade, apresentara o ano passado a sua candidatura como membro, por razões económicas e com alguns dissimulados pensamentos políticos: uma tal adesão fortaleceria a sua posição face à Turquia. Tal como o pretende o tratado, a Comissão deu a sua opinião: desfavorável a uma adesão rápida, ela pretendia impor à Grécia um período de «pré-adesão». Mas o Conselho da Comunidade decidiu passar adiante: a candidatura da Grécia foi declarada aceitável sem condições, tal como o desejavam Paris e Bona, entre outros.

A Grécia não terá pois período de experiência, assim como o não o tiveram a Grã-Bretanha, a Irlanda e a Dinamarca. Uma vez na Comunidade, beneficiará de períodos de adaptação. Alguns pensam decerto desforrar-se, fazendo com que as negociações do tratado de adesão se arrastem. Mas o exemplo do «alargamento» precedente mostra que quando há boa vontade política, as negociações, se não resolvem os problemas técnicos, conseguem afastá-los.

No momento em que o relatório Tindemans faz com que prossiga a discussão das reformas institucionais, não desagrada a vários governos, em especial, ao de Paris, pôr no seu lugar «técnico» um órgão de que as «supranacionais» sonham fazer o «Governo da Europa».

Para que a Grécia não se impacientasse, a Comissão avançava três argumentos: o seu atraso económico, a persistência do conflito com a Turquia e o perigo de «alargamentos» sucesssivos, demasiado rápidos para a Comunidade. O primeiro argumento não era inatacável: a Irlanda não tem um nível de vida superior à Grécia. O segundo irritou fortemente os governos: a Comissão ultrapassa o seu papel, dizem os mais descontentes, tomando posição acerca dos problemas internacionais que não lhe dizem respeito.

Resta o terceiro. A Comunidade foi fundada por seis Estados continentais. A adesão de mais três países já modificou a sua natureza. No entanto ninguém podia fazer objecções duradouras à entrada de países de níveis de vida tão próximos do nível de vida do Continente, como a Grã-Bretanha e a Dinamarca. Quanto à Irlanda, é impossível separar a sua sorte da da economia britânica. Mas, com a Grécia, vai ser dado um novo passo para a diversificação interna da Comunidade. Uma diversificação que, para um país mediterrânico como a França tornará impossível uma integração económica real, para não falar da integração política imaginada pelos «pais da Europa».

Se a porta está aberta à Grécia, a Cómunidade não poderá tê-la fechada quando a Turquia, Portugal, a Espanha uma vez democratizada, por sua vez, lá baterem. A conclusão é clara: ou a Europa se torna uma O. N. U. miniatura tão importante como a outra, ou será necessário um «directório» como pensa Giscard d'Estaing, ou uma Europa de «várias velocidades», opinião de Tindemans.

O Tratado de Roma pede que os seus signatários resolvam estabelecer uma «união sempre mais estreita» entre os Europeus. Os Nove acabam de decidir estabelecer uma união cada vez mais ampla.

© Le Monde

Geral

Pequenas e Médias Empresas

Cuidar da sobrevivência de sessenta por cento dos trabalhadores portugueses

As pequenas e médias empresas não são um mal necessário. Nos chamados países industrializados têm sido objecto de importantes medidas de protecção, como consequência do aparecimento de instrumentos e critérios de análise e medida do crescimento económico. Consideradas «manifestações anacrónicas de estruturas económicas do passado frente à racionalização das grandes empresas, pareciam destinadas a morrer. Resistiram, todavia, ao assalto das grandes unidades de produção. E uma avaliação mais correcta do seu índice de produtividade e do seu papel no desenvolvimento económico integral das populações, chamou a atenção dos responsáveis pela planificação económica e apareceram, nesses países, uma série de medidas para auxiliar a sua modernização e aproveitamento.

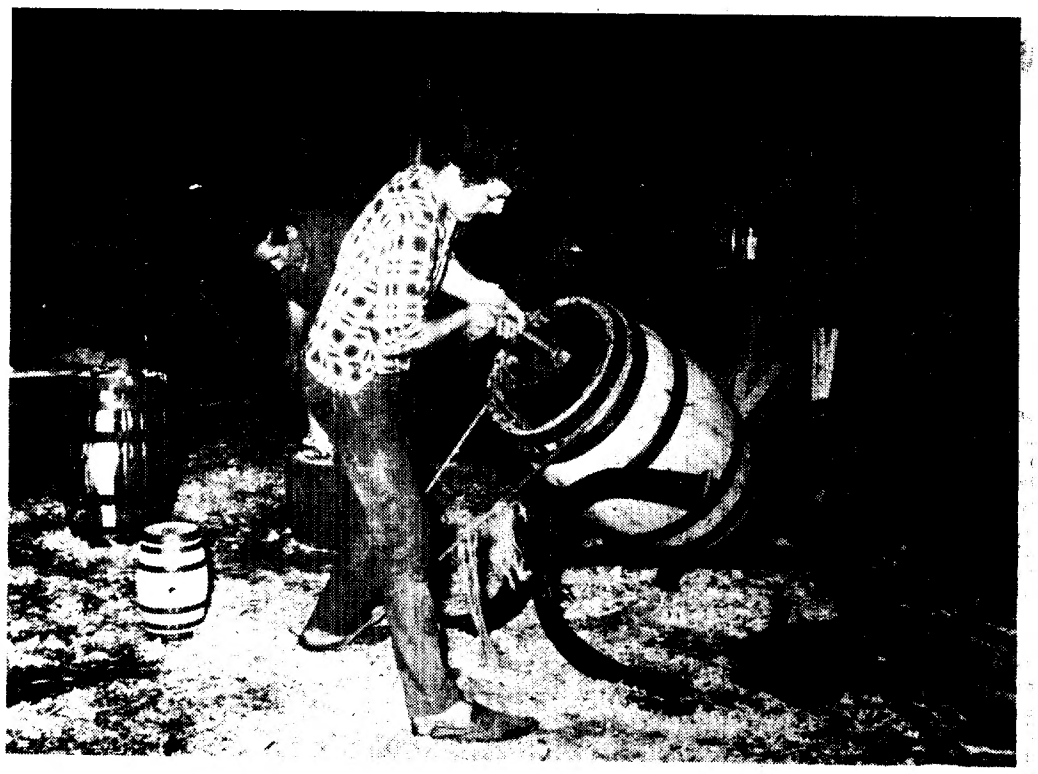
Em Portugal, a maior parte das empresas existentes (cerca de 92,7 por cento) tinha menos de 20 trabalhadores predominando em todos os sectores de produção e regiões. A maior parte vive numa fase artesanal ou pré-industrial, contribuindo proporcionalmente pouco para o rendimento nacional. Todavia, o seu rendimento não se pode medir apenas em termos de rentabilidade directa dependente da sua articulação com unidades de maiores dimensões. Deve avaliar-se, sim, tendo em conta todos os benefícios sociais.

Estas unidades de produção, cuja importância está suficientemente justificada pelo número de trabalhadores que ocupam (cerca de 60 por cento) e pela sua implantação geográfica que favorece o nível de rendimentos das populações rurais e satisfaz as suas necessidades de consumo com custos mais reduzidos, não foram ainda objecto de uma política global que defina a sua integração em relação às unidades de maior dimensão e crie instrumentos que favoreçam a sua reorganização, a sua produtividade e benefícios sociais. A actividade do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais (I. A. P. M. E. I.), sucessor da Comissão de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (C. A. P. M. E.), apesar de uma actuação meritória e eficaz, tem estado coarctada pela falta de meios económicos, de pessoal especializado e sujeita às indefinições políticas e económicas que tem caracterizado o período posterior ao 25 de Abril.

O I. A. P. M. E. I. divulgou um «plano de actividades para 1976» em que, além de apontar os condicionamentos da sua actividade, apresenta as áreas em que está prevista a sua intervenção e as acções planificadas para o próximo ano. Na sua actuação o Instituto conta com um quadro de técnicos especializados e a colaboração de consultores externos que actuam a partir de polos de apoio descentralizados geográficamente: delegações regionais do Porto, e Coimbra, núcleos do Algarve, Centro Interior, Açores e Madeira.

As acções a desenvolver pelo I. A. P. M. E. I. que prevêm assistência técnica e apoio financeiro, promoção de novos projectos de investimento, formação e informação, acompanhamento das acções desencadeadas e cooperação com outros organismos, irá desenvolver-se a nível da empresa, e no âmbito sectorial e regional.

A nível de empresa, na sequência das acções pontuais que tem vindo a desenvolver, o Instituto auxiliará as pequenas e médias empresas «a suprir as carências técnicas, (tecnológicas, de gestão, formação e organização), a resolver problemas de comercialização e de natureza financeira», além de outros.



Em Portugal cerca de 93 por cento das empresas tem menos de 20 trabalhadores

No **âmbito sectorial** estão previstos projectos de «cooperaçãoeassociação(fusões, concentrações, agrupamentos complementares de empresa, etc.) entre empresas do mesmo sector, bem como estudos e colaboração nas acções que visam a intervenção do sector público na reestruturação dos sectores em que predominam as pequenas e médias empresas, feitos a partir de um prévio levantamento e conhecimento da sua estrutura e problemática». Estão já em funcionamento actuações nos sectores das ardósias, mármores, granitos, conservas de peixe e carne, fabricação de chocolate, liofinização, têxteis, confecções e malhas, calçado, madeira e cortiça, borracha, artigos de papel, ceras, minerais não metálicos, metalomecânicas, ferragens, embalagens, máquinas ferramentas, produção de equipamento de frio, etc.

No **âmbito regional** estão previstas acções colectivas de concentração e reorganização, fusão e investimento no triângulo de Minde-Alcanena - Mira - d'Aire, Guimarães, Braga, Barcelos, Sertã, Açores, Madeira, etc.

Nas suas actuações, o I. A. P. M. E. I. conta com a colaboração das instituições de crédito para o financiamento corrente e a médio e longo prazo — e com os centros tecnológicos de investigação das Universidades e de outros departamentos oficiais e também de todos os organismos relacionados com os diferentes sectores de produção e de comercialização.

Para que os trabalhadores e gestores possam obter o apoio do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais, bastará que se dirijam pessoalmente à sede do Instituto (R.Varlos Testa, 1, Lisboa) ou às suas delegações e núcleos regionais. Esse contacto poderá ser também feito por escrito ou por telefone.

Alguma coisa muda no Chile

Continuação da pág. 3

Católica assinala que «deve evitar-se qualquer conflito, porque um confronto com a Igreja reveste-se de uma especial gravidade». Acrescenta o semanário que a maior preocupação da Igreja nos últimos anos tem sido o respeito pelos direitos humanos e esta posição tem sido oficialmente manifestada.

«Vale a pena perguntar-se» — acrescenta «Qué Pasa» — «se estamos já a salvo de juízos contrários às nossas posições ou se este tema pode ser uma fonte de conflitos». A tal respeito sujere que se devem «deixar de lado as comparações com outros países e em especial com os regimes de tirania existentes, porque isso é negativo para eles, mas tão pouco significa um bem para nós; e se vale como argumento para provar a sua falta de autoridade para julgar-nos, não basta em relação à nossa consciência»

Para evitar atropelos contra os direitos humanos o semanário assinala que deve actuar-se drasticamente nos casos de abusos comprovados e dar-lhes «suficiente publicidade», o que aumentaria o prestígio das autoridades e das instituições militares e militarizadas, que não pode onerar-se com suspeitas tão pesadas nesta matéria. É inacreditável, por exemplo, que o país nada tenha sabido acerca do resultado da investigação anunciada «no caso dos 119 cidadãos cujo alegado desaparecimento se denunciou» — esclarece o comentário.

Finalmente, falando sobre o futuro político do Chile, assinala a necessidade de que o princípio da «Unidade Nacional» se expresse através de um grande movimento cívico, o qual, estreitamente coordenado com os organismos militares, «defenda os princípios do Governo». Este movimento, na opinião do semanário, não deve converter-se em «partido oficial» e tão-pouco em «partido único» ele deve ser apenas e só um movimento de opinião. «qué Pasa» diz ele que não terá como objectivo o poder político e deverá ser o mais amplo possível; não deverá excluir ninguém pelas suas ideias, «salvo se forem directamente contrárias aos princípios básicos de Junta Militar». Por outro lado, sugere que as Forças Armadas devem ter um papel permanente no futuro político do país, para «impor o constante respeito pelos princípios básicos que inspiraram o pronunciamento militar de 11 de Setembro de 1970.»

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

Sede: Av. República, 27-29 — Telef. 574073

LISBOA

Trabalhadores do Sindicato do Comércio do Distrito de Lisboa, reunidos em Assembleia Geral no dia 12.2.76, na Voz do Operário, aprovaram as seguintes moções:

— Repudiam energicamente os actos de banditismo e de fascismo praticados na firma MAIOMBE pelo ex-patrão — José Galvão de Melo — com tentativa de homicídio e invasão do local de trabalho;
E exigem do Ministério do Trabalho e do Governo em geral medidas concretas que levem ao castigo e prisão imediata deste reaccionário.

(aprovada por unanimidade e aclamação)

— Repudiam a suspensão de que foram alvo alguns trabalhadores por terem aderido à greve do dia 11 e exigem do Ministério do Trabalho que se oponha energicamente a estas suspensões;
Denunciam desde já as firmas PANCHITO, HENRIQUES & CASTRO, ROUPARIA DE ALFAMA e ARMAZÉNS DO CONDE BARÃO.

(Aprovada por unanimidade e aclamação)

— Exigem como conhecedores directos da inflação de preços que o Governo proceda à revisão dos preços dos géneros de primeira necessidade com o consequente abaixamento e providencie pelo seu conveniente abastecimento.

(Aprovada por unanimidade e aclamação)

Exigem que o Governo aja junto do Ministério da Habitação a fim deste melhorar as condições habitacionais das classes desfavorecidas.

(Aprovada por unanimidade e aclamação)

P'la Assembleia Geral
(assinatura ilegível)

PUB

Sindicato dos Maquinistas Práticos, Ajudantes e Artífices da Marinha Mercante do Distrito de Lisboa

CONVOCAÇÃO

Convocam-se os sócios deste Sindicato, pertencentes ao sector das embarcações motorizadas no Rio, (também passageiros), para uma reunião a efectuar no dia 20 do corrente mês, pelas 20,30 horas, na Casa dos Marinheiros Mercantes sita na Calçada Salvador Correia de Sá, n.º 42-2.º andar em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

— APLICAÇÃO DO C.C.T. MOTORIZADAS PELA ENTIDADE PATRONAL
— ANÁLISE E DISCUSSÃO DO C.C.T. FLUVIAIS PASSAGEIROS

Lisboa, 14 de Fevereiro de 1976

O Presidente
a) **João António dos Santos Ribeiros**

TARAN-TAN-TAN NÃO ENCHE BARRIGA!

ESTREIA SEXTA-FEIRA NO TEATRO ADÓQUE — (Bilhetes à venda)

ANGOLA EM DEBATE

Reconhecimento da R.P.A. sobe amanhã ao Conselho de Ministros

Depois das nove horas de discussão durante o dia de sábado, as conclusões do Conselho da Revolução sobre o reconhecimento da República Popular de Angola terão sido remetidas para o Conselho de Ministros a realizar amanhã. Não foi todavia divulgado qualquer comunicado sobre o assunto tendo apenas o capitão Sousa e Castro declarado aos jornalistas, no final da reunião, que as conclusões tiveram apenas uma «função consultiva» junto do Presidente da República, que é o responsável directo pela política externa do País.

Sabe-se no entanto que o consenso do Conselho da Revolução é a necessidade do reconhecimento imediato da República Popular de Angola mas grandes pressões, de alguns partidos, têm constituído uma barreira para o reconhecimento pelo Governo português daquilo que neste momento constitui uma evidência que ninguém pode negar. Ontem em Viana do Castelo, Amaro da Costa, dirigente do C.D.S. declarou num comício que o Governo português poderia reconhecer a República Popular de Angola embora o seu partido nunca reconhecesse o M.P.L.A.

Ao P.S., muito especialmente por intermédio do seu secretário-geral dr. Mário Soares, é reconhecida uma posição e uma actividade importante no sentido do não reconhecimento do M.P.L.A.

Entretanto a agência France Presse, citando a Tass, revela de Moscovo que os objectivos do apoio soviético a Angola encontram uma compreensão cada vez maior em todo o Mundo e mesmo junto de dirigentes de certos partidos sociais-democratas ocidentais, opondo esta atitude à dos socialistas portugueses.

«Convém salientar, acrescenta a agência, que as tentativas de Mário Soares e de outros dirigentes do Partido Socialista, para deformarem o significado dos acontecimentos em Angola, surgem numa altura em que a questão do reconhecimento do Governo legítimo da República Popular de Angola está a ser alvo de uma larga análise em Lisboa. A direcção do Partido Socialista esforça-se por bloquear uma solução positiva deste problema importante para os interesses nacionais de Portugal, usando para isso todos os meios.»

. «Inúmeros observadores políticos, conclui a notícia da Tass citada pela France Presse notam que a oposição manifestada pelo secretário-geral do Partido Socialista Português ao reconhecimento da República Popular de Angola, se acentuou consideravelmente depois da viagem de Mário Soares aos Estados Unidos.

POSIÇÃO DE PORTUGAL EM PERIGO

Como se sabe a discussão no Conselho da Revolução do problema que constitui o reconhecimento da República de Angola arrasta-se há certo tempo e se inicialmente nao existia um consenso geral, favorável ao reconhecimento, perante a evolução dos acontecimentos e colocados até perante factos novos, a generalidade dos militares acabou por chegar à conclusão da necessidade de reconhecer o M.P.L.A. Costa Gomes, Vítor Crespo Melo Antunes e Pezarat Correia constituiram o núcleo dos militares que desde o principio mais defenderam a tese do reconhecimento.

. As posições de certos partidos e nomeadamente do Partido Socialista têm retardado a tomada de uma decisão e a convocação feita no sábado ao dr. Mário Soares pelo Presidente da República para uma entrevista que se prolongaria por cerca de duas horas, foi encarada pela generalidade dos observadores como consequência dessas posições. Costa Gomes teria feito sentir ao secretário-geral do P. S. que as posições por este assumidas e as suas declarações no estrangeiro acerca do caso angolano neste momento não estavam a ajudar Portugal, pois a continuarmos neste impasse os interesses do nosso país em Angola serão prejudicados de uma forma incalculável, bem como os interesses dos cidadãos portugueses que neste momento se encontram refugiados em Portugal e que poderão a curto prazo ser vítimas da nacionalização pelo Governo angolano dos bens dos indivíduos ausentes do País.

A este propósito valerá a pena reflectir sobre as declarações de Lúcio Lara numa entrevista concedida ao «Diário de Luanda», e na qual, a certa altura o dirigente angolano afirma. «O Governo português está a colocar o povo português numa posição extremamente delicada em relação ao povo angolano, porque, realmente, o povo angolano, hoje, sente-se cada vez mais desligado do povo português e não havia necessidade disso.»

. Lúcio Lara não poupa o Governo português às críticas mais severas quando afirma noutra passagem dessa entrevista: «Durante a luta de libertação sempre dissemos que não fazíamos a luta contra o povo português. Pelo contrário, lutávamos juntamente com ele, contra o sistema injusto que oprimia os dois povos. O M. P. L. A., defendeu sempre a necessidade de uma cooperação estreita entre os dois povos. Ora, este Governo português ridicularizou-nos — é o termo pois não encontro outro mais suave — perante a opinião pública internacional e, sobretudo, perante o nosso povo.» E a terminar Lúcio Lara comentou: «Não faz sentido que um país que tanto oprimiu e explorou este povo e que tanto prometeu depois do 25 de Abril, até hoje esteja naquela série de nações que ainda não reconheceu a República Popular de Angola. É com grande tristeza que nós constatamos esse facto, embora estejamos convencidos de que isso não afecta absolutamente nada o problema angolano. Cada vez mais estamos a encontrar a nossa via. Mas onde podia haver uma cooperação estreita com Portugal, no plano económico sobretudo — e por que não até no plano político? — essa cooperação está cada vez mais distante, mais longínqua.»

. Alguns observadores admitem entretanto que o Conselho de Ministros de amanhã seja presidido pelo presidente da República, general Costa Gomes, e tenha como ponto central da agenda o reconhecimento da República Popular de Angola.

MUITOS PORTUGUESES ESTÃO A REGRESSAR A ANGOLA

Ainda mesmo antes de se ter concretizado a vitória total do M. P. L. A. na frente sul, muitos portugueses começaram já a regressar a Angola na tentativa de recomeçarem a sua vida naquela jovem nação. A maioria compreendeu que afinal ninguém melhor que o M. P. L. A. defenderia os seus interesses legítimos.

O processo de retorno a Angola faz-se através dos serviços do M. P. L. A. que funcionam na Casa de Angola, em Lisboa. Ali os pedidos são enviados para Luanda e uma vez despachados favoravelmente o embarque faz-se imediatamente.

Nas suas directivas Agostinho Neto salienta sempre aos seus colaboradores em Lisboa que, tal como passado, o povo angolano nada tem contra o povo português.

Acordo de cooperação Portugal-Cabo Verde

. O ministro português da Cooperação, comandante Vítor Crespo e o ministro da Economia de Cabo Verde, dr. Osvaldo Silva, devem assinar esta tarde, em Belém, um acordo de cooperação resultante da terceira fase das negociações que em Lisboa têm decorrido entre os dois países.

No decurso da cerimónia será lido o comunicado final do encontro entre as duas delegações e salientado o «significado destas negociaçoes no promissor futuro das relações entre Portugal e Cabo Verde». Presume-se, por outro lado, que a comitiva cabo-verdiana, antes de partir, ao princípio da madrugada, para aquele arquipélago, confirme a data exacta da quarta fase das negociações previstas para Março.

As conversações, de acordo com declarações prestadas à Anop por um dos dirigentes cabo-verdianos, decorreram «num clima de franca cordialidade» e, de acordo com a mesma fonte dividiram-se em dois aspectos; contencioso colonial e normas de cooperação.

B.N.U. e Banco de Cabo Verde, transportes e telecomunicações, acordo aéreo e assistência técnica, meteorologia. Banco de Fomento Nacional e emigração foram algumas das questões tratadas nesta terceira fase das negociações.

Mulheres polícias da R.P.A. durante um recente desfile em Luanda

Vitória do M.P.L.A. reflecte-se na África Austral

Com a queda do Moxico (ex-Luso), anunciada ontem em Luanda, as F.A.P.L.A. deixaram de contar com quaquer espécie de resistência organizada no Leste de Angola, tal como já vinha acontecendo no Sul. Privados do apoio do exército regular da África do Sul e abandonadas pelos mercenários do E.L.P., que escolheram a fuga desordenada para a Namíbia, as tropas da U.N.I.T.A. viram-se reduzidas a pequenos grupos descomandandos que vagueiam pelo mato, assaltando e pilhando populações indefesas.

No Norte, onde a libertação de S. Salvador está eminente, mais duas localidades cairam este fim-de-semana: Buela e Cuimba. Nas províncias do Uíge e do Zaire já não existem praticamente quaisquer forças da F.N.L.A. e apenas alguns mercenários europeus manobram ainda nas proximidades de S. Salvador.

A par das vitórias militares alcançadas, o M.P.L.A. regista também grandes êxitos no campo diplomático, depois da sua admissão na O.U.A. e do seu reconhecimento por 36 países africanos. Estes sucessos estendem-se à Europa, onde a Finlândia reconheceu o Governo de Luanda e onde idênticos gestos devem surgir ao longo desta semana por parte dos países escandinavos e até do bloco da C.E.E., com a França e Inglaterra a cabeça. A perspectiva de reconhecimento por parte de Portugal (novamente animadoras depois da última reunião do C.R.) apontam para o derrube de todas as barreiras que tendiam a isolar a R. P. de Angola dos países ocidentais. Curiosa, mas significativamente, apenas os Estados Unidos e a China se mantêm, ainda, intransigentemente, desfavoráveis ao M.P.L.A., embora não seja de excluir a posibilidade de Washington abandonar em breve o seu parceiro, encaminhando-se também para uma aproximação com Luanda.

SITUAÇÃO COMPLEXA

Presentemente, é ao nivel africano que o jogo diplomática se mostra mais complexo, nomeadamente no que se refer, por um lado, ao Zaire e África do Sul e, por outro, à Zâmbia.

No que respeita ao Zaire, tudo indica que a República Popular do Congo está a servir de medianeira entre Luanda e Kinshasa. É desta forma que se deverá apreciar a actual deslocação de Marien N'Gouabi, presidente da R.P. do Congo, à capital zairense, onde já realizou contactos com Mobuto Sese Seko. Dparte de Kinshasa, surgem indícios de «realismo político», especialmente depois das F.A.P.L.A. terem assegurado o controlo total dos caminhos-de-ferro de Benguela, vitais para as exportações de cobre do Zaire.

Quanto à África so Sul, cujas forças que invadiram Angola estão agora separadas das F.A.P.L.A. apenas por um corredor de 160 km de largura, assinala a Imprensa de Joanesburgo que conversações secretas com o M.P.L.A. estão já a decorrer, numa derradeira tentativa para evitar o confronto militar. Segundo se afirma, a Costa do Margim e Moçambique estão a servir de intermdiários nos contactos com Pretória. De acordo com a Imprensa britânica desta manhã, ao Governo de John Vorster não resta qualquer alternativa para além do reconhecimento da R.P. de Angola e da retirada das suas forças para o Sul da fronteira da Namíbia.

ZÂMBIA E RODÉSIA

No triângulo Ki hasa-Pretória-Lusaca, é a est ltima capital que, neste mor nto cabe uma decisão com a mais importantes implicaçõ para o futuro da África Au ral. Depois da minicimeira e Quelimane, que congregou m território da Tanzânia, E stwana, dentes da Tanzânia, E swana, Zâmbia, Moçambique o bispo Abel Mozurewa, pre ite do A.N.C. do Zimbabwe, a posição de Kenneth Kaunda, relativamente ao M.P.L.A., tornou-se muito mais moderada, inclinando-se a favor do reconhecimento. Na origem da mudança de atitude do presidente zambiano encontrar-se-ia, não apenas a questão angolana considerada isoladamente, mas inserida em toda a situação da África Austral, especialmente na questão rodesiana.

Tanto quanto se sabe, os quatro líderes teriam decidido reforçar a frente comum anti-Ian Smith, aproveitando, para o efeito, novas circunstancias favoráveis provocadas pela vitória das forças populares em Angola. Desta forma, o problema da libertação da Namíbia seria, temporariamente, colocado em segundo plano, passando a questão rodesiana a prioritária. Da parte zambiana, é significativa a campanha que desde o final da semana passada vem sendo desenvolvida pela Imprensa oficial no sentido da União Soviética e de Cuba, na sequência do apoio concedido ao M.P.L.A., tornarem extensiva a sua ajuda ao movimento de libertação do Zimbabwe.

NOVA L DE LIBE ÇÃO

Tudo indica assim que uma nova e importante luta de libertação assolará a África Austral depois de Angola, incidindo esta sobre o regime minoritário de Smith.

Em Lusaka, por sua vez, o dente Julius Nyerere declarou no sábado que «os países de África decidiram recomeçar a luta armada contra o regime de Ian Smith» e, em Moçambique, Samora Machel anunciou a semana passada a sua intenção de «mobilizar o povo inteiro, do Rovuma ao Maputo, para apoio e participar na libertação do povo do Zimbabwe».

O discurso do presidente moçambicano, proferido perante os Comités Central e Executivo da Frelimo, o Estado Maior das Forças Populares de Libertação e o Governo, constituiu o primeiro indício da determinação dos Estados Africanos, ao afirmar que «não pararemos em Salisbúria, pararemos onde termina a fronteira do Zimbabwe», acrescentando ainda: «Avançaremos desta forma: dente por dente, olho por olho. Afirmamos que nós não somos um punhado, somos um povo inteiro, dez milhões contra duzentos e setenta e três mil racistas do Zimbabwe. Se Ian Smith tem consciência, devia entrar em negociações com os líderes do Zimbabwe (...) para sair de uma maneira airosa, de uma maneira elegante, antes de ser derrotado pelo vento da História. O povo do Zimbabwe vencerá o mais depressa possível».

Em Lusaca, por sua vez, o presidente Kaunda não deixou de colocar a questão angolana em paralelo com o problema rodesiano, frisando ontem que o seu país está «a considerar sériamente a eventualidade de reconhecer o Governo do M. P. L. A.» para logo em seguida aludir ao segundo ponto, declarando textualmente: «Antes que o Zimbabwe nasça, haverá um banho de sangue naquele país».

Notícias de Moçambique dão conta que escaramuças na fronteira com a Rodésia se vêm intensificando nas últimas semanas, tendo já perdido a vida pelo menos quatro soldados rodesianos.

Desta forma, a luta de libertação em África ganha novo alento com as vitórias alcançadas pelo povo angolano.

Nacional

Titulares de fundos e acções poderão ser indemnizados

Conforme divulgámos no sábado passado, o Ministério das Finanças divulgou uma nota oficiosa na qual «de acordo com o Decreto-Lei n.º 108/76 recentemente publicado, os títulos relativos aos Fudos de Investimento (Fides e Fia) e as acções das sociedades nacionalizadas, cuja lista se segue, devem ser depositados numa instituição de crédito até 8 de Março, afim de os seus titulares terem acesso aos benfícios e indemnizações que venham a ser estabelecidos». Constam da referida lista as seguintes empresas nacionalizadas: Aliança Eléctrica do Sul, S.A.R.L.; Amoníaco Português, S.A.R.L.; Bancos da Agrícola e Industrial Visiense, Agricultura, Alentejo, Angola, Borges e Irmão, Algarve, Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Fernandes de Magalhães, Fomento Nacional, Fonsecas e Bournay, Intercontinental Português, Micaelense, Nacional Ultramarino, Pinto de Magalhães, Pinto e Sotto Mayor, Portugal; Português do Atlântico, Totta e Açores, Companhias de Carvões e Cimentos Cabo Mondego, Cimentos Tejo, Eléctrica das Beiras, Lezírias do Tejo Sado, Portuguesa de Resseguros Equidade, Portuguesa de Celulose, Portuguesa de Electricidade, Companhias de Seguros A Mundial, A Nacional, A Pátria, A Seguradora Industrial, Açoriana, Aliança Madeirense, Angola, Argus, Atlas, Bonança, Comércio e Indústria, Confiança, Crédito, Douro, Fidelidade, Garantia, Garantia Funchalense, Império, Mutual, Mutualidade, O Alentejo, Ourique, Prudência, Sagres, Soberana, Tagus, Tranquilidade, Ultramarina, União Universal, Vitalícia, Vitória, Companhias Sintra Atlântico, União Fabril Portuense, Câmara Resseguradora Portuguesa, Companhias Reunidas de Gás e Electricidade, CELBI-Celulose da Beira Industrial, CEAL-Companhia Eléctrica Alentejo e Algarve, Celnorte Celulose do Norte, Celtejo Celulose do Tejo, Celulose do Guadiana, Cergal-Cervejas de Portugal, CHENOP-Companhia Hidroeléctrica do Norte de Portugal, CIBRA-Companhia Portuguesa de Cimento Branco, Cidla, CINORTE-Companhia Cimentos do Norte, CISUL-Companhia Ind. Cimentos do Sul, Claras Transportes, CNN-Companhia Nacional de Navegação, CNP-Companhia Nacional Petroquímica, Continental de Resseguros, COPEJA-Companhia Portuguesa de Cervejas, Covina Comp. Vidreira Nacional (parcialmente), CP-Companhia Portuguesa de Caminho de Ferro, Crédito Predial Português, CTM-Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos, CUF-Companhia União Fabril, EGT-Empresa Geral de Tranportes, Empresa Cimentos Leiria, Empresa Insular de Electricidade, Estaleiros Navais de Viana do Castelo Hidroeléctricas da Serra da Estrela, Alto Alentejo, Hidroeléctrica do Coura, Portuguesa, Imperial União Cervejaria de Portugal, Intar Empresa Industrial Tabaco, Metropolitano de Lisboa, Movareiras, Nitratos de Portugal, Oliveira Transportes e Turismo, Petrosul, Pirites Alentejanas (parcialmente), Sacor-Soc. Anónima Conc. de Refinação de Petróleos, Rádiotelevisão Portuguesa, Sagres Companhia Cimentos Algarve, SECIL-Companhia Geral de Cal e Cimento (parcialmente), SETENAVE, Siderurgia Nacional, SOCAMAR-Soc. Cargas de Descargas Marítimas, Soc. Central de Cervejas, Soc. Geral Comércio Indústria e Transportes. Soc. Mineira de Santiago, SOFAMAR-Soc. de Fainas de Mar e Rio, Soc. Portuguesa de Petroquímica, Socel Soc. Industrial de Celulose, Soc. Financeira Portuguesa, SOGEFI-Soc. Gestão e Financiamento, SONAP-Soc. Nac. Petróleos, TAP-Transportes Aéreos Portugueses, TUCO-Turismo e Comércio e União Eléctrica Portuguesa.

Comissão Militar de Assistência

Para promover protecção e auxílio aos deficientes das Forças Armadas, o Ministério da Defesa Nacional criou a Comissão Militar de Reabilitação e Assistência (C.M.R.A.), cuja formação já tinha sido prevista num decreto-lei de 20 de Janeiro.

A missão genérica da Comissão consiste no tratamento de todos os assuntos respeitantes aos deficientes das F. A., e o acompanhamento pessoal de cada elemento em todas as fases de reabilitação e assistência por que vier a passar.

A C.M.R.A. funciona na dependência do ministro da Defesa Nacional, sendo composta por delegados da A.D.F.A., da União dos Inválidos de Guerra, dos Serviços Sociais das F. A., e dos Estados Maiores dos três ramos das F. A., sendo presidida por um delegado do Ministério da Defesa Nacional.

Intervenção do Estado nas seguradoras

Após a nacionalização das companhias de seguros, de que foram exceptuadas as companhias de capital misto, nacional e estrangeiro, o Governo decretou recentemente uma lei que institui o regime de participação do Estado na administração das seguradoras não nacionalizadas.

Assim, considerar-se-á aumentado de uma unidade o número de administradores estatutariamente previsto para as sociedades em cujo capital a participação estrangeira exceda 80 por cento, e, no caso das empresas mistas em que a percentagem de capital nacionalizado exceda 20 por cento, o número de administradores por parte do Estado será proporcional à respectiva participação.

Arrábida e serra da Estrela serão parques nacionais

Já está elaborado o projecto de diploma que criará o Parque Nacional da Arrábida, integrado no Serviço Nacional de Parques e Reservas da Secretaria de Estado do Ambiente, o qual alarga e reformula as medidas propostas com a criação, em 1971, da reserva da Arrábida. Razões para a elaboração do diploma: o interesse da região, com as suas áreas de valor científico a nível mundial, motivos de ordem paisagística, histórica e culturais. A medida impedirá a degradação do ambiente, cada vez mais procurado para recreio, nomeadamente nas regiões do Portinho e Alpertuche.

No passado dia 5, numa reunião em Setúbal, foram discutidas as propostas do decreto-lei que criará o Parque Natural da Arrábida. Participaram do encontro o secretário de Estado do Ambiente, o governador civil, os presidentes das Comissões Administrativas das Câmaras Municipais de Setúbal e de Sesimbra, representantes das juntas de freguesia da Azeitão e São Lourenço e da Comissão de Setúbal de Arte e Arqueologia.

A serra da Estrela também será Parque Nacional. Já foi realizada uma reunião na Câmara Municipal de Mangualde com a participação de representantes deste município, da Covilhã, Guarda, Seia, Gouveia e Fundão e da Direcção-Geral dos Recursos Florestais e da Comissão de Turismo da Estrela. Foram abordadas medidas preliminares que serão postas em prática imediatamente.

Caçada na serra de Sintra

A Comissão Venatória Concelhia de Cascais organiza no próximo dia 22, uma batida na serra de Sintra, devendo os caçadores e batedores interessados concentrar na Quinta da Penha Longa (à Lagoa Azul), Linhó, das 7 às 7 e 30.

Controlo do consumo do Estado

Foi criado um Serviço de Informação para o Abastecimento Estatal (S. I. P. A. E.), dentro do âmbito da Direcção-Geral do Comércio Interno, ao qual competirá acompanhar e disciplinar os estudos ou acções em curso que visem maior eficiência das compras do sector público.

Esta medida, dimanada do Ministério do Comércio Interno, toma em consideração que «os serviços do Estado, autónomos ou não, os corpos administrativos e pessoas colectivas de utilidade pública, as empresas públicas ou nacionalizadas, e as empresas concessionárias do Estado, representam, no seu conjunto, um importante consumidor».

O S. I. P. A. E. terá uma intervenção que deve permitir uma actuação programada e coordenada, de modo a proporcionar um melhor aproveitamento dos recursos públicos nacionais.

O M. C. I. admite, no despacho, que desta forma se contribuirá para reduzir importações e estimular a produção nacional.

Inquérito aos aviários de produção

Com vista ao estudo de medidas que permitam evitar as crises que têm afectado a produção de frangos de carne e de ovos, vai a Junta Nacional dos Produtos Pecuários levar a efeito, em colaboração com as direcções-gerais dos serviços pecuários e do comércio interno e com o apoio do Instituto Nacional de Estatística, a partir de 16 do corrente, um inquérito aos aviários de produção.

As informações resultantes deste inquérito são rigorosamente confidenciais e nunca serão fornecidas a qualquer entidade de modo que permita a identificação do aviário.

Dado que os produtos de frango de carne e de ovos serão os beneficiados com a realização do mencionado inquérito, solicita-se aos avicultores que dispensem o melhor acolhimento aos funcionários encarregados de o efectuarem, quando os seus aviários forem visitados para o efeito.

Conflito entre duas comissões de retornados

As interferências políticas no período pré-eleitoral entre os 65 000 retornados que foram viver para o distrito de Coimbra acabam de conduzir a criação duma comissão de desalojados que dispute à comissão anteriormente eleita a representatividade daquele numeroso grupo.

A Comissão que entrou em funcionamento em Setembro, à frente da qual tem estado o eng.º Mário Pinto Mendes e a sua mulher, foi demitida num pequeno plenário fabricado pelos delegados de Cantanhede, Arganil e Figueira. Na mesma altura foi eleita outra comissão, mais ao gosto de quem se intitula, em voz alta e sonante, de verdadeiro fascista.

A primeira Comissão, que fora renovada em Novembro não desarmou, pelo que actualmente existem duas Comissões de desalojados, dando prioridade Coimbra. A zona n.º 2 com sede em Aveiro, que preside à Comissão dos Desalojados de Coimbra, está neste momento a desenvolver um inquérito de modo a decidir qual é a verdadeira Comissão.

Segundo declarações prestadas ao «D.L.» pelo eng.º Mário Pinto Mendes o trabalho da Comissão a que pertence «tem visado a integração dos Desalojados, dando prioridade à criação e aproveitamento de postos de trabalho, por forma a tornar as pessoas auto-suficientes».

À nova Comissão que se abrigou «na Caritas, à sombra do padre João de Sousa» tem orientado a sua acção para os pedidos de roupinhas a certos partidos políticos», foi-nos dito.

Fazendo uma análise mais ampla à situação dos retornados, o eng.º Mário Mendes afirmou: «manter os desalojados sem emprego e dependentes da esmola, favorece a direita que não teve responsabilidades governativas. Poderá centrar a sua campanha eleitoral» — continuou — «na incapacidade dos partidos governamentais para resolver os problemas dos desalojados. O «bas-fond» adivinha-se» — concluiu.

NOTA OFICIOSA

Recenseamento eleitoral

Do Ministério da Administração Interna recebemos a seguinte nota oficiosa sobre a actualização do recenseamento eleitoral:

Na elaboração do Decreto-Lei n.º 25-A/76 de 15 de Janeiro, regulador da actualização do recenseamento eleitoral para 1976, procurou-se evitar as possibilidades de fraudes decorrentes da adopção deste sistema em detrimento da elaboração de um novo recenseamento. Tal foi satisfatoriamente conseguido, embora à custa de algo mais de trabalho para os cidadãos que tenham de promover a sua inscrição (nomeadamente os que tenham mudado de residência após o anterior recenseamento).

Tais factores levaram à inevitável adopção de determinados procedimentos, os quais, por eventualmente poderem ser considerados exagerados, levam o Ministério da Administração Interna, numa tentativa para evitar falsas interpretações ou mesmo aproveitamentos não desejados daqueles, a chamar a atenção do público em geral e das comissões de recenseamento, para a necessidade do cumprimento das formalidades exigidas pela lei, as quais tiveram como objectivo a autenticidade do recenseamento eleitoral.

Neste sentido, solicita-se a necessária compreensão das pessoas que mudaram de residência nos últimos meses para o facto — por vezes mal entendido — de serem indispensáveis todas aquelas «burocracias» para que não possa haver pessoas inscritas em dois locais diferentes.

TECREPE — TÉCNICA E REPRESENTAÇÕES, LIMITADA

TECREPE — TÉCNICA E REPRESENTAÇÕES, LIMITADA

CERTIFICO, para efeitos de publicação, que por escritura de 26 de Janeiro de 1976, lavrada a fls. 78-v a 79-v do Livro F-39 de notas deste 8.º CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA, a cargo do Notário Lic. em Direito Eduardo António Correia de Azevedo, foi dissolvida e considerada completamente liquidada a sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada TECREPE — TÉCNICA E REPRESENTAÇÕES, LIMITADA, com sede na Calçada da Boa Hora, n.º 194-1.º andar, em Lisboa, não havendo lugar à partilha em virtude de a dissolvida sociedade não ter activo nem passivo.

É certidão de narrativa sob forma de extracto que vai conforme com o original.

Lisboa, 9 de Fevereiro de 1976.

O primeiro ajudante
a) **Noémia da Conceição Alcobia de Oliveira**

CURSOS

Estão abertas as matrículas até 19-2-76 para os cursos de Perfuração/Verificação. Sistemas: IBM e UNIVAC. Início dos cursos 20-2-76. As inscrições são limitadas. Matrículas no

EXTERNATO CONTINENTAL
T. 364272-R. do Arsenal, 100-1.º

MÁQUINAS DE ESCREVER
«BROTHER»
PORTÁTEIS
A PREÇOS POPULARES
Óptima oportunidade
Av. Almirante Reis, 10-C

DECORAÇÃO
AUMENTE O VALOR DO SEU DINHEIRO COMPRANDO NO NOVO ARMAZÉM DE ARTIGOS DE DECORAÇÃO
TECIDOS, ALCATIFAS, PAPEIS PINTADOS E TUDO PARA DECORAÇÃO
VENDAS DIRECTAS
ALIE O SEU BOM GOSTO AO VALOR DOS NOSSOS ARTIGOS. VISITE NOS
BENTO, RATINHO, LDA.
R. dos Douradores, 72, 1. Dt — Tel. 322686 — LISBOA

Nacional

"NA MEDIDA DAS SUAS POSSIBILIDADES"

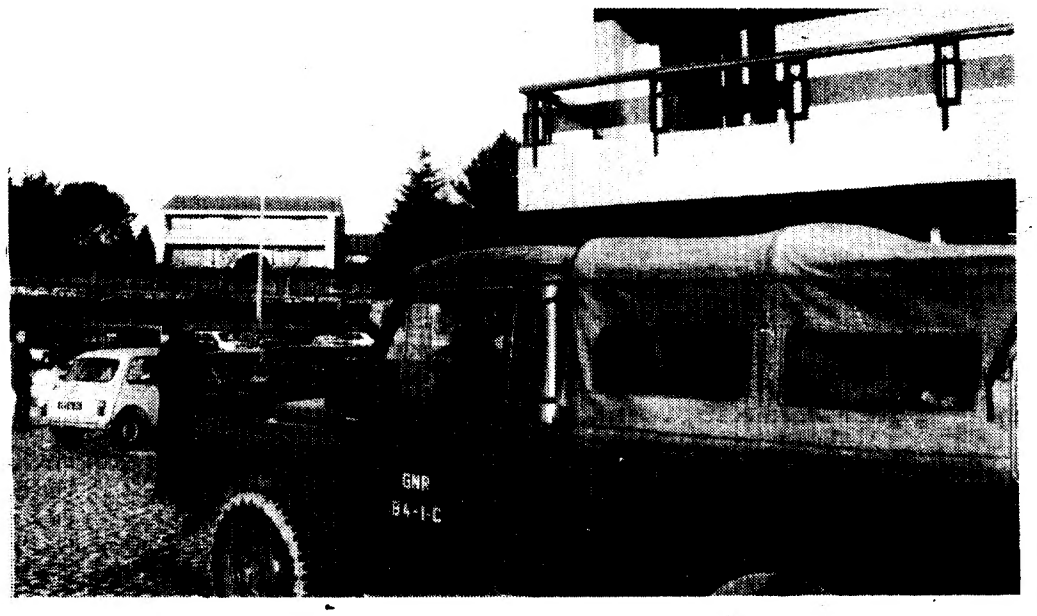
P.D.C. vai às eleições

O P. D. C. vai concorrer às eleições para a Assembleia Legislativa — decidiu o Congresso daquela organização reunido este fim-de-semana numa estalagem da Via Norte, próximo do Porto. A decisão consta das conclusões finais, prevê que tal concurso se faça dentro das possibilidades do Partido e não avança nenhuma hipótese com outras organizações políticas. Esta hipótese, aliás, parecia já muito remota desde que dirigentes do C. D. S. a puseram de parte alegando que o P. D. C. não estava ainda suficientemente preparado para a campanha eleitoral. Das demais conclusões, deve reter-se que ao secretário-geral, Silva Resende, foram conferidos poderes para escolher o presidente, e que os trabalhos procuraram definir um método de actuação para o P. D. C. em coerência com os princípios confessos e professados. Foi aprovado um relatório que o Directório apresentou.

Nos trabalhos participaram cerca de duas centenas de congressistas. Alguns abandonaram-nos a meio, pelo que pôde falar-se de «dissidências». Em conferência de Imprensa posteriormente dada, os congressistas que ficaram minimizaram a importância do caso. «Verificámos de facto que, no prosseguimento dos trabalhos, alguns desses senhores não compareceram mais, e temos notícias de que se considerarão como dissidentes» — disse Silva Resende. — «Se são esses, já o eram antes, porque esses senhores, já depois do Congresso de Leiria, se tinham afastado de quaisquer trabalhos do Partido. Aqui, no Congresso, repetiram as críticas que já tinham sido formuladas acerca de certos elementos que são do Partido. O problema não passou daí, eles nada propuseram e também não foi nada deliberado.»

Tanto quanto se sabe, os dissidentes abandonaram os trabalhos por discordarem de que determinados nomes figurem no Directório da organização. Das conclusões finais consta uma referência aquele órgão. Nestes termos: «Quanto à recomposição do Directório, o secretário-geral absteve-se de utilizar os seus poderes, de elaborar uma lista própria, e foi apresentada uma lista por trinta congressistas, como é do estatuto, da qual o secretário-geral fará o aproveitamento que tiver por bem.»

Acerca do presidente do Partido, cabe agora a Silva Resende escolher: uma vez que ao secretário-geral foram conferidos plenos poderes para a escolha, o próximo Congresso do P. D. C. servirá «não para uma ratificação da escolha mas para uma homenagem e apresentação da pessoa escolhida.»



Via Norte, imediações do Congresso do P. D. C. — para o que desse e viesse lá esteve a G. N. R.

TENSÃO NA MADEIRA

Azeredo não aceita presidência da Junta?

FUNCHAL, 16 — O Partido Popular Democrático da Madeira (agora autónomo como o C. D. S. nos Açores) continua a mover forte contestação à Junta Governativa do arquipélago madeirense. A Junta, que ainda não tomou posse, tem o apoio do P. S., P. C. P. e C. D. S., sofrendo apenas a contestação do P. P. D., que parece apostado numa prova de força.

A posição do P. P. D. encontra-se na origem de forte tensão política, chegando a admitir-se que o brigadeiro Carlos Azeredo não aceitaria a presidência da Junta. Contactado esta manhã pelo «DL» o brigadeiro viria a declarar que tais boatos careciam de fundamento. Todavia — disse — Não podia, de momento, fazer outras declarações sobre o assunto.

Aparentemente no propósito de «quebrar o gelo», chegou no último sábado ao Funchal o dr. Cunha Leal, do Secretariado Nacional do P. P. D. e deputado à Constituinte. No dia anterior, tinha desembarcado nesta cidade Eduardo Âmbar, que havia acompanhado Mário Soares aos Açores. Escula-se à volta da suspeita de que o P. S. pretenderia «recuperar na Madeira o prestígio que perdeu nos Açores».

A oposição aberta do P. P. D. relativamente à constituição da Junta surge na sequência da nomeação de dois técnicos para a mesma. A nomeação, decidida pelo brigadeiro Azeredo, teria sido «baseada na qualidade profissional das pessoas e não nos resultados eleitorais».

Face às circunstâncias, o P. P. D. madeirense declarou já que não adere a uma manifestação convocada pelo Partido Socialista de apoio ao Primeiro-Ministro, ao VI Governo Provisório e à Junta Governativa.

Embora se reconheça que, até à data, só o P. P. D. e a Igreja têm conseguido na Madeira, grandes mobilizações para «manif's», desconhece-se até que ponto o boicote será benéfico ou nocivo para este partido («maioritário» no arquipélago) já que a contestação é motivo de controvérsia mesmo entre militantes e simpatizantes do Partido Popular Democrático.

Entretanto, e para já, é posta em dúvida a deslocação do almirante Pinheiro de Azevedo à Madeira, que poderia fazer-se substituir pelo ministro da Administração Interna no acto de posse da Junta Governativa.

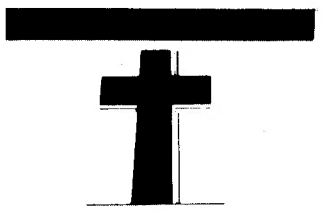
A.O.C. muda de emblema

Mudar o símbolo da espiga e do martelo cruzados por outro onde figura o castelo de Guimarães com uma estrela em cima, foi decidido no Congresso da A.O.C. realizado este fim-de-semana no Porto. A decisão faz parte do projecto de estatutos discutido e aprovado por cerca de uma centena de congressistas que participaram nos trabalhos — e o número de participantes dá desde logo uma ideia da escassa implantação que tem a Aliança Operária-Camponesa, variação do Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista), a que pertencem muitos dos seus dirigentes.

O congresso ficou assinalado por violentas críticas feitas ao P.C.P. e à generalidade das organizações de esquerda, entre as quais o P.S. Lembra-se que a A.O.C. esteve até muito recentemente tácita ou declaradamente aliada a este partido. Todavia, parece ter sido definitivamente posta de parte a hipótese de continuar a apoiá-lo. Nas próximas eleições, a A.O.C. deverá apoiar o P.P.D., conforme declarações de seus dirigentes oportunamente divulgadas, e não mais o P.S., considerada posição conciliatória deste em relação ao que a organização chama o «social-imperialismo russo».

Na defesa dos interesses das massas camponesas que ocupou muito tempo dos trabalhos, ficaram inscritos violentos ataques à Reforma Agrária e ao seu responsável actual, o ministro Lopes Cardoso. Tratada a questão angolana, os congressistas afirmaram uma viva, mas gorosa condenação à intervenção do «social-imperialismo russo». Do texto final consta mesmo uma exigência ao Governo Português para que este torne público quem são os responsáveis por esta ingerência. Para a A.O.C., Portugal não deve reconhecer a R.P.A., proclamada independente pelo M.P.L.A. em Luanda em 11 de Novembro: a solução é um «Governo de unidade nacional», integrando naturalmente os três movimentos. No que respeita a Portugal, a Aliança preconiza que sejam expulsos do país todos os «agentes do K.G.B.»

O texto final faz um apelo «a todos os patriotas e democratas» para que estes se unam, «como um só homem», em torno do programa da A.O.C., «o nosso programa de salvação nacional».



DANIEL PEDRO BALSINHA

FALECEU

Amparo Graça Balsinha, Fernando António Balsinha, Olga Noronha Balsinha, António Pedro Balsinha, Isabel Balsinha, cumprem o doloroso dever de participar o falecimento do seu querido marido, pai e sogro, e que o funeral sairá amanhã dia 17 pelas 10,30 h da Igreja de Moscavide.

CAIXA ECONÓMICA DE LISBOA

MONTEPIO GERAL

TITULOS DE CRÉDITO

Avisam-se os clientes de que para efeito de atribuição de benefícios e indemnizações que sejam devidos e de acordo com as disposições do Decreto-Lei n.º 106/76, publicado em 7-2-76, devem os detentores de certificados de unidades de participação em fundos de investimento mobiliário (FIDES-FIA) e de acções ou cautelas representativas do capital de empresas nacionalizadas, depositar esses valores numa instituição de crédito, até 8 de Março pf., quer os mesmos se encontrem na sua posse, quer guardados em cofres de aluguer.

Até à mesma data e em determinadas condições, podem os titulares de contas conjuntas, se assim o desejarem e nisso virem vantagens, proceder a desdobramentos e transferências para outras, em nome individual, desde que não se verifique alteração na titularidade.

com a tua vontade de vencer

PARTIDO SOCIALISTA

RECOLHA DE FUNDOS

POR UM AMANHÃ A CONSTRUIR

Os fundos podem ser remetidos para:
B.P.A. conta n.º 500/4008235, sede Nacional | vale postal | secretariados das secções ou sedes do Partido

Trabalho

Alunos de enfermagem falam do diploma único

O problema do diploma único de enfermagem, objecto de recentes reivindicações por parte deste sector profissional, «tem chegado ao público em termos pouco esclarecedores» — afirmam alguns alunos de escolas de enfermagem, em exposição que vai ser enviada à Assembleia Constituinte.

Subscrevem-na estudantes de vários estabelecimentos de ensino, designadamente, Escola Técnica de Enfermeiros, Escola de Enfermagem de Évora, S. Vicente de Paula, Cruz Vermelha Portuguesa e Missionários Franciscanos de Maria.

O documento é do seguinte teor:

«A questão das reivindicações dos profissionais de enfermagem tem chegado ao público em termos pouco esclarecedores ou até desfigurados, pelo que alunos de várias escolas vêm pelo exposto tentar contribuir para a clarificação do problema, o qual, apresentado tendenciosamente como luta entre grupos, diz principalmente respeito, na sua essência, à saúde do povo português:

1 — Há tendência generalizada para simplificar a questão, reduzindo-se a estes dados: cerca de 80 por cento dos profissionais de enfermagem trabalham como enfermeiros e recebem como auxiliares. Daí a sua pretensão de, após um curso de promoção de 8 meses, obterem um diploma de enfermeiros com correspondente acerto de vencimento. Esse diploma conferir-lhes-ia a categoria de enfermeiros de 2.ª classe e «seria atribuido pelo I.N.S.A.», visto que o curso tem sido ministrado não apenas em escolas de enfermagem como em locais de trabalho. Os alunos de enfermagem que aqui se manifestam consideram perfeitamente legítima esta pretensão e congratulam-se com a solução encontrada.

2 — Acontece porém, que a partir desta solução, se pretende estender o critério de diploma único, atribuindo-o indiscriminadamente a qualquer curso de enfermagem feito em qualquer escola.

Pergunta-se:

— a cursos diferentes não correspondem preparações diferentes e, consequentemente, diplomas distintos?

— as escolas de enfermagem ficariam privadas do direito fundamental de, como qualquer estabelecimento de ensino, emitir o diploma correspondente à preparação que proporcionaram?

3 — Esclarece-se que os actuais cursos de enfermagem geral exigem aos alunos, no acto de admissão, habilitações académicas mínimas de quinto ou sétimo ano liceal; a que se segue uma preparação intensa teórica e prática ao longo de três anos. Como se justifica, assim, diploma igual ao que será concedido aos profissionais dos cursos de promoção?

4 — Faz-se notar, a propósito, que, segundo determinação do Conselho da Europa, só são considerados profissionais de enfermagem alunos cuja preparação básica teórica assente em, pelo menos, 4600 horas.

Ora, as escolas do curso geral respeitam tal determinação, possuindo no seu programa escolar esse número de horas e frequentemente excedendo-o.

5 — Estranhamente, os alunos das escolas do curso geral não foram consultados pelos sindicatos de enfermagem para emitirem a sua opinião sobre um problema que, como é óbvio, e pelo exposto, lhes diz também directamente respeito, **É um direito do aluno** receber no fim de qualquer curso, e conferido pelo estabelecimento de ensino que frequentou, o diploma correspondente à preparação recebida.

Para os alunos das várias escolas do país continua a vigorar este direito. Que razões (demagógicas ou outras) poderão levar a abrir uma frustrante excepção para os alunos das escolas de enfermagem?

6 — Acentue-se ainda este facto: o diploma das escolas do curso geral em **nada lesará** os profissionais do curso de promoção, que, na sua totalidade, já se encontram colocados.

7 — Deverá, pois, deduzir-se que os fundamentos de um diploma único para todas as escolas se apresentam muito débeis e sobretudo mais claros. Não se trata de concorrência, nem de luta pela mesma categoria profissional, nem de um problema de desigualdade salarial. Legitimamente se pergunta, pois, qual o motivo por que, solucionada a situação considerada de injustiça relativamente aos profissionais dos cursos de promoção, se pretende agora criar uma situação injusta para os alunos das escolas de enfermagem.»

«Este é o incitamento a um acto nunca visto. Um livro destinado a que nós, os poetas antigos e modernos, ausentes ou presentes, ponhamos frente ao paredão da história um frio e delirante genocida»

o testamento poético de PABLO NERUDA

INCITAMENTO AO NIXONICÍDIO E LOUVOR DA REVOLUÇÃO CHILENA

APENAS POR 50$00

ENVIE ESTA IMPORTÂNCIA EM CHEQUE, NOTA DE BANCO OU VALE DO CORREIO À EDITORA E DISTRIBUIDORA AGÊNCIA PORTUGUESA DE REVISTAS, LISBOA 3 E TÊ-LO-Á EM SUA CASA NA VOLTA DO CORREIO

VÍTOR LOURO ENTREVISTADO

A Reforma Agrária no Sul permitiu aumentar a produção de cereais

As questões centrais da Reforma Agrária no sul do País foram analisadas pelo secretário de Estado da Reestruturação Agrária, Victor Louro, em entrevista concedida à Anop, onde se focam questões como a do crédito de emergência e se faz um balanço positivo da actividade dos trabalhadores agrícolas neste domínio.

A Secretaria de Estado da Reestruturação Agrária é o gabinete encarregado da aplicação das orientações políticas do ministério da Agricultura no que respeita à Reforma Agrária, na sua concepção mais alta, visando a modificação real das estruturas de propriedade e de produção.

Esta secretaria trata de todos os assuntos relativos às novas unidades colectivas de produção (a partir do documento que as constitui, ou seja, o decreto de expropriação), todos os problemas de gestão do crédito agrícola de emergência e outros créditos, e os que resultam da aplicação da nova legislação sobre arrendamento.

É nestes termos que Victor Louro, define as tarefas da sua competência. São complexas as suas atribuições pois, segundo afirma, «estruturar a produção das novas unidades colectivas é, por si só, uma tarefa imensa: trata-se de transformar os velhos latifundiários em unidades modernas sob todos os pontos de vista, quer tecnicamente quer no espírito de trabalho que lá se realiza quer mesmo no tipo de cultura que se há-de fazer.

«O objectivo dos trabalhadores destas unidades colectivas é completamente diferente do antigo grande latifundiário, cujo único objectivo era conseguir o lucro máximo com o mínimo de «maçadas» possíveis. O que importa aos trabalhadores é garantir o seu emprego, e assegurar uma produção capaz de responder às necessidades do País».

CRÉDITO DE EMERGÊNCIA

Sobre o crédito agrícola de emergência, o secretário de Estado da Reestruturação Agrária revelou: «As leis que estabelecem o crédito agrícola de emergência puseram à disposição dos pequenos e médios agricultores e dos trabalhadores agrícolas organizados em unidades colectivas de produção os meios financeiros indispensáveis à actividade produtiva (compra de sementes, adubos, alimentação para o gado, pequenas alfaias, pagamento de salários até às colheitas etc.), sendo os fundos provenientes da banca nacionalizada. A direita reaccionária dirigiu uma violenta campanha contra estas medidas, afirmando que os dinheiros públicos se destinavam a pagar generosamente aos trabalhadores agrícolas (150 escudos para os homens e 120 para as mulheres) sem qualquer garantia de que esses fundos fossem reembolsados, e que os pequenos e médios agricultores não seriam igualmente favorecidos na atribuição dos créditos.

Victor Louro: no Sul, o balanço é positivo

Sobre este assunto, declarou Vítor Louro:

«Não sei os números exactos, mas não me admiro que fossem as unidades colectivas que tivessem utilizado com mais intensidade o crédito agrícola de emergência. Primeiro, porque eram elas que estavam mais descapitalizadas; segundo, porque tinham uma dinâmica de produção maior, lançadas definitivamente para o aumento de produção; terceiro, não tinham qualquer tipo de preconceito contra o crédito, nunca o tinham utilizado, não tinham experiências negativas, enquanto o pequeno agricultor já tinha este preconceito, aliás legítimo, porque sob o fascismo os créditos foram sempre atribuídos com garantias hipotecárias.

E prosseguiu:

«Até ali era o patrão, depois passa a ser a própria cooperativa. Mas, de momento, e porque as cooperativas estavam descapitalizadas (e quem as descapitalizou foram os agrários), não tinham qualquer tipo de fundo de maneio. Isto dá bem uma ideia da coragem que é precisa — e que qualquer capitalista não teria — para se avançar sem meios para uma empresa dessa envergadura. Por isso, é preciso que o Estado cumpra a sua função, que é pôr à disposição dos novos produtores os meios de que eles necessitam para produzir. De resto, não fez nada de mais, porque se o fez em relação aos agrários com mais razão o deve fazer relativamente aos trabalhadores.

É preciso que se saiba que as colheitas neste País eram feitas com dinheiro do Estado. O agrário contraía empréstimos junto do Banco — ou da Junta de Colonização Interna, com taxas de juro preferenciais — para todo o ciclo de produção: para pagamento de salários, das sementes, das máquinas, e ainda por cima tinha subsídios para compra de máquinas, construção de barragens, etc. Ainda com a agravante de muitas vezes os créditos e subsídios serem utilizados, por exemplo, na compra de imóveis para rendimento quanto à garantia da hipoteca: as dívidas dos grandes agrários eram, várias vezes superiores ao valor das suas terras.

No caso das unidades colectivas, é o Estado que é proprietário das terras, pelas quais os trabalhadores pagam o aluguer. A não ser para salários, o dinheiro é emprestado em natureza: adubos, sementes, máquinas (...) e, por outro lado, investe-se em construções que ficam nas explorações e enriquecem o património do Estado.»

AUMENTO DA PRODUÇÃO

As realizações da Reforma Agrária são objecto de grande controvérsia. A questão é a de saber se a Reforma Agrária teve resultados palpáveis, mas ainda é demasiado cedo para se avaliarem os resultados. O secretário de Estado afirma já ser possível estabelecer um primeiro balanço positivo em dois pontos: a produção de cereais e o nível de emprego, e o desmentir de certos rumores alarmistas no domínio da criação de gado.

«Há actualmente 611 unidades colectivas de produção instaladas em terras expropriadas, com mais de 100 mil trabalhadores rurais.

«Na falta de dados, mais concretos sobre a produção, há a salientar o aumento da superfície cultivada, e os resultados espectaculares do distrito de Santarém. Nas localidades do Cabeçal e Couço, a superfície cultivada este ano é três vezes superior à do ano passado; nas de Mora, Coruche e Montargil, é duas vezes superior.

A quantidade de sementes requisitadas ao Instituto dos Cereais, só nos distritos do Sul, passou de 28 mil toneladas no ano passado a 41 mil toneladas neste ano, esperando-se que, em termos de produtividade, venha a corresponder ainda a um aumento maior, pois que se trata de sementes seleccionadas. Para os que falam em diminuição da produção, não sei como interpretam os dados seguintes: nos mesmos distritos, a produção de trigo aumentou 24 por cento em relação a 1974».

Um dos grandes ataques que se tem feito à Reforma Agrária é a denúncia» de abates selvagens do gado. Victor Louro reconhece ser muito mais difícil fazer uma apreciação correcta da situação na criação de gado do que nos cereais, mas garantiu que praticamente em todas as unidades colectivas de produção o número inicial de cabeças de gado foi multiplicado.

«Houve efectivamente abate de gado no Alentejo, mas não por parte das unidades colectivas; e se não houve mais foi porque os Centros da Reforma Agrária conseguiram intervir o suficiente para impedir que este fosse calamitoso».

Esta situação deve-se à forma como se fazia a criação de gado nesta região. Na maioria dos casos, o gado não pertencia aos grandes proprietários, que não queriam correr riscos: alugavam as pastagens, a outro indivíduo, que era o proprietário do gado. Presentemente uma parte importante destas antigas pastagens pertence às unidades colectivas, que não estão interessadas no tipo de exploração extensiva e, por isso, não alugam as pastagens: as unidades têm interesse em ficar com a mais valia produzida através do gado e não com o produto do aluguer das pastagens.

Na medida em que as unidades colectivas não alugam as pastagens, têm que adquirir o gado e é aí que surgem os problemas porque muitas vezes não dispõem de meios financeiros para tal e os donos de gado recusam-se a vendê-lo às unidades colectivas, preferindo mandá-lo abater. Na medida do possível os Centros de Reforma Agrária têm-se esforçado por evitar estas situações. Uma experiência que merece ser salientada é a da bolsa do gado, que funciona em Évora, por total iniciativa do Centro de Reforma Agrária dessa cidade, que organiza a distribuição do gado pelas unidades que oferecem melhores condições para a sua criação, sistema que deveria ser utilizado em larga escala.

O ministro da Agricultura teve de intervir através dos Centros de Reforma Agrária para evitar que o abate se tornasse uma verdadeira catástrofe nacional.

A concluir, afirmou Victor Louro: «Só maldosamente se pode afirmar que os trabalhadores fazem abates selvagens; basta ter visitado qualquer unidade colectiva de produção do Sul para saber o orgulho e cuidados com que os trabalhadores tratam o seu gado.»

PUB

SINDICATO DOS PROFESSORES da Grande Lisboa

REUNIÃO DE PROFESSORES DO 7.º ANO DE ESCOLARIDADE

Na sequência da circular n.º 25/76, convocam-se os professores do 7.º ano de escolaridade para uma reunião a realizar na 3.ª-feira, dia 17, às 21.30 h, na sede do Sindicato, Rua das Gaivotas, 6.

A Comissão Directiva Provisória

Trabalho

MANIFESTAÇÃO EM SANTARÉM

"Tirar lições dos recuos para poder avançar

«Os trabalhadores sabem tirar as lições dos seus recuos e deles fazer o caminho de novos avanços. É esta a enorme riqueza da nossa experiência de luta» — afirmou o representante da Intersindical aos milhares de trabalhadores que se concentraram no Largo do Seminário em Santarém, no decorrer da manifestação ontem ali realizada.

A concentração-comício foi convocada por 25 cooperativas agrícolas, três cooperativas de construção civil, seis empresas metalúrgicas, sete comissões de moradores e nove sindicatos, além da Federação Nacional dos Metalúrgicos, da União Sindical de Torres Novas e de um grupo de agricultores de Alpiarça.

Referindo-se aos perigos que espreitam a democracia, o representante acentuou a necessidade de fortalecer a unidade entre os trabalhadores. «Nesta batalha em que todos estamos empenhados, não há lugar para desânimos. As grandes acções de massas, ultimamente levadas a cabo não podem parar e, de acordo com as condições concretas de cada zona ou de cada sector, deverão ser intensificadas e alargadas às mais amplas camadas de trabalhadores».

«Não tenhamos ilusões — acrescentou. O fascismo bate às portas em algumas zonas do País. Noutras está prestes a entrar. E, noutras ainda é ele que dita leis e que expulsa todos aqueles que se lhe não submetem. Esta é a realidade, contra a qual temos de lutar duramente sem tréguas e com a confiança de sabermos que ao nosso lado está a maioria esmagadora do povo português».

Rostos cansados do trabalho e uma vontade férrea: «A Reforma Agrária avançará»

Nesta concentração-comício que tinha como objectivo lutar pelo avanço da Reforma Agrária, contra os ataques terroristas, contra os saneamentos à esquerda, o avanço da reacção, etc., usaram ainda da palavra os representantes dos Sindicatos da Construção Civil, dos Metalúrgicos e dos trabalhadores agrícolas.

No final, foi aprovada por unanimidade, uma moção a enviar ao Presidente da República, Conselho da Revolução e Conselho de Ministros, na qual «manifestam o seu repúdio perante a política actualmente seguida pelo Ministério do Trabalho e expressa a sua mais profunda e total desconfiança nos actuais responsáveis por esse Ministério». Exigem ainda «dos órgãos do Poder que seja posto à ingerência do Ministério do Trabalho nas organizações dos Trabalhadores e repudiam o saneamento à esquerda na delegação de Santarém do M.T., na pessoa do dr. Madeira Lopes».

Nos outros pontos da moção, os trabalhadores reunidos em Santarém exigem a renovação das credenciais passadas às comissões de trabalhadores, a imediata publicação do decreto-lei sobre controlo operário, tal como foi aprovado há meses no Conselho de Ministros, a tomada de disposições que façam pagar «no essencial» aos capitalistas o preço da crise económica e a imediata suspensão do congelamento da contratação colectiva. Reivindica-se também a reposição dos preços de produtos de primeira necessidade aos níveis dos praticados na altura da formação do VI Governo.

NO PORTO E EM BRAGA

A D.R.O.T. ouviu "não"

À semelhança do que se passou em Lisboa, onde os sindicatos e comissões de trabalhadores, em sinal de repúdio pela actual política praticada pelo M.T.» se recusaram a tomar parte numa reunião com o DROT (Departamento de relações com as Organizações de Trabalho), também no Porto não chegou ao fim a reunião havida entre elementos daquele departamento e cerca de meia centena de sindicatos e representantes de organizações de trabalhadores.

Estes abandonaram a reunião depois de considerarem não ser possível aceitar e discutir as propostas do Governo sem audição dos trabalhadores e das massas associativas dos sindicatos.

Os elementos do D. R. O. T. (dr. Júlio Dias, António Simões e Manuel Ângelo de Almeida) pretendiam «auscultar as organizações de trabalhadores sobre as opções gerais que estão na base das leis relativas a salários e outras regalias e à contratação colectiva, em fase de elaboração no M. T.», e que o Governo «deverá fazer aprovar até final do mês de Fevereiro, altura em que cessa o congelamento da contratação».

Os sindicatos opuseram várias razões à sondagem proposta e ao avanço dos trabalhos em tais condições, já que, por um lado, não era dado tempo para «uma consulta democrática aos trabalhadores» e, por outro, é de estranhar uma sondagem estando «já as leis preparadas». Os sindicatos acusaram o M. T. de fazer as leis nas costas dos trabalhadores (o dr. Júlio Dias aceitou a crítica: «Daqui para diante, o método será o de consulta às leis do trabalho») e referiram uma série de medidas tomadas (despedimentos, horário de trabalho, congelamento da contratação, passagem de credenciais etc.) que «foram aprovadas sem sequer serem ouvidos os trabalhadores».

RETIRADA

Também em Braga os representantes de comissões de trabalhadores e estruturas sindicais recusaram reunir-se com representantes do D. R. O. T. e exigiram a saída da sala dos seus elementos.

Depois da retirada dos representantes do D. R. O. T., os trabalhadores debateram a actuação do Ministério do Trabalho, nomeadamente o congelamento da contratação, o saneamento de vários delegados do Ministério do Trabalho, o problema da passagem de credenciais às comissões de trabalhadores das empresas em autogestão e o «apoio ao regresso dos patrões e sabotadores», aprovando um voto de desconfiança «à actuação da equipa do Ministério do Trabalho».

I Encontro da Hotelaria propõe turismo social e nacionalização do jogo

A criação de uma Central Única de Turismo a funcionar em estreita colaboração com a Central Sindical foi uma das propostas aprovadas no I Encontro Nacional de Hotelaria e que vão ser, agora, apresentadas ao Governo.

O Encontro decorreu neste fim-de-semana no Hotel Estoril-Sol, e nele participaram centenas de trabalhadores ligados ao sector. Ao longo das intervenções foi definida a prioridade para o turismo social, tendo sido pedida a fundação de um Instituto Superior de Turismo, com cursos reconhecidos oficialmente e conferindo grau universitário.

Os trabalhadores pronunciaram-se pela coexistência da propriedade privada, empresa nacionalizada e em autogestão ou com intervenção estatal até ser atingida a colectivização total dos meios de produção.

NACIONALIZAR O JOGO

«Considerando que o jogo é uma actividade praticada pelas classes mais privilegiadas numa sociedade capitalista» e que «é bem patente o boicote económico que os grandes patrões fizeram logo a seguir ao 25 de Abril», os trabalhadores presentes neste Encontro, exigem que «o Estado chame a si, sob controlo dos trabalhadores, a responsabilidade da administração das salas de jogo» e que «os lucros fabulosos desta actividade sejam postos ao serviço dos trabalhadores portugueses», através de subsídios para o Turismo Social, criação de postos de trabalho. Esta proposta foi aprovada por unanimidade e aclamação.

A secção que teve a seu cargo o estudo dos problemas do sector de Agências de Viagens apresentou uma proposta, aprovada depois em plenário, de criação de um Operador Nacional de Turismo, aglutinado as Agências de Viagens nacionalizadas e cuja actividade deverá incidir principalmente sobre o turismo de importação e reexportação.

Entre as medidas, a curto prazo, propostas no Encontro, contam-se: a elaboração de um filme de promoção turística de Portugal e a criação de uma companhia de voo «charter» subsidiária da TAP e que a CP facilite o turismo interno e que seja lançada uma campanha de Outono dedicada especialmente aos emigrantes.

As decisões deste I Encontro, que não teve a presença do dr. Jorge Campinos como chegou a estar anunciado, colidem com a resolução do Conselho de Ministros de 30 de Dezembro de 1975 publicado no «Diário do Governo», em 7 de Janeiro: «que o capital, uma vez vencida a actual crise do sector turístico e hoteleiro, poderá recuperar as posições que perdeu, seja por acto deliberado de sabotagem, como o abandono e outras formas».

Congresso dos Têxteis

Ultimam-se os preparativos para a escolha dos representantes dos trabalhadores têxteis ao Congresso que deverá realizar-se no Porto, entre 18 e 21 de Março próximo.

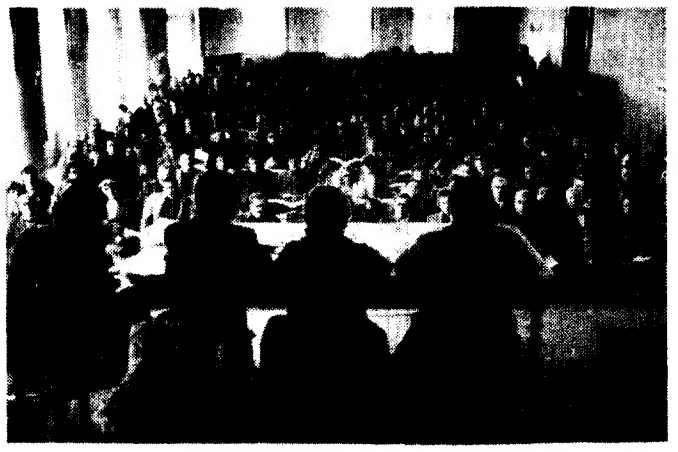
O Congresso reunirá operários daquele sector e ainda de outros ramos (lanifícios, cordoeiros e tapeteiros), devendo resultar dele a fusão da Federação dos Trabalhadores Têxteis com a dos Lanifícios e a dos Vestuários.

Descentralização administrativa

PORTO, 12 — Em conferência de Imprensa dada nas instalações da Comissão de Planeamento da Região Norte foi afirmado, a propósito dos projectos sobre regionalização, que esta passa obrigatoriamente por uma descentralização administrativa e, portanto, por uma maior autonomia de várias regiões do País. A descentralização foi encarada em correlação com as necessidades de desenvolvimento económico e social das populações. Foi solicitada uma ampla colaboração dos meios de comunicação social a fim de ser promovido um debate sobre esta matéria. Simultaneamente, foram distribuidos documentos de certa extensão e profundidade sobre a regionalização e autonomia administrativa, propondo-se inclusivamente, «a associação de concelhos com vista à prestação de serviços por um gabinete de técnicos de apoio às autarquias locais».

PORTO

Encontro distrital da Previdência



Necessidade de promulgar legislação punitiva contra o patronato que não pague as suas contribuições», foi uma das decisões do Encontro Distrital da Previdência, que se realizou este fim-de-semana no Porto, com a participação de representantes de Sindicatos e de Comissões Administrativas das Caixas e ainda da União Sindical dos Reformados da Previdência.

Foi efectuado um balanço da actividade da Previdência no tempo do fascismo, tendo sido acusados os antigos governantes de fazerem da Previdência «uma empresa capitalista». Entre as sugestões apresentadas, destaca-se a necessidade de pôr em prática o despacho que determina que as folhas de ordenados e as guias de entrada de contribuições sejam visadas pelos trabalhadores, a formação de grupos de trabalho para a Previdência nos Sindicatos.

«Que os trabalhadores tenham efectivo controlo sobre a Previdência» foi uma das questões mais vivamente debatidas na reunião. As moções aprovadas foram enviadas ao Presidente da República, Primeiro-Ministro, Conselho da Revolução e Assembleia Constituinte.

Estrangeiro

A O.N.U. 31 ANOS DEPOIS DA FU

O secretário-geral da O.N.U., Kurt Waldheim, declarava recentemente na universidade de Denver que «apesar de todas as críticas dirigidas contra a organização mundial, parece que não há, pelo menos no espírito dos Governos, outras soluções a propor em tempo de crise a não ser procedimentos imperfeitos.»

Ele via a demonstração disso no facto de a ordem do dia do Conselho de Segurança estar este ano mais carregada do que nunca».

A O. N. U. conhece pois uma recrudescência de interesse, mesmo da parte dos Governos que provocaram a sua impotência devido às recusas de a manter e de se conformar com as suas recomendações. Deverá atribuir-se tal recrudescência ao facto de as Nações Unidas terem o único «forum» mundial onde todos os Estados, mesmo os mais pequenos, podem expor, pelo menos uma vez por ano, as suas necessidades, e exprimir as suas preocupações? Não será, com efeito, o desconhecimento dessas necessidades e dessas preocupações — principalmente da aspiração de os países em vias de desenvolvimento serem tratados em pé de igualdade — que hoje suscita a maioria das perturbações actuais? Em todo o caso, as Nações Unidas oferecem ao mundo modificações no equilíbrio das forças, uma imagem inapreciável para todos aqueles cuja tarefa é dirigir nações.

Essa imagem é totalmente diferente da que a ONU oferecia há trinta anos, quando a 26 de Abril, de 1945, os delegados de cinquenta nações assinavam em São Francisco a carta das Nações Unidas. Ainda é mais diferente daquela que apresentava entre as duas guerras mundiais, a Sociedade das Nações, dominada pela França e pela Grã-Bretanha.

Em 1945, os Estados Unidos, vitoriosos e enriquecidos pela guerra, dominam por sua vez a cena mundial. Gasta pela guerra e ainda sem armas nucleares, a União Soviética não está em condições de contestar a primazia da América. Os Estados Unidos reinam

República Federal da Alemanha: 62 milhões de habitantes, com um rendimento de 5.890 dólares «per capita»

ÁFRICA

África (47)	Superfície em km2	População em 1974 (milhões)	Produto Nacional Bruto por pessoa /ano	Data de admissão na O.N.U.
1. África do Sul	221.037	24.3	1200	7- 9-45
2. Alto Volta	274.200	5.8	80	20- 9-60
3. Argélia	2.381.741	15.2	650	8-10-62
4. Benim (ex-Dahomey)	112.622	3	120	20- 9-60
5. Botswana	600.372	0.6	270	17-10-66
6. Burundi	27.834	3.7	80	18- 9-62
7. Cabo Verde	4.033	0.272		16- 9-75
8. Camarões	475.442	6.3	260	29- 9-60
9. Comores	2.261	0.281		12- 9-75
10. Congo (Brazzaville)	342.000	1.2	380	20- 9-60
11. Costa do Marfim	322.463	6.1	420	20- 9-60
12. Egipto	1.001.449	36.4	280	24-10-45
13. Etiópia	1.221.900	27.2	90	13.11.45
14. Gabão	267.667	0.5	1560	20.9.60
15. Gâmbia	11.295	0.5	170	21.9.65
16. Ghana	238.537	9.6	350	8.3.57
17. Guiné-Bissau	36.125	0.5		17.9.74
18. Guiné-Conakry	245.847	5.4	120	2.12.58
19. Guiné Equatorial	28.051	0.3	260	12.11.68
20. Lesotho	30.355	1.2	120	17.10.66
21. Libéria	111.369	1.5	330	2.11.45
22. Líbia	1.749.540	2.2	3360	14.12.55
23. Madagascar	587.041	8.6	170	20.9.60
24. Malawi	117.800	5	130	1.12.64
25. Mali	1.201.625	5.5	70	28.9.60
26. Marrocos	445.050	16.3	430	12.11.56
27. Maurícias	1865	6.9	480	24.4.68
28. Mauritânia	1.170.000	1.3	230	27.10.61
29. Moçambique	783.030	8.5	420	16.9.75
30. Níger	1.189.000	4.5	100	20.9.60
31. Nigéria	923.768	13.1	240	7.10.60
32. Quénia	236.036	11.2	160	25.10.62
33. Rep. Centro-Africana	622.984	1.7	200	20.9.60
34. Ruanda	26.338	4.1	80	18.9.62
35. S.Tomé e Príncipe	964	0.073		16.9.75
36. Senegal	201.000	4.2	320	28.9.60
37. Serra Leoa	71.740	2.8	180	27.9.61
38. Somália	637.657	3.1	80	20.9.61
39. Suazilândia	17.363	6.5	400	24.9.68
40. Sudão	2.505.823	17.5	150	12.11.56
41. Tanzânia	940.694	14.3	140	14.12.61
42. Tchad	1.284.000	4	90	20.9.60
43. Togo	56.600	2.2	210	20.9.60
44. Tunísia	164.150	5.6	550	12.11.56
45. Uganda	236.036	11.2	160	25.10.62
46. Zaire	2.345.409	24.1	150	20.9.60
47. Zâmbia	752.614	4.8	480	1.12.64

AMÉRICA DO NORTE E CENTRAL

América do Norte e Central (17)	Superfície em Km2	População em 1974 (milhões)	Produto nacional bruto pessoa/ano	Data de admissão na ONU
1 Bahamas	11.405	0.2	2460	18- 9-73
2 Barbados	430	0.2	1110	9-12-66
3 Canadá	9.976.177	22.5	6080	9-11-45
4 Costa Rica	50.900	1.9	790	2-11-45
5 Cuba	114.524	9.1	640	24-10-45
6 El Salvador	21.393	3.9	390	24-10-45
7 Estados Unidos	9.363.353	212	6640	24-10-45
8 Grenada	334	0.1	300	17- 9-74
9 Guatemala	108.889	5.3	570	21-11-45
10 Haiti	27.750	4.5	140	24-10-45
11 Honduras	112.088	2.9	340	17-12-45
12 Jamaica	11.425	2	1140	18- 9-62
13 México	1.972.546	58	1000	7-11-45
14 Nicarágua	130.000	2	650	24-10-45
15 Panamá	75.650	1.6	1010	13-11-45
16 República Dominicana	48.422	4.6	590	24-10-45
17 Trindade e Tobago	5.128	1.1	1490	18- 9-62

AMÉRICA DO SUL

América do Sul (12)	Superfície em km 2	População em 1974 (milhões)	Produto nacional bruto pessoa/ ano	Data de admissão na O.N.U.
1 Argentina	2.776.656	24.6	1.900	24.10.45
2 Bolívia	1.098.581	5.5	250	14.11.45
3 Brasil	8.511.965	103.9	900	24.10.45
4 Chile	741.767	10.4	820	24.10.45
5 Colombia	1.138.914	22.8	510	5.11.45
6 Equador	291.525	6.9	460	21.12.45
7 Guiana	214.939	0.8	470	20. 9.66
8 Paraguai	406.752	2.5	480	24.10.45
9 Peru	1.285.216	14.9	710	31.10.45
10 Surinam	168.265	0.385		4.12.75
11 Uruguai	306.360	3	1060	18.12.45
12 Venezuela	910.050	11.6	1.710	15.11.45

ÁSIA

Ásia (33)	Superfície em km2	População em 1974 (milhões)	Produto nacional bruto por pessoa /ano	Data de admissão na ONU
1-Afganistão	650.000	17	100	19-11-46
2-Arábia Saudita	1.600.000	8	2080	24-10-45
3-Bahrein	598	0.02	2250	21-9-71
4-Bangladesh	142.776	76.2	100	17-9-74
5-Botão	47.000	1.2	70	21-9-71
6-Birmânia	677.950	30.2		19-4-48
7-China	9.561.000	825	300	24-10-75
8-Emiratos Árabes Unidos	836.000	0.25	13500	9-12-71
9-Filipinas	299.681	41.4	310	24-10-45
10-Índia	3.276.141	595.60	130	30-10-45
11-Indonésia	1.904.345	127		28-9-50
12-Iraque	434.924	10.8	970	21-12-45
13-Irão	1.648.000	31.3	1060	24-10-45
14-Israel	20.700	3.3	3380	11-5-49
15-Japão	369778	109.7	3888	18-12-56
16-Jordânia	96.985	2.6	4000	14-12-55
17-Koweit	17.890	0.93	11640	14-5-63
18-Laos	236.800			14-12-55
19-Líbano	10.400	3.1	1080	24-12-45
20-Malásia	332.632	11.6	660	17-9-57
21-Maldivas	298	0.12		21-9-65
22 Mongolí	1.565.000	1.15	620	27-10-61
23 Nepal	140.800	12.3	110	14-12-55
24 Oman	212.379	0.75	1250	7-10-71
25 Paquistão	803.943	69.31	130	30- 9-47
26 Qatar	22.014	0.2	5830	21- 9-71
27- Repub. Árabe do Iemen	195.000	6.4	120	30- 9-67
28 Repub. Dem do Iemen	287.783	1.6	120	14-12-55
29 Repub. Khmer	181.035	8.1		14-12-55
30 Singapura	581	2.2	2120	21- 9-65
31 Síria	185.180	7.2	490	24-10-45
32 Sri Lank	65.610	13.4	130	14-12-55
33 Tailândia	518.000	41	300	16-12-46

EUROPA

Europa	Spuerfície em km2	População em 1974 (milhões)	Produto Nacional Bruto/pessoa ano	Data de admissão na O.N.U.
1 Albânia	28.748	2.3	530	14-12-55
2 Áustria	83.849	7.5	4050	14-12-55
3 Bélgica	30.513	9.8	5210	27-12-45
4 Bielorrússia (URSS)	207.600			24-10-45
5 Bulgária	110.912	8.7	1770	14-12-55
6 Checoslováquia	127.869	14,7	3220	24-10-45
7 Chipre	9.251	0,7	1380	20- 9-60
8 Dinamarca	43.069	5	5820	14-10-45
9 Espanha	504.750	35,1	1960	14-12-55
10 Finlândia	337.009	4,7	4130	14-12-55
11 França	551.000	52,5	5190	24-10-45
12 Grécia	131.944	8,9	1970	25-10-45
13 Holanda	33.623	13.5	4880	10-12-45
14 Hungria	93.030	10,5	2140	14-12-55
15 Inglaterra	244.013	56.2	3360	24-10-45
16 Irlanda	70.282	3,1	2370	14-12-55
17 Islândia	103.100	0,2	5550	19-11-56
18 Itália	301.226	55,4	2770	14-12-55
19 Jugoslávia	255.804	21,1	1250	24-10-45
20 Luxemburgo	2.586	0.35	5690	24-10-45
21 Malta	316	0.3		18- 9-73
22 Noruega	324.219	4	5280	27-12-64
23 Polónia	312 520	33,7	2450	24-10-45
24 Portugal	91.641	9	1540	14-12-55
25 Rep. Democ. Alemã	108.304	17.2	3430	18-9-73
26 Rep. Fed. Alemã	247.973	62	5890	18- 9-73
27 Roménia	237.500	21,2		14-12-55
28 Suécia	449.750	8.2	6720	19-11-56
29 Turquia	780.576	38.9	690	24-10-45
30 Ucrânia (URSS)	601.000			24-10-45
31 URSS	22.402.200	252	2300	24-10-45

OCEANIA

Oceania (4)	Superfície e km2	População em 1974 (milhões)	Produto nacional bruto por por pessoa ano	Data de Admissão na O.N.U.
1 Austrália	7.704.165	13.3	4.760	1.11.45
2 Fidji	18.272	0.6	720	13.10.70
3 Nova Zelândia	2.268.672	3	4.100	24.10.45
4 Papuásia/Nova Guiné	475.668	2.6	440	10.10.75

UNDAÇÃO

JEAN SCHWOEBEL

Paquistão: 68 milhões com um produto nacional bruto anual de 130 dólares «per capita»

pois, sózinhos, nas Nações Unidas, apoiando-se numa maioria composta de países europeus e latino-americanos. Para não ter de lhes obedecer, a U. R. S. S. terá pois de recorrer constantemente ao direito de veto que a Carta das Naçoes Unidas atribui às cinco grandes potências que são membros do Conselho de Segurança China, Estados Unidos, França Grã-Bretanha, U. R. S. S.)

Em todo o caso a situação será transformada por dois acontecimentos. A União Soviética entra em 1957 no domínio dos foguetões, e, progressivamente, vai atingindo uma igualdade nuclear com os Estados Unidos.

As descolonizações sucessivas modificarão, por outro lado, a composição das Nações Unidas: os países do Terceiro Mundo disporão, por volta dos anos 70, de uma maioria esmagadora, no seio da Assembleia Geral. Mas a sua fraqueza económica e militar é tal que os países industrializados, ainda vao ser, durante alguns anos, surdos aos seus apelos e reivindicações, sem se preocuparem grandemente com as múltiplas recomendações da Assembleia.

Em 1973, a guerra de Outubro incita os países árabes produtores de petróleo, a servirem-se da arma de que dispoem para pressionar os Governos ocidentais considerados demasiado favoráveis a Israel. Para resistir à vigorosa contrapressão dos Éstados Unidos, chegam a fazer uma espécie de acordo tácito com os outros países em vias de desenvolvimento. Asseguram assim o apoio do «Grupo dos 77», constituido pelos representantes do Terceiro Mundo na ONU e nos organismos que ela controla; em contrapartida, recusam, juntamente com os países industrializados consumidores de energia, todo e qualquer diálogo que não se refira ao problema do desenvolvimento e à reformulação de um sistema económico mundial, que os «77» consideram injusta e desfavorável aos países pobres.

Os países industrializados ocidentais, que reunem, no máximo, 25 vozes em 144 na Assembleia das Nações Unidas, já não estão em condições de se subtrair à pressão moral, política e jurídica exercida nas Nações Unidas pelos 108 países em vias de desenvolvimento (que representam 3 biliões de homens e que, tal como os países petrolíferos, se esforçam por organizar a sua sociedade em todos os domínios a fim de adquirir as armas económicas que lhes faltam.) Essa pressão não deixará de crescer enquanto o fosso entre países ricos e países pobres continuar a aumentar, como o confirma a décima edição do Atlas do Banco Mundial, que será em breve publicado. Com efeito, o Atlas indica que o produto nacional bruto médio, por pessoa e por ano, que, nos países pobres, passara de 102 para 120 dólares (entre 1960 a 1970), recaiu em 1975, em 116 dólares aproximadamente. Em contrapartida, o produto nacional bruto médio, por pessoa, nos países industrializados, que é hoje da ordem dos 4.550 dólares, aumenta todos os anos à volta de 150 dólares, isto é, 3 por cento.

A crescente agressividade dos países do Terceiro Mundo na ONU (em 1974 e 1975) que se manifestou por exemplo, através de violentos ataques contra o «imperialismo» e o «neocolonialismo» dos Estados Unidos — ataques que, é certo, abrandaram bastante com a abertura do diálogo Norte-Sul, provocou autêntica irritação entre os americanos que se interrogam sobre o interesse de continuar no seio dessa organização.

No entanto, em Washington, os dirigentes estão de acordo, com o ponto de vista já citado de Waldheim: de qualquer modo, com ou sem a ONU, haverá tensões e conflitos. Mais vale tentar reduzir-lhes a gravidade, servindo-se de uma organização a que os países em vias de desenvolvimento dão a sua confiança, e que obedece a regras, que os próprios Estados Unidos e os seus aliados organizaram há trinta anos.

Quanto aos países em vias de desenvolvimento, sentem-se tão ligados à Organização Mundial porque ela é a derradeira protecção contra os abusos do Poder dos grandes, e o seu último recurso, contra a recusa de os países industrializados aceitarem uma reforma profunda das regras da economia mundial e do comércio. Por isso estão neste momento reunidos em Manilla os membros do «Grupo dos 77» que decidiram unir os seus esforcos mais para a Quarta Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (C. N. U.C.E.D.), que se efectuará em Nairobi no mês de Maio próximo, do que para a Conferência Norte-Sul de Paris, na qual só estarão representados 19 países.

Se essa Conferência fracassasse, o «Grupo dos 77» retomaria sem dúvida na ONU a ofensiva lançada em 1974 e 1975. A não ser que entretanto o agravamento dos conflitos — tais como os de Angola e do Sara Ocidental — que opõem vários dos seus membros, viesse a pôr em perigo a unidade do Terceiro Mundo.

No Quénia (11,2 milhões de habitantes, 160 dólares «per capita») o primeiro exército feminino foi criado em 1971

QUEM É QUEM

GRUPO DOS PAÍSES INDUSTRIALIZADOS

Este grupo compreende os países da Europa Ocidental e os países industrializados não socialistas. Não são forçosamente solidários nos escrutínios da ONU, mas há entre eles certas formas de solidariedade económica. São eles: África do Sul, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, Grécia, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Nova-Zelândia, Países Baixos, Portugal, República Federal da Alemanha, Reino Unido, Suécia, Turquia.

GRUPO DOS PAÍSES SOCCIALISTAS (10)

Bielorrússia, Bulgária, Hungria, Mongólia, Polónia, República Democrática Alemã, Roménia, Checoslováquia, Ucrânia, U.R.S.S.

(Estes países adoptam geralmente a mesma posição excepto, em certos casos, a Roménia. A Repúbblica da China Popular e a Albânia têm uma posição diferente. A admissão da Bielorrúsia e da Ucrânia, que fazem parte da U.R.S.S. foi o resultado de um compromisso realizado entre a Grã-Bretanha, os Estados Unidos e a U.R.S.S. durante a conferência de Yalta (1945). Staline renunciou então a pedir a admissão à futura ONU das dezasseis Repúblicas Socialistas da U.R.S.S., pedido esse que tinha feito à conferência de Dumbarton-Oaks, e a que os seus aliados se opuseram categoricamente.)

MEMBROS DA LIGA ÁRABE (21)

Argélia, Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Iraque, Jordânia, Koweit, Líbano, Marrocos, Mauritânia. O.L.P., Oman, Oatar, República Arabe da Líbia, Somália, Sudão, Síria, Tunísia, República Árabe do lemen, República Democrática Popular do lemen.

PAÍSES NÃO MEMBROS DA O.N.U.

Correia do Norte, Coreia do Sul, Rodésia, Suíça, Vietname (Hanoi e Saigão), Mónaco, Nauru, Samora Ocidentais, São Marinho, Tonga. Outros países, como Angola, tornaram-se independentes, ou, como a Namibia, têm a vocação da independência.

Estrangeiro

Colonialismo sobrevive em onze países da América Latina

Na cidade do México decorreu a reunião preparatória para o Segundo Congresso Continental da Unidade Latino-Americana, que deve realizar-se no Panamá.

México — O Primeiro Congresso da América Central e das Caraíbas pronunciou-se, na sua declaração final publicada a 8 de Fevereiro, pela «criação de uma organização dos Estados Latino-Americanos (O. E. L. A.) e pela restituição de todos os territórios da região ainda ocupados por forças colonialistas e neo-colonialistas (canal de Panamá, Belize, Suriname Guantanamo e Malovinez).

Esta reunião preparatória para o Segundo Congresso Continental da Unidade Latino-Americana, que deve realizar-se este ano no Panamá ou na Venezuela, felicitou-se pelos progressos da solidariedade latino-americana que permitiram pôr fim ao bloqueio a Cuba.

Os representantes dos países participantes (Colômbia, Costa-Rica, Guatemala, Salvador, Honduras, Nicarágua, Panamá, Porto-Rico, República Dominicana e México) condenaram o Chile «fascista» e pediram aos países latino-americanos que rompessem todas as relações com a ditadura chilena. O Congresso condenou paralelamente a política dos Estados Unidos em Porto-Rico e resolveu apoiar o movimento de independência dessa ilha, e levar as suas reivindicações perante as tribunas internacionais. Por fim, o Congresso deu o seu apoio «ao povo e ao Governo panamianos» na sua luta pela reconquista da soberania na zona do canal.

«Le Monde»

Suborno de funcionários para fazer mais negócio

WASHINGTON, 16 — (ANOP) Uma organização privada de investigações comerciais revelou que 75 por cento das empresas norte-americanas se valem do suborno de funcionários estrangeiros para aumentar os seus negócios.

O estudo, realizado por 73 directores executivos de importantes empresas norte-americanas, indica a América Latina e o Médio Oriente como as regiões onde mais proliferam os «pagamentos especiais» para a obtenção de contratos.

O documento, dado à publicidade em Washington, afirma que as companhias que com maior frequência praticam o suborno são aquelas que tratam com altos funcionários de Governos estrangeiros ou firmas cujos produtos requerem regulamentação oficial.

Actualmente, a empresa norte-americana Lockheed está envolvida num escândalo por ter pago fabulosas quantias para obter contratos na América Latina, na Europa Ocidental e na Ásia.

A "Pravda" critica sociais-democratas

MOSCOVO, 16 — (R.) «Pravda» criticava há dias asperamente dirigentes sociais-democratas europeus que davam prioridade aos interesses da NATO, avisando que se tratava de uma política que ajudava os seus adversários.

O jornal do Partido Comunista soviético evitava referir-se pelo nome aos sociais-democratas mas deixava poucas dúvidas de que aqueles incluiam o primeiro-ministro britânico Harold Wilson e o chanceler alemão ocidental Helmut Schmidt, que estão fortemente comprometidos com a Organização do Tratado do Atlântico Norte.

A «Pravda» dizia que se tratava de uma política que perpetuava a inimizade entre tendências democráticas diferentes — uma aparente referência ao socialismo e ao comunismo — e isto era exactamente o que «os grandes capitalistas e os monopólios» mais desejavam.

O jornal do Kremlin, que comentava a cimeira socialista europeia do mês passado em Elsinore, na Dinamarca, criticava também os sociais-democratas que se opunham ao comunismo.

«O anticomunismo não só fecha a porta à cooperação entre forças sociais que estão estreitamente ligadas... mas cria também o grande perigo de uma crescente tensão internacional e de ceder terreno às forças da agressão e da guerra» — afirmava o jornal.

O comentário notava aprovadoramente que alguns delegados a outra conferência socialista realizada o mês passado em Paris, à qual assistiram socialistas franceses, italianos, portugueses, belgas e espanhóis, teriam rejeitado a oposição ao comunismo.

A experiência de Cuba avisa o Suriname

LINO LUBEN PEREZ

Após mais de três séculos de domínio colonial holandês, o Surinam (antiga Guiana Holandesa) ascendeu à independência e passou a ser o mais novo membro das Nações Unidas. Contudo, graves perigos ameaçam esse Estado da costa setentrional da América do Sul. Cuba denunciou as ameaças que recaem sobre Surinam, devido às pretensões do imperialismo e seus lacaios, apostados em frustar o exercício da independência plena da antiga colónia holandesa.

O exemplo de Cuba pode servir ao Suriname

Num discurso pronunciado numa sessão do Instituto Cubano de Amizade com os Povos (ICAP), em homenagem à independência de Surinam, Osvaldo Cardenas, funcionário do Comité Central do Partido Comunista de Cuba, afirmou que a luta do povo surinamês é parte integrante da destruição do sistema colonial e da crise geral do capitalismo. Destacou as lutas dos surinameses em prol da sua independência, e disse que o primeiro-ministro daquele país, Hank Arron, acelerou o processo de descolonização.

Arron içou em Novembro passado a nova bandeira de Surinam, vermelha e verde, e os festejos pelo acontecimento caracterizaram-se por uma alegria transbordante. Mais de 40 delegações estrangeiras assistiram a este acto no único país de língua holandesa na América.

Numa sessão solene da Assembleia Legislativa, Arron afirmou que não tolera que as riquezas do país sirvam aos interesses estrangeiros. O primeiro-ministro declarou que o seu país manterá uma política externa de aproximação e cooperação com a América Latina e as Caraíbas.

O governo surinamês anunciou que se elevará para o quádruplo os impostos sobre a multinacional americana ALCOA, que extrai do país cerca de 25 por cento da bauxite que entra nos EUA. Surinam é considerado o terceiro produtor mundial de bauxite, e, nos seus 164 mil quilómetros quadrados de superfície, possui vastas riquezas minerais. (Prensa Latina).

América Central: uma das regiões mais expostas aos terramotos

AMÉRICA CIDADE DO MÉXICO, 16 — (ANOP) — A América Central situada na cintura sísmica que vai do Alasca à Terra do Fogo, é uma das regiões do continente mais expostas aos terramotos de violência catastrófica. Desde o norte da Guatemala, junto à fronteira com o México, até ao istmo panamiano e numa extensão superior a dois mil quilómetros, encontram-se pelo menos 30 a 40 vulcões em actividade permanente.

De 1972 até agora ocorreram na região três sismos de intensidade entre 6,5 e 8,5 graus na escala de Richter, considerados de efeitos catastróficos e cujo balanço de vítimas se aproxima dos 20 000 mortos.

O de Manágua, ocorrido a 23 de Dezembro de 1972, causou enormes danos materiais e mais de 10.000 mortos. Foi este o sismo de maior violência, pois teve a sua origem perto da superfície e fez entrar em erupção quatro pequenos vulcões perto da capital nicaraguana.

Este movimento telúrico provocou ondas de longitude vertical, muito mais destruidoras e difíceis de controlar ou atenuar através da técnica actual de construções afirmou o catedrático nicaraguano Carlos Santos Barrotaran.

Ao invés, o terramoto da cidade da Guatemala, também de grande intensidade, produziu movimentos verticais e oscilatórios.

Santos Barrotaran afirmou que a única forma de controlar os efeitos desses terramotos é com a devida aplicação dos planos de estudo geológico na região e com o apoio financeiro dos governos centro-americanos a planos de construção anti-sísmica.

Nesse sentido, o forte sismo que afectou a parte central do México em 1973 causou menos danos não só pela sua menor intensidade mas também porque as construções na capital mexicana possuem uma estrutura parcialmente adequada.

Geólogos norte-americanos da Universidade de Washington afirmaram que as fracturas (desvios da crosta terrestre) na América Central são particularmente grandes na Nicarágua e na Guatemala.

O sismo no México em 1973, que causou 600 mortos, e o da Cidade da Guatemala, há duas semanas, coincidem com a área de contacto de dois grandes blocos continentais marcados pelas fracturas próximas da Nicarágua e do território guatemalteco acrescentaram os especialistas norte-americanos.

Estrangeiro

O secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger vai ser queimado em Espanha: isto é, em efígie, durante a queima das famosas «Fallas», em Valência. As figuras que serão consumidas pelo fogo, em 19 de Março, estão agora a ser preparadas. (Telefoto UPI-Telimprensa)

Ataque argelino de surpresa a tropas marroquinas

. RABAT, 16 — (R.) — O rei Hassan declarou nesta cidade que uma guarnição marroquina no Sara Ocidental sofreu pesadas baixas durante um ataque argelino de surpresa no fim-de-semana.

O monarca pediu a noite passada ao presidente argelino Houari Boumedienne que declarasse guerra abertamente ou aceitasse uma paz internacionalmente garantida no disputado território rico em fosfátos.

Hassan disse numa mensaem ao presidente Boumedienne que o ataque de sábado contra o oásis de Amgala, a cerca de 290 quilómetros da Argélia, envolveu tropas regulares argelinas «equipadas com armas pesadas e em números calculados para aniquilar».

O rei Hassan afirmou que a guarnição marroquina sofreu «dúzias de baixas».

Foi o segundo recontro grave em Amgala. Em 29 de Janeiro, os marroquinos cercaram uma unidade argelina matando mais de 200 homens e aprisionando 106, de acordo com notícias oficiais desta cidade.

O rei Hassan declarou a noite passada que o presidente Boumedienne já havia quebrado duas vezes uma promessa feita três vezes no Verão passado de que jamais veria «um soldado argelino ou qualquer equipamento militar argelino em solo sariano para combater um irmão marroquino».

O soberano disse na mensagem da noite passada: «Peço-lhe, quer por uma guerra declarada leal e abertamente, ou por uma paz garantida internacionalmente, que tome medidas para que, de futuro, não se diga no seu país e entre o meu povo que à Argélia equivale a inconsistência».

Marrocos e a Mauritânia vão ocupar este mês o Sara Ocidental ao abrigo de um acordo com a Espanha.

A isto opõem-se a Frente Polisário, um movimento nacionalista esquerdista, e a Argélia, que exige a autodeterminação e eventual independência para o território de fraca densidade populacional.

Os guerrilheiros da Polisário, apoiados por tropas regulares argelinas, infiltraram-se na área e defrontaram-se com froças mauritanianas e marroquinas.

Mas depois de conquistarem Amgala o mês passado, as tropas marroquinas ocuparam as localidades de Tifariti, Bir Lahlu e ontem, Mahbes, a 40 quilómetros da Argélia, após a retirada de forças argelinas e de guerrilha.

O regresso dos argelinos em força a Amgala foi visto aqui como um grave escalonamento do conflito quando as autoridades marroquinas afirmavam que todo o território estava firmemente sob o seu controlo.

Amin acusa os E.U.A. de ingerência na Nigéria

LONDRES, 16 (R.) — O presidente do Uganda, Idi Amin, pareceu acusar os Estados Unidos de implicação na tentativa de golpe na Nigéria, ao condenar aquilo que classificou de «estilo americano» de afastar dirigentes africanos.

Amin fez as observações na mensagem de condolências enviada à Nigéria pela morte do seu chefe de Estado, general Mirtala Muhammed, de acordo com a Rádio do Uganda, numa emissão captada em Londres.

«Eu pessoalmente, e todos os países do Mundo, amantes da paz, condeno o estilo americano de afastar dirigentes» afirma Amin na mensagem.

«Recordarão claramente a trágica morte de Alhajo Sir Abubakar Tafawa Balewa, que conduziu a Nigéria à independência, e seguidamente o trágico assassínio do general Ironsi. E pode dizer-se que o general Gowon escapou quando participava na Cimeira da Organização da Unidade Africana em Kampala. E, agora... outro trágico acontecimento lançou nuvens negras na história da Nigéria.»

. Sir Abubakar primeiro-ministro da Nigéria, foi morto num golpe militar em 1966. Seis meses mais tarde, o comandante do Exército, major-general Johnson Aguiyi Ironsi, que assumiu o Poder após ter suprimido a revolta, foi derrubado por outro golpe militar e subsequentemente morto.

O general Yakubu Gowon, então coronel, tornou-se chefe do Estado e manteve o posto até que, por sua vez, foi derrubado num golpe sem derramamento de sangue chefiado pelo general Murtala Muhammed em Julho passado. Na altura, o general Gowon participava na Cimeira da O.U.A. em Kampala, e actualmente estuda na Inglaterra.

Prossegue a mensagem do presidente ugandês, em referência a estes acontecimentos:

. «Todos estes acontecimentos criaram uma impressão muito má na mente de todos aqueles que amam a Nigéria. A Nigéria tem agora uma má imagem aos olhos do Mundo.

«Nós, no Uganda, consideramos o povo da Nigéria como nossos verdadeiros irmãos e irmãs e rezamos que Deus permita à Nigéria superar todas estas dificuldades.

«Como presidente da República do Uganda e actual presidente da O.U.A., prometo ajudar de qualquer modo possível durante este difícil período.

«É minha sincera esperança que a paz, compreensão e unidade sejam estabelecidas o mais cedo possível, para bem da Nigéria e da África em geral.»

Reivindicações territoriais

NAIROBI, 16 (ANOP) — O presidente Idi Amin do Uganda, reclamou ontem largas porções do território dos vizinhos estados do Quénia e do Sudão que afirmou serem historicamente parte integrante do Uganda.

Amin também renovou a sua velha ameaça de iniciar a guerra contra os países vizinhos se fosse ameacado o acesso do Uganda, ao mar.

Discursando durante uma reunião efectuada junto à fronteira sudanesa, Amin acusou os administradores coloniais britânicos, de transferirem grandes porções do território ugandês para o Sudão e para o Quénia, no princípio deste século.

Este território incluindo uma região que se estende desde a actual fronteira, até 32 quilómetros da capital do Quénia pertence ainda por direito ao Uganda, declarou Amin (API/ANOP).

Dois rebeldes mortos numa igreja de Saigão

. SAIGÃO, 16 (ANOP) — Um porta-voz governamental declarou nesta cidade que a resistência armada ao novo Governo do Vietname do Sul se deslocou para as ruas da capital, onde uma batalha, que durou 13 horas, provocou a morte de três pessoas.

Dois rebeldes armados, alegadamente com «ligações directas à C. I. A.» e um oficial de seguraça do Vietcong, foram mortos num combate, que se travou numa igreja da cidade, durante as passadas quinta e sexta-feira.

A luta, que se travou na Igreja de São Vicente de Paula, foi a primeira resistência armada que se verificou na capital contra o novo Governo desde que este foi instalado em Saigão, a 20 de Abril do ano passado.

Membros do Governo levaram jornalistas numa visita ao templo, o qual ficou severamente danificado pelo fogo das armas das forças de segurança de Saigão.

Foram exibidos aos jornalistas um rádio e equipamento diverso, pretensamente usado pelo grupo rebelde. O rádio mostrado era de origem norte-americana.

A posse do rádio e do restante equipamento deixam prever um severo castigo a ser aplicado aos dois homens capturados.

Durante o combate foi evacuada uma vasta área à volta da igreja. Os rebeldes levaram 13 horas a render-se, embora tenham sido inúmeros os apelos que nesse sentido lhes foram feitos, por intermédio de megafone.

Ainda segundo o porta-vez do Governo, a rendição foi finalmente negociada, pelo arcebispo de Saigão, Nguyen Van Binh, um dos poucos responsáveis vietnamitas que mantiveram a sua posição após a queda de Saigão.

O mesmo informado afirmou que os rebeldes estavam em contacto directo com a C. I. A., mas não adiantou mais nada sobre o assunto, nem ofereceu quaisquer provas do que dizia.

O combate na igreja foi o primeiro sinal de resistência divulgado em detalha, pelo novo Governo. As autoridades fizeram um comentário geral sobre a resistência armada em todo o país, sem porém se alargarem em detalhes.

Perigos da pílula acima dos 40

NOVA IORQUE, 16 — (ANOP) — Um dirigente do conselho populacional divulgou nesta cidade que segundo os resultados de um estudo feito por computador, o uso de pílulas anticoncepcionais por mulheres de idade acima des 40 envolve um risco maior do que dar à luz.

Este estudo demonstrou que para mulheres acima dos 40 o perigo de morte pelo uso da pílula é muito maior do que o de qualquer outro método de controlo de nascimento.

Contudo, as mesmas pesquisas permitiram concluir que o risco decorrente de qualquer dos outros métodos preservativos, diafragmas, abortos ou esterilizção — é muito pequeno.

Estes são alguns dos resultados obtidos pelo estudo efectuado por meio de um computador, os quais serão descritos em pormenor numa publicação especializada no planeamento familiar que sairá ainda este mês.

Os responsáveis pela pesquisa revelaram ainda que «estas mulheres de mais idade e as que se ressentem de factores de perigo adicionais, tal como fumar, obesidade e elevada pressão sanguínea, deveriam ser esclarecidas sobre o alto perigo de mortalidade que envolve o continuado uso da pílula anticoncepcional e deveria tomar-se em consideração de uma alternativa para outros métodos de controlo de fertilidade, tais como esterilizaçao, ou outro similar que oferecem, pelo menos, o mesmo grau de eficácia, com menor risco de morte.

Outras das conclusões a que se chegou por meio do computador foi que os perigos são sensivelmente semelhantes para mulheres abaixo da casa dos 30 anos, embora segundo os pesquisadores «as mulheres englobadas nestas idades que, no entanto, se dão bem com o uso de contraceptivos orais, por exemplo, não precisam de mudar, só por receio do risco da mortalidade».

Assim, excepto para as mulheres com mais de 40 anos, «o perigo de morte decorrente do uso dos métodos correntes de regulação de fertilidade, é muito baixo — de facto, inferior ao risco de morte por acidentes automóveis ou por gravidez e nascimento...».

Os cubanos sancionaram a nova Constituição

. HAVANA, 16 (ANOP) Milhões de cubanos pronunciaram-se ontem a favor da Constituição socialista que dará validade às transformações sociais realizadas pela revolução cubana.

Sob a vigilância dos «pioneiros», jovens das escolas primárias, os cubanos exerceram ontem, depois de muitos anos, o seu direito de voto, de forma directa e secreta.

Depois de votar, o primeiro-ministro Fidel Castro reuniu-se durante cerca de meia hora com representantes da Imprensa nacional e internacional, tendo sublinhado que a nova Constituição simboliza os direitos adquiridos pelo povo cubano nos últimos 17 anos.

Fidel Castro recordou que a constituição é um documento muito bem elaborado, «analisado e discutido amplamente pelas massas», que apresentaram sugestões e propostas.

Sublinhando em seguida que a experiência de analisar as leis com o povo antes da sua promulgação deve ser mantida, o primeiro-ministro salientou que «as massas descobrem qualquer pequeno deslize, qualquer matiz, qualquer palavra, qualquer omissão que haja num documento, qualquer ideia que não esteja suficientemente clara».

A concluir, Fidel Castro anunciou que no dia 24 se realizará um acto solene de proclamação da Constituição socialista, coincidindo com 1080 aniversário do início da primeira luta pela independência do país.

Caleidoscópio

■ BEIRUTE, 16 (ANOP) A Frente Popular para a Libertação da Palestina (F.P.L.P.) rejeitou ontem um plano de reforma política no Líbano promovido pela Síria, incitando a uma «guerra popular», para reafirmar a presença guerrilheira palestiniana neste país Árabe.

O plano de reforma, anunciado ontem à noite pelo presidente Suleiman Franjieh, baseia-se no acordo do Cairo de 1969, que define os limites da presença armada dos guerrilheiros palestinianos no Líbano dando-lhes o direito de Governar e armar os seus 15 campos no Líbano mas proibindo-os de transportar armas fora dos campos.

■ PARIS, 16 (ANOP) Vinte mil pessoas pelo menos dizem os organizadores, cinco mil contesta a Polícia defilaram no domingo em Paris entre a Praça da República e o arrabalde de Saint Denis, distante sete quilómetros, para pedir que deixem de ser hostilizados os soldados e militantes sindicalistas que reclamam a liberdade sindical no Exército francês.

■ PRAGA, 16 (R.) O chanceler austríaco Bruno Kreisky chegou esta manhã aqui, para uma visita de dois dias à Checoslováquia.

Espectáculos

Lily Pons

Morreu Lily Pons

Lily Pons, cantora francesa que foi uma das grandes «divas» dos anos 30 a 40, morreu em Dallas, com 71 anos.

A célebre soprano começou a sua carreira nos Estados Unidos, na «Metropolitan Opera Company», e retirou-se do mundo dos espectáculos em 1956.

Não
Pinte os cabelos
USE
Restaurador Olex
e os seus cabelos voltarão
à sua côr primitiva
Coulo L.da

Teatro de revista no Barreiro

Com 106 anos ao serviço da cultura popular no Barreiro, a colectividade «Os Penicheiros» levou à cena a revista «Abre o olho, Zé», com a participação de 32 dos seus associados.

Dentro da linha tradicional da revista portuguesa, «Abre o olho, Zé» é um repositório de piadas ao momento político e à actual situação portuguesa.

TEATRO / telef. 36 67 45
ABC
HOJE
e TODAS AS NOITES
2 SESSÕES:
às 20.30 e 22.45
DOMINGOS
MATINÉE, 16 HORAS
4.ª FEIRAS: DESCANSO
A MAIOR! A MELHOR!
A REVISTA
MAIS POPULAR!
revelou o «TV PALCO»

Não perca a grande
HERMÍNIA SILVA
...e também
NICOLAU BREYNER

Teatro Maria Matos
A RTP apresenta
«SCHWEYK NA II GUERRA MUNDIAL»
de Bertolt Brecht
com
RAUL SOLNADO
no protagonista
Todos os dias às 21.30 horas — Domingos «matinées», às 16 horas. Segunda-feira — Descanso da Companhia
Bilheteira Tel.: 897017
A.B.E.P. Tel.: 328823
Não aconselhável a menores de 13 anos

Na FIGUEIRA DA FOZ o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na PAPELARIA PESSOA

e

RTP
1º PROGRAMA
dia 22-2-76 às 21,30 h.
2º PROGRAMA
dia 23-2-76 às 21,30 h.

1	ONDE É QUE TU MORAS?		5	NO TEU POEMA	
2	ESTRELA DA TARDE		6	MARIA-CRIADA, MARIA-SENHORA	
3	OS LOBOS E NINGUÉM		7	CANTIGA DE MAIO	
4	NOVO FADO ALEGRE		8	UMA FLOR DE VERDE PINHO	

Assinale com uma X a canção da sua preferência e só uma
Localidade _____ Profissão _____
Idade _____ Sexo _____

R. T. P.
APARTADOS- 3011 ou 3088
Lisboa

colar no local do endereço

REGULAMENTO

1 — A classificação das 8 canções concorrentes ao concurso «Uma Canção para a Europa», promovido pela RTP para seleccionar **uma** que representará este organismo no Concurso Eurovisão da Canção — 1976 é efectuado por votação pública, expressa através do boletim que publicamos.

2 — O público-votante indicará no boletim a canção **(e apenas uma)** que escolhe para representar a RTP no referido concurso europeu. Deverá atender a que o número que antecede o título da canção indica a ordem da sua apresentação nos espectáculos dos dias 22/2 e 23/2 (1.º e 2.º Programas, respectivamente): e que a casa em branco após o nome da canção e o local onde deverá marcar com **uma cruz** (e apenas com uma numa só casa) aquela que, em seu entender, deve representar a RTP no Concurso da Eurovisão.

3 — Depois de recortados pela linha de contorno, os boletins de voto serão colados em postais, modelo normal dos C.T.P. na fase lisa, após o que devem ser remetidos, por via postal, para os apartados 3011 ou 3088 de Lisboa. Para o efeito, o votante poderá utilizar, recortando-o, o endereço que figura à direita do boletim, colando-o no respectivo local do rosto do postal.

4 — Só serão considerados para efeitos de votação os boletins que derem entrada nos apartados referidos no número anterior até às 24 horas do dia **28 de Fevereiro de 1976**, e destes, aqueles que tenham indicado **apenas uma** canção. Os boletins incorrectamente preenchidos, rasurados, emendados, ou que não tenham carimbo dos C.T.P., serão considerados nulos.

5 — O escrutínio será efectuado pelos Serviços da RTP até ao dia 3 de Março de 1976, sendo dado conhecimento público do resultado na transmissão final das canções em concurso (dia 7 de Março) fazendo-se então a sua apresentação pela ordem inversa da classificação obtida pelo número de votos.

6 — O não preenchimento das respostas aos elementos que se solicitam no rodapé do boletim de voto **não o invalidam**. Pretendem os Serviços da RTP recolher, através dessas respostas, uma série de dados estatísticos que se afiguram da maior utilidade. Por tal motivo, agradecem toda a colaboração que vier a ser prestada pelo preenchimento correcto desse breve questionário.

TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS
TEMPORADA DE INVERNO
(Homenagem a Verdi e Wagner)
Amanhã, terça-feira, 17 de Fevereiro, às 18.30 horas
no Salão Nobre do Teatro de S. Carlos
Conferência de PIERLUIGI ALVERÁ (Embaixador de Itália) sobre o tema:
«A incrível e triste história do BAILE DE MÁSCARAS e dos seus censores desalmados»
● Acompanhamento de música gravada.
● Entrada livre.

"Taran tan tan não enche barriga"

O Teatro Adóque prepara a estreia, prevista para esta semana, da nova revista «Taran Tan Tan não enche barriga», uma realização de Francisco Nicholson baseada na «Lisistrata», comédia satírica de Aristófanes.

Tal como a obra que lhe deu origem, «Taran Tan Tan não enche barriga» é uma alegre crítica político-social que conta as aventuras e desventuras de três generais que tomaram o poder mas se esqueceram de que as mulheres também tinham uma palavra a dar.

Representado pelo elenco do Teatro Adóque, o espectáculo tem música de Joaquim Luis Gomes, Correia Martins e Braga Santos.

A revista segue-se a «Pides na Grelha» e «A CIA dos Cardeais».

Televisão

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

O PAÍS ABSURDO: QUANDO A MÃO DE UM HOMEM VALE 18$00 POR DIA

São aos milhares, às centenas de milhares os trabalhadores que sofrem acidentes numa sociedade capitalista. Mas o maior acidente que todos eles sofrem é exactamente o de trabalharem numa sociedade capitalista.

Esse é o mais grave. Daí decorrem todos os outros. Todos os outros são consequência desse. E não podem ser remediados, nem muito menos evitados, enquanto o tal outro permanecer. Daqui não há que fugir. Por muitas voltas que lhe queiram dar.

Nem pode deixar de ser, amigos. Numa sociedade capitalista importa essencialmente o lucro e a regra, a essência, a própria alma do sistema capitalista manda que é legítimo tudo quanto permita o aumento do proveito. «O lucro é sagrado» lê-se num cartaz espalhado por escolas nos Estados Unidos. Está tudo dito.

Se é o lucro que é sagrado, e não o homem, não admira que sejam permitidos todos os atentados contra a dignidade e a segurança dos homens. Por exemplo: num clássico americano filmado em África, um negro cai à água infestada de crocodilos, durante as filmagens. Salvaram esse homem? Qual quê, estás maluquinho da cabeça, não? Iam lá perder essa formidável cena de um negro a ser despedaçado, disputado pelos crocodilos! Filmaram. Foi um êxito de bilheteira...

Não é uma caricatura: é a imagem fiel de uma sociedade. Uma sociedade criminosa que a História já pôs fora-da-lei e continua a atacar ainda tantos povos. Uma sociedade — cham-se ela «democracia», social-democrata, nacional-socialista — no seio da qual nenhum problema fundamental dos homens pode ser resolvido.

A sociedade capitalista pode ganhar mais um dia. Mas não ganha o futuro. Cada passo que dá é no sentido da sua própria tumba. Arrasta na sua queda milhões e milhões de homens.

PENSÕES E TENSÕES

O *Teleforum* de ontem trouxe-nos um problema que, sem qualquer exagero, se pode considerar dramático: o problema dos sinistrados por acidentes de trabalho.

Participaram da emissão Manuel Pinà, Neves Pernão, Vilaça Carneiro, Nascimento Baptista, Abel Portal, Sousa Vieira, Machado da Fonseca, José Calisto da Rocha e Adriano Leite. O debate durou duas horas e foi iniciado por uma excelente reportagem de Luís Filipe Costa, um notável jornalista que ninguém sabe o que está a fazer na Televisão, bem como Adelino Gomes. Enfim. Em contrapartida assistimos ao pobre trabalho amador de uma Fátima Torre, impressionante de falta de naturalidade, num expressão fria e dura, uma voz em permanente falsete, isto é, possui todas as qualidades para fazer uma longa carreira na Televisão. Quanto a Ricardo Guerra, para além da sua falta de ritmo, possui uma virtude: estudou o assunto que lhe entregaram. Isto, que diabo, é o mínimo que se exige a um profissional.

Aconteceu, com este *Teleforum*, o drama doutros *Teleforuns:* quando está quase a acabar, é que está a interessar. Gasta-se imenso tempo nos floreados, nas literratices, nos aspectos superficiais, nas exposições para brilharetes pessoais — depois, está claro, quando se entra na área da verdade não se mete golo porque entretanto o árbitro apita para dar o jogo por findo.

Qual era ali o problema central? A situação das actualizações das pensões, após a exposição da terrível realidade dos sinistrados. Ora esta fizera-s, com bastante clareza, com a intervenção inicial de Ricardo Guerra e com o documentário de Luís Filipe Costa. Quando, justificavam-se achegas para completar o quadro. Era de entrar logo na questão e arrumar o assunto com tempo bastante para que o esclarecimento resultasse eficiente e não atabalhoado, como ficou.

Alguns números, pela sua crueza, estacam na memória. É a viúva, com dois filhos, que por morte de acidente do marido (motorista de uma ambulância) ficou a receber 600 escudos. É o operário vidreiro que perdeu uma das mãos e ficou com a pensão de 18 escudos diários... É a mãe que, por morte de um filho, recebe a pensão de 11 tostões por dia...

Claro que, em caso de conflito, os tribunais decidem. Decidem dessas pensões, doutras pensões semelhantes. A culpa é dos tribunais? Que não a culpa é das leis. Mas a culpa é das leis? Bom, as leis não nascem como os cogumelos, quando chove. Logo a culpa é dos homens, dos Governos que fazem as leis?

Para o baile! Os legisladores trabalham ao serviço de uma classe que os pôs lá exactamente para isso. Por isso, por exemplo, a situação dos sinistrados não é a mesma na Bulgária e em Portugal: na Bulgária os legisladores defendem os interesses da classe que os pôs no poder: a classe trabalhadora. Em Portugal, se me vierem dizer que o Salgado Zenha, o Campinos, o Magalhães Mota, o Tomaz Rosa, o Almeida Santos (que eu, aliás, leio e escuto sempre com a maior atenção) se me vieram dizer que eles defendem os interesses dos trabalhadores, eu prego uma valentíssima gargalhada, pelo menos.

Vergonhosa a situação dos sinistrados por acidente no trabalho; bem responsabilizado o poder actualmente existente no nosso país pela fraquíssima resposta que lhe foi dada eis aqui duas conclusões que ressaltaram plenamente do *Teleforum.*

E verdade: vocês sabiam que o Tenrreiro, por ter fugido, perdeu direito à sua pensão de oficial da marinha na reforma?

Só mais outra pergunta: para quantas pensões de sinistrados, autênticas vítimas de homicídio involuntário, daria a pensão a que o Tenreiro teria direito se, como diz um amigo meu, não houvesse fugido ao colo?

A pergunga não é inocente. O ministro Almeida Santos, encarregado das quixinhas á Judiciária, vire pra lá os olhos, só um bocadinho, para eu dizer tudo com as palavras todas...

PUB

CAIXA NACIONAL DE PENSÕES

AVISO AOS PENSIONISTAS

«Complemento do cônjuge»

Pela Portaria n.º 789/75, de 31 de Dezembro, a partir de 1 de Janeiro de 1976, o complemento correspondente a 20 % da pensão regulamentar concedido aos pensionistas que tenham o cônjuge a cargo, passou a ser calculado com base na pensão total, isto é, o somatório da pensão regulamentar e das melhorias.

Deste modo, os pensionistas a quem foi indeferida a concessão do complemento por os respectivos cônjuges disporem de rendimentos de quantitativo igual ou superior ao valor do anterior complemento, poderão habilitar-se à diferença entre o montante daqueles rendimentos e os referidos 20 % da pensão que actualmente vêm recebendo.

Os interessados deverão fazer o seu pedido por escrito à Caixa Nacional de Pensões e juntar a certidão de nascimento de narrativa completa que oportunamente lhes foi devolvida.

Lisboa, 13 de Fevereiro de 1976.

Pel'A Comissão Administrativa
(Ilegível)

Hoje

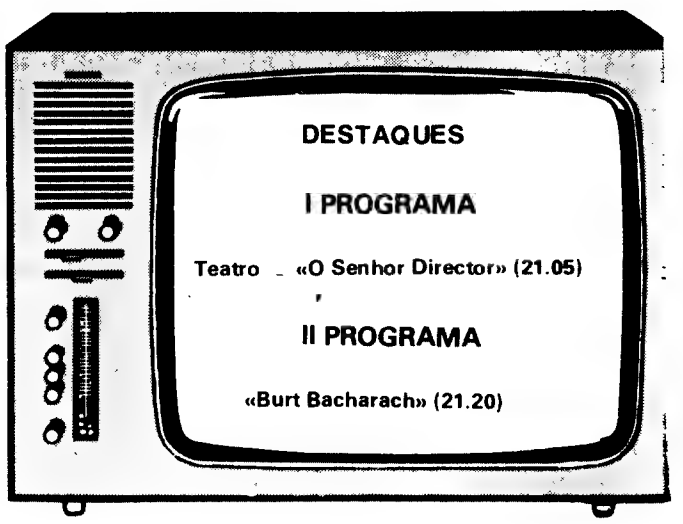
Roger Moore

I PROGRAMA

19.00 Abertura e **«Concerto Ingénuo»**
19.25 **Teledesporto** as actividades desportivas.
19.55 **Magazine do Norte** um programa representativo de actividades culturais, artísticas e sociais registadas pelo Centro de Produção do Porto ao longo da última quinzena.
20.30 **Telejornal** 2.ª edição noticiário do País e do estrangeiro.
21.05 **Teatro** «O Senhor Director» original de A.Bisson e F.Carré. Versão livre de Eduardo Azinhais. Intérpretes: Tereza Azinhais, Victor de Sousa, Madalena Sotto, Leonor Poeira, Henrique Santos, Carlos Gaspar, Maria Dulce, Óscar Acúrcio, Rui Furtado, Baptista Fernandes, Joaquim Rosa, António Feio, Gil Matias e António Machado. Realização de Ruy Ferrão.
23.10 **Telejornal** — 3.ª edição
23.30 Fecho

II PROGRAMA

20.30 Abertura e a série filmada **«Omer Pascha»**
20.55 **Presença do Brasil**
21.20 **«Burt Bacharach»** um programa com Sandy Duncan, Harlem Globtrotters, **Jack Jones** e Roge Moore como convidado especial.
22.20 **Telejornal** — em diferido a edição apresentad no I Programa às 20 e 30.
22.50 Fecho



Amanhã

1.º Período **12.45**: Abertura e Culinária: **13.15**: Telejornal 1.ª edição: **13.30**: «Uma Garota Endiabrada» — série filmada 1.º episodio: **13.55**: Logo à Noite. **Ciclo Preparatório TV** — **14.10**: Língua Portuguesa (2.º ano): **14.35**: Matemática (1.º ano): **15.00**: Francês (2.º ano): **15.25**: Ciências da Natureza (1.º ano): **15.50**: Educação Visual (2.º ano): **17.10**: Matemática (2.º ano): **17.35**: Língua Portuguesa (1.º ano): **18.00**: Trabalhos Manuais (2.º ano): **18.25**: Francês (1.º ano). **2.º Período** **19.00**: Espaço Visual — aventuras do olhar em volta: **19.35**: «O Segredo dos Flamengos» 3.º episódio 3.ª parte: **20.05**: TV Palco: **20.30**: Telejornal — 2.ª edição: **21.05**: Reportagem sobre a exposição dos dez anos do Bailado Gulbenkian: **21.35**: «Ann Margret» um programa com Tina Turner. **22.35**: Telejornal 3.ª edição: **22.50**: Fecho.

II PROGRAMA

20.30: Abertura e Culinária: **20.55**: «Uma Garota Endiabrada»: **21.20**: Premio Italia «Cancro»: **22.30**: Telejornal: **23.00**: Fecho

Desporto

Nacionais de futebol

Campeonato a passo de ganso

Comentário por NEVES DE SOUSA

Vinte e dois tentos em oito campos. Quatro empates. O quarteto fronteiro avançando a passo de rã. Uma má exibição a não impedir o F.C.Porto de se aproximar da testa do pelotão. Mas, as honras grandes da ronda 21 do nacional futebolístico em alta escala a viajarem, inteirinhas, para o Académico de Coimbra que, de um golpe, «cilindrou» o Farense e ultrapassou dois parceiros de desdita na batalha pelo amanhã. De resto, o esperado triunfo dos bracarenses face a um desmoralizado União de Tomar, o revalidar de força caseira por parte do Estoril e uma frouxa exibição na Tapadinha, de dois «teams» sob o peso de espíritos diferentes, completaram o espelho de doze horas de chuto bem remunerado.

SIMÕES RETORNOU

Como habitualmente, a ronda principiou a desbobinar-se no sábado, quando o Estoril Praia levou a melhor sobre o Leixões (2-0), e terminou o trabalho meia hora antes de se concluir o espectáculo da Tapadinha, que redundaria em nulo (1-1), com os golos e os pontos equitativamente distribuídos por Atlético e Beira-Mar.

No «António Coimbra da Mota» a turma de Medeiros apresentou uma dupla de grande prestígio na história do chuto na bola cá da terra: Simões e Torres, os dois ex-benfiquistas reencontrados após andanças por outros emblemas. O Estoril cedo carregou no acelerador e o golo de Clésio, à dezena de minutos, reflectiu fielmente a pressão sofrida pelos matosinhenses que foram (inclusivè) forçados a atrasar. da zona de remate, o seu atirador mais cotado: Albertino, que atravessa uma fase de eclipse resultante da brusca ascencão. da inesperada consolidação de futura transferência e, talvez, de uma segurança na vida já a um passo de ficar garantida.

Simões, ainda que longe da forma que pode ostentar (e só surjirá com a rotina da actuação «ao vivo») deu outra maleabilidade à dianteira amarela. Teve lances em que o perfume da sua habilidade arrancou aplausos. E, sobretudo, esteve na base da estratégia engendrada por Medeiros, que seria afirmada no golo-confirmação (por Torres, aos 54) a garantir o «placard» favorável.

Ainda em relação ao «show» na Amoreira, registe-se como o Estoril recuperou totalmente da **goleada** sofrida no Bessa (tal e qual como, em determinada altura sacudiu a chicotada da Luz) mostrando, assim, a sua saúde moral e uma determinação profissional que é plenamente de elogiar.

BALTASAR FALHOU

Na Tapada da Ajuda foi um pontapear à toa na pobre bola, maltratada a esmo por quantos alinharam em defesa das cores do Atlético ou do Beira-Mar. Paupérrimo espectáculo, seguido com enfado pelos heróis da moldura.

Prieto (9 minutos) abriu o activo: o homem do marcador só voltaria a mexer-se aos 44, após o brasileiro Sapinho equilibrar numericamente a parada e resposta. Carlos Silva e Fernando Vaz não podem estar muito eufóricos com a beleza vivida no palco: mas. o técnico aveirense, nesta luta infernal e universal pela conquista de pontos (ou contos) retira a penates com satisfação comedida, já que amealhou alguma coisa para um pecúlio que há semanas encontrou tão varrido de património que quase se diria irremediavelmente condenado a leilão.

Os alcantarenses, combalidos por uma série de gripes e com um «plantel» escasso, ainda substituiram um dos homens que costuma lancear a cortina contrária (Baltasar) e se encontrava em «matinée» aziaga, mas Luis Filipe (tal como, mais tarde, o possante Guerreiro) não impediria o um-um. Diga-se (mesmo) que foram os aveirenses os grandes perdulários, porquanto a cinco minutos do derradeiro silvo arbitral Luís Horta teve um falhanço clamoroso e entregou o esférico a Sapinho que, entre o deslumbramento e a falta de serenidade, deixou que Barbosa fosse até ao seu encontro e o remate, com a baliza escancarada, saisse fora do enquadramento.

NORTE ARRANCA

Domingo esteve em «polvorosa», por causa do futebol a alto nível. Do Minho até Setúbal viveu-se o pedaço de jornada que o calendário reservava aos *sofredores*.

Em Guimarães, o Boavista chegou a ter vantagem (Zézinho) mas o Guimarães, via Tito, (de «penalty») igualou o diálogo e por aí se ficaram as operações de campo. Com o empate, o Boavista prossegue no lugar que obteve: e será extremamente difícil excluí-lo do «grando forum» pelo título. Ontem, teve unidades salientes (Celso, F. Mário, Barbosa e Botelho). Mas, o Vitória (de Caiado) graças a Rodrigues e Alfredo, bloqueou bem a táctica de Pedroto.

Guimarães: cartão amarelo nas mãos de Lopes Martins e nas barbas de Tai. A razão (palavras escusadas?) fica no tinteiro até se conhecer o teor do relatório arbitral

PORTO LÁ VAI

As Antas não ficaram satisfeitas. Perante um grupo mesclado de júniores (cinco no efectivo nada menos) o F. C. Porto, com o peso espectacular dos seus milionários jogadores, nada mais conseguiu que o 1-0 (tento de Ailton) suficiente, no entanto, para arrebatar os dois pontos na balança. Magro «score» para os sonhos-anseios da multidão que é patronato.

O grupo da Companhia União Fabril, a braços com imensos problemas internos, bateu-se com aquilo que se convencionou, em certos meios, denominar de «brio, pertinácia e aplicação».

QUEDA FACIAL

Em Tomar, pensou-se em tudo, especialmente a partir do instante em que os nabantinos conseguiram um golo (obra de Camolas) e se atiravam confiadamente para a vitória. Mas, veio o fundo atlético bracarense, a sua melhor estrutura táctica, a valência dos seus valores individuais e é óbvio, aquela magnífica boa disposição que tem a raiz nos ordenados e prémios pagos a tempo e horas. Como íamos dizendo, os bracarenses sacudiram a pequena pressão e galgaram terreno: 4 1 para o emblema minhoto pode marcar o último golpe nas aspirações de sobrevivência do União de Tomar entre os maiorais do chuto. Goleadores da turma visitante: Chico Gordo, Canavarro, Mendes e Nogueira.

O CILINDRO

Académico de Coimbra, durante bastante tempo designado como «clube de estudantes», perde a designação ao contratar profissionais não encapotados, mas ganha nova força para prosseguir a corrida pela salvação. Quatro-zero ante um Farense titubeante, pé à frente e mão atrás, reflecte esforço e vontade. E confere aos representantes de uma grande cidade, de um poiso humano que faz falta a qualquer competição desportiva, uma força moral que pode valer como ouro na ponta final deste torneio incandescente. Marcadores de turno: Vala (por duas vezes), e os profissionais Camilo e Rocha.

TRAVAGEM BRUSCA

Semifracasso para os demasiado optimistas apaniguados da águia, foi o empate ganho pelo Belenenses no Estádio da Luz. O esquio e desengonçado Alfredo abriu a contagem: Vítor Martins amainou o desgosto. No empate (1-1) ficou a virtude do «show»: uma bela exibição dos profissionais belenenses, ante um cauteloso Benfica, já a imaginar-se no grande pássaro, a caminho de Munique.

Mendes arbitra o embate Damas-Vagner. Um, saíu de Setúbal para o Sporting. Outro, andou pelo Sado, foi até Alvalade e voltou à terra das laranjas. Damas permanece onde se revelou

VERDES ANULARAM-SE

E fiquemos por Setúbal, onde o Vitória (de Mário Lino, o empurrado para a porta 10-A de Alvalade) sujeitou o Sporting a novo abrandar nos seus horizontes mais belos. Dois-dois, após um «livre» impecavelmente marcado por Manaca, a fazer 1-0 para os caseiros e arrepiar alguns cabelos lisboetas, fixa-se como imagem correcta da partida. Golos lisboetas por Manuel Fernandes e Nelson (o primeiro em belo golpe de cabeça, após um «canto» marcado com requintes estratégicos; o tento madeirense em lance que implica culpas para uma defesa desatenta e muito dócil). No afrouxar do relógio, nulo por Arcanjo, quando aquilo que deveria ser cortina impeditiva da marcha até Damas parecia um pacote de manteiga derretendo-se ao sol.

Para a história: retorno de Rebelo já em forma consistente e nova confirmação de valor por banda do maquiavélico Lito. Vagner ainda faz uma perninha: enquanto Fraguito e seus pares da intermédia leonina deixam muito a desejar. Damas pôs a chancela na estirada da tarde, a chuto de Lito, o traquinas. Zèzinho, lesionado, cedeu (finalmente) uma oportunidade ao ex-boavisteiro Amândio, a quem faltará confiança para obter o lugar sem grandes discussões.

Aí temos, no grande palco, sete blocos em busca de alavanca para a Europa. Depois, uma intermédia com alguns conformados. E, logo, de credo na boca cinco-seis parceiros em ar de tem-te-não-caias.

Domingo que vem, pode aclarar algumas situações: é que, entre outros, teremos o Atlético-Benfica, o Farense-Belenenses, o Boavista-Setúbal e, muito especialmente o Sporting-Porto. Em poucas palavras: quatro jogos que saltam do cabaz das prendas, como bem capazes de definirem o rumo da bússula, neste aliciante torneio de chuto ao golo que, do Minho aos Algarves, arrebanha a curiosidade, interesse e, na verdade, um pequeno mundo de sentimentos em ebulição.

Chocando com os companheiros Freitas e Quaresma, o guarda-redes belenenses Melo vai largar para a cabina de maca. Diagnóstico: traumatismo craniano, com momentânea perda de conhecimento. Mas, nada de grave: o jogador estará apto para a deslocação a Faro

Classificações

	V.	E.	D.	G.	P.
Benfica	15	4	2	61-15	34
Boavista	14	6	1	50-16	34
Sporting	12	5	4	38-17	29
F. C. Porto	11	5	5	35-22	27
Belenenses	11	5	5	31-23	27
V. Guimarães	9	8	4	37-18	26
Estoril	9	5	7	23-30	23
V. Setubal	5	8	8	25-26	18
Atlético	7	4	10	22-35	18
Leixões	7	4	10	25-44	18
Braga	5	7	9	21-30	17
C. U. F.	4	7	10	9-32	15
Académico	4	5	12	19-37	13
Farense	5	3	13	21-46	13
Beira Mar	3	6	12	14-34	12
União Tomar	4	4	13	23-52	12

Próxima jornada: Atlético-Benfica (0-3), Beira-Mar-Estoril (0-1), Boavista-V.Setúbal (2-1), Braga-Académico (0-1), C.U.F.-União Tomar (1-1), Farense-Belenenses (1-2), Leixões-V.Guimarães (0-4) e Sporting-F.C.Porto (3-2), indicando-se entre parêntesis os resultados da 1.ª volta.

TOTOBOLA

Boletim com 13

Benfica - Belenenses	X
Académico - Farense	1
União Tomar - Braga	2
Porto - C U F	1
Setubal - Sporting	X
Guimarães - Boavista	X
Estoril - Leixões	1
Atlético - Beira-Mar	X
Paços Ferreira - Riopele	1
Covilhã - Espinho	2
Gil Vicente - Varzim	2
Sesimbra - Montijo	1
Portimonense - Caldas	1

Portugal

Periclitante durante certo tempo, a Liga dos Clubes Profissionais de Futebol sai do seu imobilismo e anuncia: sede na Avenida da Liberdade (edifício onde se situa a Secretaria de «Os Belenenses») e cotização para três escalões de sócios (25 mil escudos anuais para a 1.ª divisão, dez para a 2.ª e 5 para a 3.ª).

A 7 de Março, inicia-se o ciclo de actividades, esta temporada, da Associação de Ciclismo do Sul, com provas para amadores e populares.

Deu mais um passo o Campeonato Nacional de Andebol de Sete, com os jogos cujos desfechos indicamos: Beira Mar, 14-S. Mamede, 11; F. C. Porto, 15-Benfica, 18; Almada, 13-Técnico, 12; Passos Manuel, 13-Belenenses, 18; Sporting, 21-Boa Hora, 12 e CACO, 20-Vitória de Setubal, 20. Tabela geral neste momento: Belenenses, 39 pontos; Sporting, 38; Benfica e Porto, 36; Setúbal, 29; Boa Hora e Almada, 26; Beira Mar e S. Mamede, 24; Passos Manuel, 20; CACO e Técnico, 19.

Pequeno «escândalo» na disputa das meias-finais da Taça de Portugal, em hóquei patinado o Valongo, após estar a sofrer 0-4, conseguiu suplantar o Oeiras, tangencialmente embora (5-4) no rinque do competidor. Na outra partida, o Sporting desenvencilhou-se do F C Porto com relativa facilidade: 9-1 no «placard». Eis as formações e os autores dos remates certeiros:

OEIRAS: José Pereira; Cristóvão (Gois), Rosado I, Rosado II (2), Carvalho (2), Tavares, Diamantino e Piteira. VALONGO: Queirós; Aguiar, Pires (1), Vala (3), Camões, Neves, Gomes (1) e Armindo.

SPORTING: Ramalhete, Rendeiro (2), Sobrinho (1), Chana (3), Salema (3), Saraiva, Carlos Alberto e Valdemar. F. C. PORTO: Castro; Júlio, Teresas, Cristiano, Fernandes (1), Amarante, Carlos e Domingos.

Prosseguiu o nacional de basquetebol, da escala maior, com os jogos seguintes: Académico do Porto, 59-C. D. U. P., 60; Vasco da Gama, 70-Conimbricense, 50; Ginásio Figueirense, 65-F. C. Porto, 56; Académica de Coimbra, 77-Sangalhos, 92; Belenenses, 66-Queluz, 69; Algés, 84-Cuf, 63; Barreirense, 95-Sacavenense, 66 e Benfica, 65-Sporting, 110. Saliência para o volume da derrota benfiquista na Luz e o desaire portista na Figueira da Foz, inédito no seu historial. Ordem classificativa após esta ronda, na zona Norte: Porto e Sangalhos, 11; Figueirense, 10; C. D. U. P. e Académica de Coimbra, 9; Académico do Porto, 8; Vasco da Gama e Conimbricense, 7. Sul: Sporting, 12; Barreirense e Algés, 10; Cuf e Queluz, 9; Benfica, 8; Belenenses e Sacavenense, 7.

Assim vai o râguebi, que (especialmente em relação à actividade no estrangeiro) é largamente propagandeado pelos mentores das rubricas desportivas na RTP: o encontro Benfica A-Estrela da Amadora (46-0) foi dirigido pelo técnico benfiquista Alberto Borges, na falta de árbitro oficial. Outros encontros desta modalidade: Direito A, 82-Sacavenense, 0 e Aranhas, 17-Barreirense, 0.

João Caraça, futebolista que serviu durante 22 temporadas o Juventude de Évora, será homenageado a 28 do corrente, em Évora.

Continua suspenso o Campeonato Setubalense de Futebol (1.ª divisão). Motivo: depois de sujeitos a uma lon-

Continua na pág. 17

Desporto

Innsbruck: o Leste dominou o "podium"

«Lord» Killanin (presidente do Comité Olímpico Internacional) proclamou o encerramento dos «VII Joros Olímpicos de Inverno», ontem à noite, no estádio do gelo, da capital tirolesa. Eram 20h29 e assistiam à cerimónia o presidente da República Federal da Áustria Rudolf Kirchschlager), o secretário-geral das Nações Unidas (Kurt Waldheim) e outras individualidades.

Adeus: até Lake Placid. Com estas palavras, ditas em francês, inglês e alemão, o mundo dos desportos de Inverno marcou encontro dentro de quatro anos nos Estados Unidos, onde se realizarão as provas da próxima olimpíada.

Lista completa dos atletas vencedores das provas disputadas: Esqui nórdico, 15 km corta-mato homens: Nikolai Bajukov, URSS, 43.58,47; 30 km corta-mato Homens: Sergei Savelyev, URSS, 1.30,29/38; 50 km corta-mato homens: Ivar Formo, Noruega, 2.37,30/05; estafeta 4x10 km corta-mato homens: Finlância, 2.07,59/72; combinado nórdico homens: Ulriche Wehling, Alemanha Democrática, 4.23,39; 5 kms corta-mato senhoras: Helena Takalo, Finlâcdia, 15.48,69; 10 km corta-mato senhoras: Raisa Smetanina, URSS, 30.13,41; estafeta 4x5 kmhcora-mato senhoras: URSS, 1.07.49/75; esqui, saltos homens: trampolim de 90 metros Karl Schnbal, Austria, 2348; trampolim de 70 metros Hans Georg Aschenbach, Alemanha Democrática, 253,0; biatlo homens: Nikilai Kruglov, URSS, 1.14.12./26; biatro estafeta homens: URSS, 1.57.55/64; esqui alpino, slalom gigante homens: Heini Hemmi, Suíça, 3.26,97; slalom homens: Pietro Gros, Itália, 2.03,29; Descida homens: Franz Klammer, Austria, 1.45,73; slalom gigante senhoras: Kathy Kreiner, Canadá, 1.29,13; slalom gigante senhoras: Rosi Mittermaier, RFA, 1.30,54; descida senhoras: Rosi Mitteraimer, RFA, 1.46.01.

Patinagem artística homens: John Curry, Grã-Bretanha; senhoras: Dorothy Hamill, EUA; pares: Irina Rodnina e Alexander Zaitsev, URSS; dança: Ludmila Packhomova e Alexander Gorshkov, URSS.

Patinagem velocidade, 500 metros homens: Evgeny Kulikov, URSS, 39,17; 1.000 metros homens: Peter Mueller, EUA, 1.19,32; 1.500 metros homens: Jan Egil Storholt, Noruega, 1.59,38; 5.000 metros homens: Sten Stensen, Noruega, 7.24,28; 10.000 metros homens: Piet Kleine, Holanda, 14.50,59; 500 metros senhoras: Sheila Young, Eua, 42,76; 1.000 metros senhoras: Taterina Averina, URSS, 1.28,43; 1.500 metros senhoras: Galina Stepanskaya, URSS, 2.16.58; 2.000 metros senhoras: Taretina Averina, URSS, 4.45,19.

Trenós, individual homens: Peter Guenther, Alemanha Democrática, 3.27,68; de dois homens: Hans Rinn e Norbert Hahn, RDA, 1.25,60; individual senhoras: Margit Schumann, RDA, 2.50.62; «Bobsled», de dois homens: Mainhard Nehmer e Bernhard Germeshausen, RDA, 3.44,42; de quatro: Rda, 3.40,43.

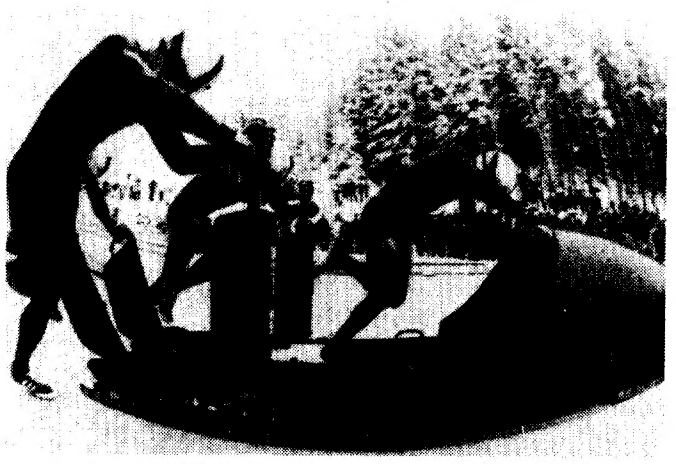
A URSS ganhou a medalha de outro do torneio de hóquei no gelo. Classificação final: 1.ª URSS, 10 pontos, 40 golos marcados e 11 sofridos; 2.ª Checxslováquia, 6-17-10, medalha de prata; 3.ª Alemanha de Leste, 4-21-24, medalha de bronze (coeficiente 1,166); 4.ª Finlândia, 4-19-18 (coeficiente 1,125); 5.ª Estados Unidos, 4-15-21; 6.ª Polólia, 0-9-37.

Distribuição de medalhas por países: URSS, 13 oito, 6 prata e 8 bronze, total, 27; Alemanha Oriental 7,5 e 6, 18; Estados Unidos 3, 3 e 4, 10; Noruega 3, 3 e 1, 7; Alemanha Federal 2, 5 e 3, 10; Finlândia 2, 4 e 1, 7; Holanda 1, 2 e 3, 6; Itália, 1, 2 e 1, 4; Suiça 1, 3 e 1, 5; Austria 1, 1 e 2, 4; Canadá 1, 1 e 1, 3; Inglaterra 1, 0 e 0, 1; Checoslováquia 0, 1 e 0, 1; Liechtenstein 0, 0 e 2, 2; Suécia 0, 0 e 2, 2; França o, o e 1, 1.

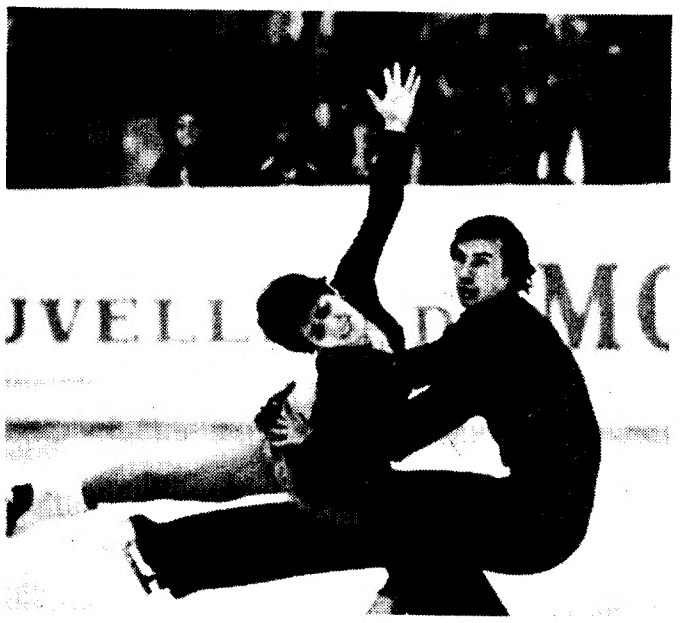
O Comité Olímpico Internacional (COI) está a invertigar notícias segundo as quais Franz Klammer (da Áustria), vencedor da prova de descida dos Jogos Olímpicos de Inverno, recebe anualmente 150.000 dólares do fabricante dos esquis que utiliza — anunciou o vice-presidente daquele comité, Willy Daume.

O COI não é uma força de polícia, mas nos estamos a investigar este caso. Pessoalmente não creio que Klammer esteja a receber 150.000 dolares — declarou Daume. Todavia, afirmou que, na sua opinião, considerava que Klammer não tinha sido sensato ao afirmar uma entrevista para a Televisão que tinha de negociar um novo contrato com o fabricante dos seus esquis.

De acordo com os novos regulamentos de amadorismo do COI, um atleta pode utilizar o seu nome ou fotografia para fins de publicidade desde que a verba recebida vá directamente para a sua federação desportiva e não para o atleta.



Alemães de Leste embarcam no seu Bob-sleigh



Irina Rodina e Aleksander Zaitseu

Chuto em 2.ª craveira

Varzim folgado, Portimonense apertado

O nacional da segunda escala de valores futebolísticos continua a sua maratona, com o Varzim imperturbável a dominar totalmente as operações nortenhas e o Salgueiros invencível após 21 rondas. Cá para baixo, socorrendo-se dos desaires do Montijo e do Caldas, o eufórico Portimonense amarinhou até ao posto mais cobiçado.

Veja-se, porém, como aconteceram os jogos lá para o alto: Penafiel-Régua, 2-1; Salgueiros-Alba, 2-1; Paços de Ferreira-Riopele, 2-1; Sanjoanense-Fafe, 1-0; Lourosa-Feirense, 4-2; Marinhense-U. Lamas, 0-0 Sp. Covilhã-Sp. Espinho, 0-1; Famalicão-Paredes, 1-0; Gil Vicente-Varzim, 0-1 e Chaves Vilanovense, 1-0.

Agora, na zona sulista: Almada-U. Santarém, 3-2; U. Montemor-Esperança de Lagos, 1-1; Peniche-Juventude de Évora, 1-0; Marítimo-Sintrense, 1-0; Barreirense-U. Leiria, 1-1; Sesimbra-Montijo, 1-0; Olhanense-Oriental, 0-0; Lusitano-Torriense, 0-0; Portimonense-Caldas, 1-0 e Torres Novas-Estrela, 1-3.

CLASSIFICAÇÃO NO NORTE

	J	V	E	D	B	P
VARZIM	21	17	3	1	47- 7	37
Salgueiros	21	8	13	—	23-10	29
Desportivo de Chaves	21	11	6	4	35-17	28
Paços de Ferreira	21	11	5	4	36-25	28
Famalicão	20	9	5	5	26-15	24
Riopele	21	10	3	8	27-23	23
Lusitânia de Lourosa	21	8	7	6	31-30	23
União de Lamas	21	9	4	8	21-13	22
Sporting de Espinho	21	9	4	7	32-19	22
Sporting da Covilhã	20	7	5	9	21-30	19
Penafiel	20	8	3	9	20-36	19
Gil Vicente	20	7	4	9	32-29	18
Feirense	21	5	8	8	20-30	18
Sanjoanense	21	8	2	11	13-24	18
Vilanovense	21	6	5	10	18-27	17
Marinhense	21	6	4	11	19-36	16
Paredes	21	6	2	13	22-27	14
A. D. Fafe	21	3	8	10	11-23	14
Régua	21	5	4	12	25-41	14
Alba	21	3	7	11	19-36	13

A jornada que vem aí: Alba-Régua; Riopele-Salgueiros; Fafe-Paços de Ferreira; Feirense-Sanjoanense; U. Lamas-Lourosa; Sp. Espinho-Marinhense; Paredes-Sp. Covilhã; Varzim-Famalicão; Vilanovense-Gil Vicente e Chaves-Penafiel.

TABELA SULISTA

	J	V	E	D	B	P
PORTIMONENSE	21	11	6	4	48-29	28
Montijo	21	10	7	4	32-15	27
Caldas	21	11	4	6	35-27	26
Peniche	21	10	6	5	26-25	26
Marítimo	21	8	8	5	23-17	24
Torriense	21	7	9	5	25-22	23
Esperança de Lagos	21	9	5	7	29-20	23
Estrela de Portalegre	21	10	3	8	30-18	23
Juventude	21	8	6	7	19-16	22
Olhanense	21	7	8	6	16-16	22
Almada	21	10	2	9	27-19	22
Sintrense	21	5	11	5	21-20	21
Barreirense	21	6	8	7	22-20	20
Sesimbra	21	7	6	8	19-20	20
Oriental	21	5	9	7	21-19	19
União de Leiria	21	5	9	7	17-24	19
União de Santarém	21	6	3	12	16-33	15
Lusitano	21	6	3	12	16-33	15
União Sport	21	3	6	12	9-31	12
Torres Novas	21	3	4	14	15-45	10

A ronda próxima: Esp. Lagos-U. Santarém; Juventude-U. Montemor; Sintrense-Peniche; U. Leiria-Marítimo; Montijo-Barreirense; Oriental-Sesimbra; Torriense-Olhanense; Caldas-Lusitano; Estrela-Portimonense e Torres-Novas-Almada.

Portugal

Continuação da pág. 16

ga série de vexames e agressoes, os árbitros locais recusam-se a dirigir qualquer encontro oficial.

Encontros para o nacional futebolístico de juniores: Benfica, 6-Companhia União Fabril, 0: Sanjoanense, 1-Boavista, 3: Académico, 0-F. C. Porto, 0: Nelas, 0-Leixões, 0: Guimarães, 2-Varzim, 1: Lourosa, 1-Amarante, 1: Marco, 0-Braga, 1: Belenenses, 6-Atlético, 0: Peniche, 4-União de Coimbra, 0: Sporting, 0-Vitória de Setúbal, 0: Farense, 3-Sesimbra, 0 e Estrela de Portalegre, 2-S. Luís, 3, Braga (zona Norte) e Benfica (Sul) comandam as séries.

Ronda n.º 3 do Campeonato Nacional de Esperanças, em luta: Atlético de Queluz, 2-Runa, 4: Sporting, 4-Benfica, 4: Dois Portos, 3-Baixa da Banheira, 5. O Sporting tem dois pontos a mais que o Benfica, no topo da ordem pontual.

Esmoriz ligou-se, por mais duas épocas, ao futebol belenense.

Nacional de voleibol da 1.ª divisão: Espinho, 3-C. D. U. P., 2: Desportivo da Póvoa, 0-F. C. Porto, 3: Leixões, 3-Técnico, 0: Benfica, 3-Esmoriz, 0: Nacional de Ginástica, 3-Académica de Coimbra, 1.

Volta à Catalunha: os portugueses Agostinho e Mendes fazendo pela vidinha, agora que se acabou, no pátrio lar, o meio melhor de subsistência. Ontem, no prólogo da corrida espanhola, o ex-leão perdeu 19 segundos (ficou em 13.º) e o antigo benfiquista (16.º) atrasou-se 26 segundos. Na etapa de abertura (Málaga-Fuengirola) Agostinho e Mendes chegaram junto do nono colocado, embora perdendo bom terreno em relação ao triunfador: Karstens, que fez o percurso em menos dois minutos. Portanto, na tabela, Agostinho anda em 12.º e Mendes em 18.º. O fundamental é fazer figura decente perante os patrões da «Teka».

Rescaldo dos processos disciplinares impostos pelo Benfica a Vitor Baptista: 18 dias de suspensão, com perda de vencimentos. Mas, uma compensação: já pode jogar perante o Bavern, substituindo (com muita oportunidade) Vítor Martins, castigado pela U.E.F.A. É caso para dizer: com uma mão se tapa, com outra se destapa...

No rinque da Salesiana, o Sporting deixou o Porto aturdido

Ténis de mesa: mostra para captação de valores, na Escola Pedro de Santarém

Jogos para o nacional secundário de hóquei patinado: Sintra, 3-Educação Física, 1 e Belenenses, 5-F. Benfica, 2. O Belenenses é «leader» destacado: quatro pontos de avanço sobre o Estremoz, competidor mais próximo.

LÁ FORA

MORTE

O antigo esquiador olímpicos francês Jean Pierre Augert figura entre as sete pessoas ontem mortas, em consequência de avalanchas ocorridas nos Alpes Franceses e nos Pirinéus, anunciou a Polícia. Augert encontrou a morte em La Toussuire (Alpes) quando esquiava com dois amigos que escaparam ilesos.

O maior balanço verificou-se em La Mongie (Pirinéus) onde quatro esquiadores morreram, vários ficaram feridos com gravidade e número não determinado está dado por desaparecido.

Dois homens morreram em avalanchas registadas em Meribel e Le Combe du Machon, nos Alpes.

VETO

O Conselho Federal da Federação Italiana de Futebol, ontem reunido em Roma, confirmou o vetó, para a proxima temporada futebolística, de inscrição de jogadores estrangeiros por parte de equipas profissionais italianas.

Tomada de posição idêntica havia sido tomada há uma semana pelo Conselho Directivo da Liga Nacional de Futebol, organismo onde estão filiadas todas as equipas das principais divisões italianas. Este organismo precisou que, através de um inquérito, onze das 16 equipas primodivisionais eram partidárias de se manterem encerradas as fronteiras aos futebolistas estrangeiros, o mesmo acontecendo a 15 dos 20 clubes da segunda divisão.

PUB

JUNTA NACIONAL DOS PRODUTOS PECUÁRIOS

Delegação de Lisboa

Rossio, n.º 45-2.º

AVISO

No dia 25 do corrente, pelas 15 e 30 horas, na Praça D. Pedro IV, n.º 45, 2.º, proceder-se-á à arrematação de farinhas de sangue, carne e osso, miudezas e outros produtos e gorduras industriais de 1.ª e 2.ª a produzir no Matadouro Frigorífico de Lisboa, até 31 de Dezembro do corrente ano.

Igualmente se procederá à arrematação de produção de chifres do ano de 1975.

As condições de arrematação encontram-se patentes na Secretaria de Delegação, e as propostas, em carta fechada, devem dar ali entrada até ao dia e hora acima indicados.

JUNTA NACIONAL DOS PRODUTOS PECUÁRIOS

O Delegado

Geral

Trabalhadores da Moraes contra o afastamento de Nelson de Matos

Na sequência da decisão da Administração da Sociedade Nacional de Tipografia que demitiu Nelson de Matos de director-geral e administrador da Moraes Editores, reuniram-se em plenário, os trabalhadores desta Livraria. Reafirmaram a confiança em Nelson de Matos e decidiram, por maioria, «não aceitar qualquer decisão sobre a composição da sua Administração possa ser tomada sem a sua participação e concordância; repudiar a decisão e a forma como foi tomada, ou seja, sem que os trabalhadores da empresa tivessem sido ouvidos; manifestar inteiro apoio à sua actual Administração; solicitar de imediato entrevistas com o M. C S., M. T., secretário de Estado da Cultura e director-geral da Acção Cultural».

CONSELHO NACIONAL DE CULTURA

Realizou-se no Palácio Foz a reunião do futuro Gabinete Cultural e embrião do Conselho Nacional de Cultura que funcionará como órgão consultivo junto do secretário de Estado da Cultura, ao momento, David Mourão Ferreira.

Foram 15 as personalidades directamente convidadas e que, na totalidade, estiveram presentes na reunião. A saber: o poeta Alexandre O' Neill, os escritores António Rebordão Navarro e Fernando Namora, o investigador e historiador da Cultura José Sebastião da Silva Dias, os pintores Fernando Azevedo e Nikias Skapinakis, escultor Alberto Carneiro, o compositor Jorge Peixinho, pianista Helena Costa, a musicóloga Madalena Azeredo Perdigão, actor Fernando Gusmão, a bailarina Luna Andermatt, o dramaturgo Norberto Ávila e os cineastas António Macedo e Fernando Lopes.

Entretanto, foi considerada provisória a participação da pianista Helena Costa do compositor Jorge Peixinho e do actor Fernando Gusmão, em virtude de compromissos anteriormente assumidos.

Presentes igualmente à reunião Eduardo Prado Coelho e João José Cochofel, respectivamente directores-gerais da Acção Cultural e do Património Cultural.

Entre as instituições culturais a que serão dirigidos convites para designar os respectivos representantes figuram, desde já, a Academia das Ciências de Lisboa, a Academia de Belas-Artes, a Academia Portuguesa de História, a Associação Internacional de Críticos de Arte e a Associação Internacional Críticos Literários (secções portuguesas), a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, a Associação Portuguesa de Críticos, a Associação Portuguesa de Escritores, a Associação das Cooperativas de Cinema, a Associação Portuguesa de Teatro Amador, a Empresa Pública de Radiodifusão Portuguesa, a Fundação Calouste Gulbenkian, o Instituto Português de Cinema a Juventude Musical Portuguesa, a Radiotelevisão Portuguesa, a Sociedade de Língua Portuguesa de Autores, o Teatro Nacional de D. Maria II, o Teatro Nacional de S. Carlos e a representação portuguesa da Unesco.

À MEMÓRIA DE RUBENA.

No número correspondente ao mês de Janeiro da revista Colóquio/Letras, edição da Fundação Gulbenkian, José Augusto França e Jacinto Prado Coelho, abordam a personalidade e alguns aspectos mais destacados do que foi a obra e a personalidade de Ruben Andresen Leitão, em dois artigos sob título comum: «Lembrança de Ruben A.» (1920-1975).

Comboios param à falta de "G-3"

PORTO, 16 — Em virtude de um revisor dos comboios da linha Trindade-Senhora da Hora ter sido agredido por um passageiro a quem pedira o bilhete e que se recusara a pagá-lo, os funcionários da C.P. dessa linha paralisaram ontem as composições a partir das 18 horas e só recomeçaram os circuitos quando a P.S.P. introduziu, em cada composição, dois agentes armados de «G-3».

O facto causou, como é natural, protestos entre os numerosos utentes desta linha, que estranharam o facto de já se não poder fazer uma curtíssima viagem sem a protecção de agentes da autoridade

BOLSA DE LISBOA

VALORES	EFEC.	COMPRA	VENDA
OBRIGAÇÕES DO ESTADO			
Cons. 23/4 %	–	290$	–
Cons. 3 %	320$	320$	325$
Cons. 3 1/2 %	350$	350$	370$
Centenários	800$	800$	810$
Tes. 5 %	825$	820$	–
Tes. 10 %	535$	535$	540$
Extern. 1.ª - s.	–	450$	–
Extern. 1.ª - c.	450$	450$	–
Extern. 3.ª - s.	–	–	–
Extern. 3.ª - c.	–	–	–
Caut. 3.ª - s.	–	–	–
FUNDOS PÚBLICOS			
A. Lx. 6 %	–	760$	–
C.M.L. 5 3/4 %	–	820$	–
C.P. 5 1/2 % 67	–	750$	–
C.P. 5 1/2 % 68	–	750$	–
C.P. 5 1/2 % 69	750$	720$	850$
Corr. 5 3/4 %	–	810$	–
Metr. 5 3/4 %	–	820$	–
Tur. 5 3/4 %	–	815$	–
C.P. 6 3/4 %	835$	830$	–
ELÉCTRICAS			
G. 5 % 58	–	–	–
G. 5 % 59	–	–	–
G. 5 % 62	–	–	–
G. 5 % 63	–	–	–
G. 5 % 64	–	–	–
G. 5 % 65	–	–	–
G. 6 % 67	–	–	–
G. 6 % 69	–	820$	–
G. 7 %	–	850$	–
H.E.A.A. 5 %	–	–	610$
H.E.C. 5 %	–	650$	–
H.E.C. 6 %	–	780$	–
H.E.D. 5 %	–	–	650$
H.E.D. 6 %	–	780$	–
H.E.N.P. 5 %	–	700$	–
H.E.S.E. 5 %	–	–	770$
H.E.S.E. 6 %	–	–	–
H.E.Z. 5 % 57	–	650$	–
H.E.Zèz. 6 %	–	770$	–
N. Elec. 5 %	–	670$	–
N. Elec. 6 %	–	–	–
Termoel. 5 %	620$	610$	630$
U.E.P. 5 % 60	–	–	–
U.E.P. 5 % 63	–	–	–
U.E.P. 6 %	–	760$	–
U.E.P. 7 %	–	800$	820$
DIVERSAS			
A.P.T. 5 % 56	–	–	–
A.P.T. 5 % 58	–	–	–
Lisnave 6 %	–	780$	–
Nitratos 60	–	–	–
Pet. 2.ª e 3.ª	–	860$	–
Sacor 7 %	–	830$	900$
Sacor 5 % 54	–	–	–
Sacor 5 % 60	–	850$	–
Sid. 5 % 2.ª	–	–	–
Sid. 5 % 3.ª	–	–	750$
Sid. 5 % 4.ª	–	–	–
Socel 5 %	–	850$	–
R. Fabril 67	–	830$	–
R. Fabril 68	830$	830$	–
ULTRAMARINAS			
Carbonif. 5 %	–	–	–
Rev. 5 % 57	–	–	–
Rev. 5 % 59-60	–	–	–
Mocambique 5 %	–	–	–
Sonefe 5 %	–	–	–
FUNDOS DE INVESTIMENTOS			
Atlântico	–	–	–
F.I.D.E.S.	–	–	–

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava pouco nublado no Tejo e em geral muito nublado a Sul o vento era fraco.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H

PORTO	7º
P.DOURADAS	
COIMBRA	7º
PORTALEGRE	6º
LISBOA	6º
FARO	12º
FUNCHAL	14º

TEMPERATURAS EXTREMAS

PRAIA DA ROCHA — Máxima 16,0º

F.DE CASTELO RODRIGO — Mínima 04,6º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar 13,5º
Atmosfera 8º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
4.34	4,3 m	10.17	0,5 m
16.58	4,1 m	22.31	0,6 m
Dia 17			
5.15	4,4 m	10.58	0,5 m
17.38	4,2 m	23.12	0,6 m
Dia 18			
5.36	4,4 m	11.39	0,5 m
18.19	4,1 m	23.54	0,6 m

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu geralmente pouco nublado temporariamente muito nublado a Sul do Tejo; o vento era fraco; condições favoráveis à formação de geada nas terras abrigadas de Norte e Centro.

AMANHÃ

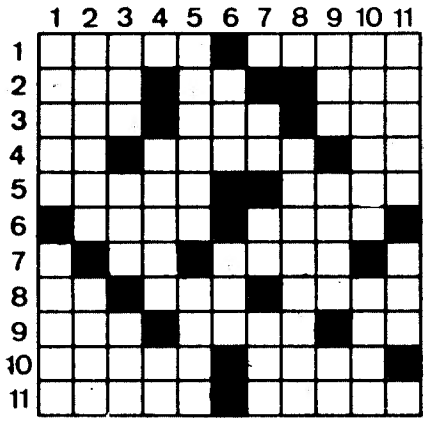
NASCER AS 8.27
OCASO AS 19.16

DIA 22 — DIA 1 — DIA 9 — DIA 16

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 11297



HORIZONTAIS:

1 Demora. Abaixe.
2 Estava. Antiga unidade monetária da Alemanha. Cidade de França.
3 Conjunção. Zombas. Magnete natural.
4 Prasiodímio (s. q.). Distrito da antiga Índia Portuguesa. Prata (s. q.).
5 Terreno coberto de vegetação no meio de um deserto. Invulgar.
6 Juízo. Transfere para outro dia.
7 Abreviatura que se usa em música. Frade catalão que veio a Portugal tratar do casamento de D. Dinis com Santa Isabel. Artigo definido.
8 Item. Livro de versos de António Correia de Oliveira. Lagoa do Estado da Baía (Bras.).
9 Pronome possessivo. Prender com elos. Reis.
10 Junta. Enrubesce.
11 Estado de espírito. Cidade de Itália.

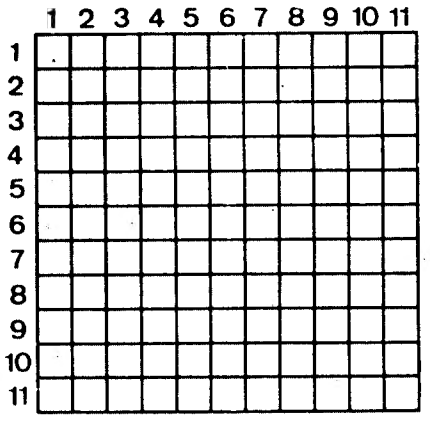
VERTICAIS:

1 Prazo. Fixam a vista em.
2 Aves trepadoras. Pronome definido.
3 Chefe etíope. Fecho as asas para descer mais depressa. Oásis.
4 Abandone. Basta.
5 Destruo. Verdadeiro.
6 Pronome pessoal. Árvore com cuja casca se aromatiza o vinho.
7 Sadia. Amónio (s. q.). Mau cheiro.
8 Pacatos.
9 Peregrino ou romeiro de Meca. Encoleriza. Reis.
10 Nome de fruto. Irritai.
11 Aplaca. Saudável (inv).

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7457



HORIZONTAIS:

1 Guarda segredo. Esmurra-ra.
2 Medida de superfície. Calcanhar.
3 Senhor. Apelido.
4 Ilustre filósofo romano a quem Nero ordenou que abrissem as veias. Ouro (s. q.).
5 Escudeiro. Induz.
6 Agora. O mesmo que uma (ant. e pop.). (Inv.º) Interjeição da ilha das Flores o mesmo que ah! oh!
7 Governanta. Magnete natural.
8 Átomo. Averiguamos.
9 Unir com solda. Bário (s. q.).
10 Indivíduo que chegou aos 21 anos. Macaco.
11 Guarnecer de asas. A Tailândia.

VERTICAIS:

1 Tecido transparente de linho ou algodão. Deslumbra.
2 Aparelho de bestas. Cordas de reboque.
3 Vê. Mulher do filho em relação aos pais dele. O bagaço de que se faz a água-pé.
4 Pronome pessoal. Apreciador.
5 Covil. Mamífero desdentado espécie de tatu.
6 Curara. Cidade da antiga Caldeia.
7 Olé. Desmoronar-se. Nota musical.
8 Tombara. Nome de mulher
9 Preposição e artigo definido (pl). Transpiram. Moderato.
10 Fruto da ateira. Espécie de mangueira do Gabão.
11 Vadiai. Saudáveis.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11296

HORIZONTAIS:

1 DA. AONDE. Cr.
2 Ema. Moirama.
3 Sara. Sa. Rim.
4 Presa. Ria.
5 Ora. Sioba.
6 TODOS. Assa.
7 Apurara.
8 N.S. Mata.
9 Ga. Aí. Atuai.
10 Adagas. Ro.
11 PAGAM. Eon.

VERTICAIS:

1 Déspota. Gap.
2 Amarro. NADA.
3 Areadas. Ag.
4 Ás. Op. Agá.
5 Om. Assumiam.
6 Nós. Rã.
7 Diabo. Ata.
8 Er. Barata.
9 Arrasa. É.
10 CMII. CARO.
11 Rama.las. Ion.

PROVÉRBIO: Aonde todos pagam, nada é caro.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7456

HORIZONTAIS:

1 Afás. Sátão.
2 Rumo. Irra!
3 Murtosa. Dó.
4 AAA. Eva.
5 Pr. Grã. Anos.
6 Aramos. Pó.
7 Lura. Ar. Fia.
8 Pré. Idos. Ad.
9 Ar. Sio. Rã.
10 Rapé. Rampa.
11 Amarraras.

VERTICAIS:

1 Ar. Apalpara.
2 Fumar. Urram.
3 Amua. Are. Pá.
4 Sór. Grã. Ser.
5 Terá. Il.
6 Sio. Amadora.
7 Arse. Oro. Ar.
8 Travas. Sama.
9 Aa. An. Ps.
10 Opiara.
11 Consoada.

BARES • BOITES

DANCINGS

NINA — Dancings com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13 T.elef. 364859/368197. Tina. Stripteaseuse

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264596/264621/264946

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO Q-1

ATÉ ÀS 22 HORAS

AJUDA
Mendes Gomes, Calçada da Ajuda 222 (Tel. 638256).
ALFAMA
Arnali, Rua Escolas Gerais, 88-A (Tel. 863940).
ALVALADE
Sanex, Avenida da Igreja, 91-C (Tel. 717505).
AVENIDA DA LIBERDADE
Nacional, Rua do Salitre, 7 (Telefone 46858).
BAIRRO ACTORES
Nobel, Rua Actor Vale, 53 (à Fonte Monumental) (Tel. 842152).
BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Ascenso, Praça Norte, 11-A (Tel. 311216).
BENFICA
União, Estrada de Benfica, 592 (Tel. 70092).
CAMPO DE OURIQUE
Porfírio, Rua Francisco Metrass, 59-B (Tel. 663349).
ESTEFÂNIA
Estefânia, Rua Pascoal de Melo, 90 (Tel. 44438)
LUMIAR
Central, Rua do Lumiar, 77 (Tel. 790480)
PENHA DE FRANÇA
Dimar, Rua Conde de Monsaraz, 17-B (Tel. 842533).
REGO
G. Silva, Rua Francisco Tomás Costa, 3-C (Tel. 771873)
SANTA CATARINA
Combro, Calçada do Combro, 78 (Tel. 326059).
S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Oliveira Viegas, Rua Viriato, 29-A (próximo do Hotel Sheraton) (Tel. 48966-553601).

TURNO Q-2

TODA A NOITE

ALCÂNTARA
Nogueira, Rua de Alcântara, 5-A (Tel. 637563).
ALVALADE
Rainha Santa, Rua Afonso Lopes Vieira, 57-B (Tel. 765262); **Celta**, Rua Moura Girão, 23-B (Tel. 710621); João XXI, Avenida João XXI, 16-A (Tel. 726462).
ARROIOS
Oriental, Rua Alves Torgo, 2-B (em frente da Igreja de Arroios), (Tel. 45079).
AREEIRO
Avenidas (das), Avenida da República, 27-A (Tel. 533688).
BAIXA
Valadas, Rua da Madalena, 235 (Tel. 872060)
CAMPOLIDE
Oliveira, R. de Campolide, 54-A (Tel. 684424)
CARNIDE
J. Ribeiro, Estrada da Luz, 199-A (Tel. 780969).
ESTRELA
Paivas e Raposo, Rua de Santo António, 96 (Tel. 665196)
PICHELEIRA
Marluz, Calçada da Picheleira, 140-B/ C (Tel. 720703-128395).
OLIVAIS
Simão, Rua Cidade de Cabinda, 16-A (Tel. 310581)
XABREGAS
Salter, Rua de Xabregas, 63 (Tel. 381185)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Almeida Nifo, Av. C.G.Guerra, 64 (T.2112070)
CAXIAS
Nova, R.Bernardim Ribeiro, 1-A (T.242839). Toda a noite
OEIRAS
Oeiras, P.Residencial Dr. Augusto de Castro, lote 10 (T.2430691). Até às 22 horas
NOVA OEIRAS
Leal. Até às 22 horas
CARCAVELOS
Central. Toda a noite
S.DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (T.260085). Até às 22 horas
PAREDE
Macau, R.J.Elias Garcia, 60-C (T.2471785). Toda a noite
S.PEDRO DO ESTORIL
S.Pedro, R.9 de Abril, 24 (T.263052). Toda a noite
AMOREIRA
Amoreira. Até às 22 horas
MONTE ESTORIL
Ostende, R.de Espinho, 1 (T.260391). Toda a noite
CASCAIS
Cordeiro, Av. C.G.Guerra, 40 (T.280170). Até às 22 horas; **A.Costa**, R.Freitas Reis, 24-C (T.280214). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Cavaca, R.Elias Garcia, 209 (T.930019); **Flama**, R.Elias Garcia, 78-B (T.932485); **Confiança**, Av. D.Nuno Álvares Pereira, 15-A (T.938149)
DAMAIA
Damaia, P.Alexandre Gusmão, 9-A (T.970523)
VENDA NOVA
Nova, R.Elias Garcia, 10 (T.972530)
QUELUZ
Gil, Av. Miguel Bombarda, 28 (T.950117)
CACÉM
Rodrigues Garcia, Av. dos Bons Amigos, lote 5-D
MEM MARTINS
Química, E.de Mem Martins, 285 (T.2910012)
S.PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.980456)
SINTRA
Misericórdia, Vila (T.2930391)
COLARES
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L.Coronel Ramos da Costa, 10 (T.234137)
ALHOS VEDROS
Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (T.204250)
ALMADA
Silva Júnior, Av. Frederico Ulrich, 9-2.º, piso E (T.2768030)
BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima, E.Nacional, 244-A (T.204141)
BARREIRO
Moderna, R.D.Henriqueta Gomes de Araújo, 12 (T.2073443)
COVA DA PIEDADE
Castro Rodrigues, L.5 de Outubro, 62 (T.270121)
MOITA
Silva Rocha, P.da República, 16 (T.239029)
MONTIJO
Moderna, R.Bulhão Pato, 60 (T.2310156)
SESIMBRA
Lopes, R.Cândido dos Reis, 31 (T.2233028)
SETÚBAL
Normal do Sul, P.do Bocage (T.23330)
SEIXAL
Godinho, L.da Igreja, 51 (T.2218580)

PORTO

TURNO 26

ATÉ ÀS 22 HORAS

Vilarinha, R.d Vilarinha, 161 **Guerra**, R.de Costa Cabral, 43 **Lemos e Filhos**, P.de Carlos Alberto, 31 **Liga das Ass. Soc. Mútuos**, R.do Bonjardim, 286 **Castro Carneiro**, R.do Padre Cruz, 146 **Henriques**, P.da Batalha, 64-A; **Serpa Pinto**, R.de Serpa Pinto, 645

TODA A NOITE

Moreno, Ld.ª, L.de S.Domingos, 44 **Bonfim**, R.do Bonfim, 73; **Guimarães**, R. de Francos, 37; **Vasques**, R.das Condominhas, 794

COIMBRA

ADRIANA — Praça da República, 20 (Tel. 23609); **OLIVAIS** — Rua BXERNARDO Albuquerque, 259 — (Tel. 22804); **UNIVERSAL** — Praça 8 de Maio, 35 (Tel. 23744).

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

A.B.C.
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Afinal como é?»
COLISEU
21.30 (6 anos)
1.ª Companhia Internacional de Circo 1976
CAPITÓLIO
21.15 (18 anos)
«Mostra-me a Tia Piscina»

LISBOA/Cinemas

CINE-BOLSO
21.30 (18 anos)
«Kermesse Erotica»
S.LUIZ
21.15 (13 anos)
«Bernilde ou a Virgem Mãe»
EUROPA
21.30 (18 anos)
«Júlia e os Homens»
SATÉLITE
21.30 (18 anos)
«Delícias Turcas»
PARIS
21.00 (18 anos)
«Mete o Teu Diabo no Meu Inferno»
OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Cama com Música»
LUMIAR
21.15 (14 anos)
«Até mesmo os Anjos Comem Feijões»
JARDIM
21.15 (13 anos)
«À volta cá te Espero»
PALACIO FOZ
21.00 (13 anos)
«O Caso Paradine»

LINHA DE CASCAIS

ESTORIL
Casino
17.00 e 21.15 (18 anos)
«A Prima»
CASCAIS
Oxford
21.15 (13 anos)
«Estado de Emergência»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (18 anos)
«Inocência e Turbamento»

MEM MARTINS
Cine Chaby
21.00 (18 anos)
«A Prima»
SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (13 anos)
«Um já está... venho outro»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«Semente de Tamarindo»

ALMADA
Academia
21.15 (18 anos)
«Inocência e Turbamento»

LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.30 (18 anos)
«Ras-Roquem Vamos Morrer»

PORTO/Cinemas

ESTÚDIO FOCO
21.15 (10 anos)
«Odisseia no Espaço»
VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«A aina»
BATALHA
21.15 (18 anos)
«Tragam-me a cabeça de Alfredo Garcia»
CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«O Protesto»
COLISEU
21.15 (18 anos)
«Tudo Ficou em Família»
OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«A Grande Luta»
RIVOLI
21.15 (6 anos)
«Sim, Sim, Meu Coronel»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«A Linguagem do Amor»
S. JOÃO
21.15 (18 anos)
«O Oportunista»
ÁGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«Zorro, o Vingador»
ESTUDIO
21.15 (13 anos)
«Tão Sério como o Prazer»
TRINDADE
21.15 (18 anos)
«Sua Ex.ª gostava de saias»
JÚLIO DINIS
21.15 (18 anos)
«Uma Loira Para todos»

COIMBRA

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«Obrigado... avô!»
AVENIDA
21.15 (18 anos)
«Casamento de Padre»
GIL VICENTE
21.15 (13 anos)
«Jeremy, o Primeiro Amor»
S.TEOTÓNIO
21.15 (18 anos)
«Decameron»

cinemas

CASTIL
T. 530194 — 15.30, 18.30, 21.15
(Não acons. m. 18 anos)
AS INSÁCIÁVEIS
C/Doroty Malone
Realização de Alberto de Martino

IMPÉRIO
T. 555134 — 15.15, 18.30, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
Catherine Deneuve, Michael Piccoli
NÃO TOQUES NA MULHER BRANCA
Um filme de Marxo Ferrari
2.ª Semana

ROYAL
T. 865037 — 15.15 e 21.15
(M/ 10 anos
LONGE DA MULTIDÃO

POLITEAMA
T. 326305 — 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30
Não acons. a menores de 13 anos
ERAM TODOS FILHOS DA...MÃE
(Colorido)

VOX
T. 720808 — 14.15, 16.30, 19.00, 21.15
Não acons. men. 18 anos
O MALUQUINHO DO SEXO
um filme de Marco Vicário

MUNDIAL
T. 538743 — 15.15, 18.30, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
CAMILLE 2000
c/ Danielle Gaubert, Nino Castelnuovo

RÁDIO

1.º Programa
15.00 Painel da tarde
18.00 Melodias
18.30 Temas sobre a condição de retornado
19.00 Música variada
20.00 Jornal da noite
21.00 Painel da noite
00.00 Último jornal
00.30 Retrospectiva
01.00 Saída e encerramento dos Regionais do Porto, Norte 1, Coimbra, Faro, Guarda, Covilhã, Viseu, Ponta Delgada e Horta — música na noite
02.00 Música na noite

2.º Programa
16.00 Transmissão dos dois primeiros actos da ópera «O Noivado no Convento», de Prokofieff
17.25 Música de câmara
18.00 Música portuguesa
19.00 Obras de Carl Philipp Emanuel Bach
19.25 «Morte do Bispo de Brindisi», oratória, de Menotti
20.00 «Concerto Brandeburguês», n.º 4, em sol maior, BWV 1049, de Bach
20.25 O pianista Noël Lee
21.00 O canto e os seus intérpretes, por Maria Helena de Freitas
22.00 Música sinfónica
23.00 Intercâmbio musical
23.20 O motete «Exultate, Jubilate», K.165, de Mozart
23.38 Música sinfónica
00.30 Música de câmara
01.00 Fecho

Programa 3
16.00 Emissão Nacional — ela por elas
18.00 Emissão regional — contacto — teatro trágico dos Parodiantes de Lisboa
20.00 Hora e meia
21.30 Quando o telefone toca
23.00 Boa noite

Programa 4
16.00 Música variada
17.00 Canções
18.00 Apenas música
19.00 Em órbita
20.00 Orquestras
21.00 Concerto
22.00 Jazz
00.00 Prisma
02.00 Fecho

RÁDIO RENASCENÇA

Emissão contínua — Onda Média (Lisboa), 233.2 m — 1286 KHz; Modulação de Frequência (Lisboa), 93.2 MHz

CALEIDOSCÓPIO
T. 795093 — 14, 16.30, 19 e 21.15
Para todos
UM ESPADA PARA HOLLYOOD
Um filme de Frank Tashlin
2.ª Semana
Jerry Lewis, Dean Martin

EDEN
T. 320768 — 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
Interdito a menores de 18 anos
AS SOBRINHAS
...os seus inconfessáveis desejos!... jovens, ardentes, sensuais e rebeldes

ODEON
T. 326283 — 15.15, 18.15, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
12.ª Semanas de enchentes
A comédia de sexo e de pecado à solta
COMO CAÇAR UM MARIDO
Um festival malandrices «secretas»
Contém cenas eventualmente chocantes

APOLO 70
T. 763319 — 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
A HISTÓRIA DE FERNÃO CAPELO GAIVOTA
8.ª Semana
Hoje às 24.00 (G. D - 18 anos)
O REGRESSO

CASINO ESTORIL
T. 26 4621 — 18.15, 21.15
(Int. men. 18 anos)
A PRIMA

S. JORGE
T. 54153/4 — 15.15, 18.15 e 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
A SÉTIMA ALVORADA
Uma história de amor e aventura

RESTELO
T. 610375 — 21.00
(Int. men. 18 anos)
METE O TEU DIABO NO MEU INFERNO

AVIS
T. 47163 — 15.30, 18.30 e 21.15
Para todos maiores de 6 anos
OS MALUCOS VÃO À GUERRA
13.ª Semana
Amanhã, o mesmo programa

CARLOS MANUEL — SINTRA
Tel. 2930394 — 15.00, 21.00
Não acons. men. 13 anos
UM JÁ ESTÁ, VENHA OUTRO

ESTÚDIO
T. 555135 — 15.00, 17.00, 19.00 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A FILHA DO GUARDA DA PASSAGEM DE NÍVEL
3.ª Semana

ESTÚDIO 444
T. 779095 — 14.30, 16.45, 19 e 21.15 h
Interdito a menores 18 anos
O RALLY DAS GOZONAS
Este filme contem cenas event. chocantes
8.ª Semana

ROMA
T. 727778 — 15.30, 18.30, 21.15
(Int. men. 18 anos)
AS INSACIÁVEIS
Com Luciana Paluzzi, Robert Hoffman

UNIVERSAL
T. 774402 — 17 e 21 h
Não acons. a menores de 18 anos
SANGUE DE CONDOR
Ás 15.00 e 23.00 h.
Não acons. a menores de 13 anos
QUE VIVA MÉXICO E VIVA CUBA
de Agnes Varda

CONDES
T. 322523 — 14.00, 16.30, 18.45 e 21.45
Não acons. men. 13 anos)
Ele aí está — tremendo — Bud Spencer
O INSPECTOR MARTELADA

BERNA
T. 776098 — 14, 16.30, 19 e 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
«HENNESSY» (O Miliante)
Em 2.ª Semana
um filme de Don Sharpp

LONDRES
T. 801313 — 14.15, 18.00, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
CENAS DA VIDA CONJUGAL
c/ Liv Ulhmann-Bibi Anderson

ROXY
T. 48560 — 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
Interdito a menores de 18 anos
EMILIENNE
Com Betty Mars, Nathalie Gurin
Colorido
AVISO: Este filme contém cenas eventualmente chocantes

TIVOLI
T. 570536 — 15.15, 18.30 e 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
«HENNESSY» (O Miliante)
Um filme de Son Sharp
2.ª Semana

ALVALADE
T. 897480 — 15.30, 18.30 e 21.15
(Não acons. men. 13 anos)
O INSPECTOR MARTELADA

PATHÉ
T. 821933 — 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Int. a men. de 18 anos
7.ª Semana
A ESTALAGEM DO PRAZER
um filme de Alois Brunmer

NIMAS
T. 574362 — 14.15, 16.30, 18.45, 21.45
Não acons. a menores de 13 anos
NÃO TOQUES NA MULHER BRANCA
Um filme de Marco Ferri
2.ª Semana

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

Questão de fé

Fala-se muito dos perigos de um regresso. Fala-se muito dos perigos de um regresso ao fascismo. Fala-se muito. E eu, sinceramente, não acredito.

Admito que haja razões para falar nesse perigo e, acima de tudo, motivos para o tentar impedir. Mas eu, sinceramente, não acredito. Parece-me incrível que um povo apenas saído de uma longa noite de meio século de opressão, de repressão, de fome, de miséria, de ignorância, de abandono, de falta de perspectiva, de tristeza e insegurança, admita que os senhores doutores, em nome da Ordem, da Fé, do Império, da Pátria e da Família, lhes ponham de novo a grilheta nas canelas, as algemas nos pulsos, a rolha na boca. Parece-me pouco admissível que este povo, depois do que viu e ouviu nestes quase dois anos, seja o mesmo povo do antes de Abril. Se deixe mais uma vez cavalgar pelos donos do costume, explorar pelos exploradores do costume, manobrar pelos entrategas do costume, enganar pelos mentirosos do costume.

Fala-se muito dos perigos de um regresso ao fascismo. Não creio. Prefiro acreditar nos homens, prefiro acreditar no povo, prefiro acreditar na clarividência das forças vivas e conscientes deste País. Questão de fé. Por isso sorrio à Primavera próxima. Confiante!

MANUEL DE AZEVEDO

Costa Gomes inaugura estágio político-militar

O chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, general Costa Gomes, presidiu à cerimónia inaugural do Estágio de Instrução Político-Militar que está a decorrer no Instituto de Altos Estudos Militares e no qual participam oficiais do Estado-Maior-General, dos Estados-Maiores dos três ramos das F. A., das Escolas Militares, das Regiões Militares, da Região Aérea e do Comando Naval do Continente, e ainda os directores de instrução da próxima escola de recrutas. Assistiram também à cerimónia membros do Conselho da Revolução e individualidades civis.

Durante a semana, os secretários-gerais dos partidos de maior representatividade irão expor às autoridades militares as suas perspectivas sobre o futuro português imediato. O P. S. e o P. P. D., seguindo-se o P. C. P. na quinta-feira e o C. D. S. e M. D. P. na sexta-feira.

Paralelamente, em sessões de manhã, os oficiais analisarão os principais problemas militares, desde a reestruturação das Forças Armadas até ao papel destas na Revolução.

Pelas características de que se reveste, esta iniciativa é encarada por diversos sectores civis e militares como tendo grande significado político, o qual resulta do facto de militares e civis de várias correntes se reunirem para análise dos problemas políticos do País no momento em que se debatem questões como o Pacto M. F. A.-Partidos, as próximas eleições legislativas e a escolha de um candidato militar à Presidência da República.

Humberto Delgado recordado nos Prazeres

«O general Delgado não morreu, porque os grandes homens não morrem» afirmou o prof. Emídio Guerreiro anteontem no cemitério dos Prazeres, durante a homenagem prestada pela Comissão Executiva que esteve na origem da vinda para Portugal dos restos mortais do general Humberto Delgado, ao ser comemorado o 11.º aniversário do seu assassínio.

Antes, o dr. Carlos Alberto Pinto, da referida Comissão Nacional de Homenagem ao «general sem medo», afirmara que ele tinha sido «o homem que mais assustou Salazar» e o antifascista «que mais fez tremer o regime», concluindo que «nada fez desaparecer essa figura do nosso convívio».

Para Duarte Vidal, igualmente membro da Comissão Executiva de Homenagem ao general, Humberto Delgado foi «o precursor dos capitães de Abril» e o «militar que mais determinantemente combateu o salazarismo». Aquele advogado salientou ainda que a sua acção não se limitara à candidatura à Presidência da República, em 1958, estendendo-se ao exílio, onde desenvolveu uma intensa actividade política destinada a derrubar o regime de Salazar.

A Linha de Sintra é um atraso...

Devido a ter-se avariado, em Algueirão-Mem Martins, uma composição destinada a Sintra (8 e 10), foram suprimidas duas composições, tendo-se registado atrasos em treze unidades.

De acordo com as Relações Públicas da C.P., «das 8 e 10 às 9 e 45 não houve movimento de Sintra para Lisboa».

Unicamente cerca das 10 horas é que «a situação se normalizou». Como de costume, milhares de pessoas chegaram aos locais de trabalho já manhã alta.

Segundo Campinos

Regionalização do Turismo é questão de semanas

«Os estudos para a regionalização do turismo estarão prontos dentro de algumas semanas», anunciou o ministro Jorge Campinos, durante o colóquio efectuado na Casa do Minho, sobre «Regionalismo e defesa nacional». Usaram também da palavra o presidente daquela casa regional, eng. Paulino Magalhães, que lembrou a necessidade de um turismo social que evitasse a saída de divisas e acessível a todas as bolsas; Jorge Araújo, da Comissão do Planeamento da Região Norte, que repetiu um antigo desejo da região: «a constituição de uma Comissão Regional de Turismo, abarcando os distritos do Porto, Viana do Castelo e Braga, em substituição das juntas regionais, que na maioria dos casos não conseguem ultrapassar aspectos bairristas»; o dr. Vaz Vieira e o eng. Barbosa Perdigão, do Gabinete Coordenador de Obras Municipais. Presentes ainda o dr. Carlos Filipe, subsecretário de Estado do Planeamento e outras entidades ligadas ao Turismo.

Jorge Campinos, na sua intervenção, e ainda relativamente à regionalização do Turismo, declarou que «ao nível legal, está já praticamente elaborada, pronto, de resto, o decreto que a criará na Região Centro».

O ministro do Comércio Externo e Turismo, que antes se havia reportado aos «problemas económicos extremamente difíceis» enfrentados pelo VI Governo, falou também das possibilidades da região minhota, sobretudo no que se refere ao Turismo de Inverno, anunciado ser possível que, em breve, ali se desloque o subsecretário de Estado do Turismo, a fim de estudar «in loco» os problemas existentes. Revelou ainda que, no próximo dia 3 de Março, visitará oficialmente a Suécia, a convite de Olof Palme, estando previstas deslocações à R.F.A. e aos Estados Unidos.

RETORNADOS VÃO DEIXAR HÓTEIS

Entretanto nem só de regionalização carece o turismo português, como se pode inferir das declarações feitas por Jorge Campinos ao nosso colega «O Dia». Para o titular da pasta do Comércio Externo e Turismo, a ocupação dos hotéis, sobretudo em Lisboa, pelos portugueses vindos de Angola e Moçambique constitui um problema que terá de ser resolvido com a criação de postos de trabalho ou com a construção de casas.

O problema poderá colocar-se com maior premência a partir de Maio, mês que coincide com o começo da «invasão estival». É, aliás, a partir desse mês (24) que se iniciarão os trabalhos do Congresso da ASTA, a maior organização mundial do ramo turístico.

«Estamos preocupados — alerta Jorge Campinos — porque temos de alojar os congressistas nos hotéis e já encontramos dificuldades».

Embora convencido de que há possibilidades para solucionar humana e dignamente a questão, Campinos vai avisando que, por enquanto, o problema se circunscreve a Lisboa e arredores, mas que no período estival se estenderá a outras cidades do Norte e do Algarve. E, reportando-se ao facto de a maioria dos retornados se encontrar instalada nos hotéis de 4 e 5 estrelas, acentua:

«Não vejo necessidade disso, tanto mais que é precisamente desses hotéis que necessitamos para um certo tipo de turismo. Há outros locais que podem ser ocupados pelos nossos compatriotas».

NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO

O forte dispositivo de segurança formado pela P. S. P. no passado sábado junto das Embaixadas soviética e cubana e da sede do P. C. P. — na sequência da distribuição de panfletos anónimos convidando os retornados a manifestarem-se contra o apoio daqueles dois povos e do Partido Comunista Português à luta do povo angolano contra a U. P. A.-F. N. L. A.-U. N. I. T. A. e a África do Sul não chegou a entrar em acção.

Não se notou qualquer indício de manifestação a não ser uma significativa concentração de trabalhadores junto da sede do P. C. P. com intuitos de garantir a segurança das instalações daquele partido.

Não haverá (por agora) corte de leite a Lisboa

O problema do corte de abastecimento de leite a Lisboa pela Cooperativa de Vagos continua por esclarecer. Segundo informações da Secretaria de Estado de Abastecimento e Preços, foi recebido no gabinete do ministro do Comércio Interno, no passado sábado, um telegrama das organizações da lavoura pedindo uma audiência ao dr. Magalhães Mota. Foi-lhes respondido que essa audiência se poderia realizar às 21 e 30 ou às 16 e 30 de hoje, ou então na próxima quarta-feira, mas ainda não foi obtida qualquer confirmação até à hora de fechar o nosso jornal.

A Secretaria de Estado de Abastecimento e Preços recebeu igualmente um telegrama na passada sexta-feira pedindo uma audiência para hoje. Esta Secretaria de Estado comunicou que era possível a realização da reunião durante o dia de hoje, mas também não tinha confirmação das organizações da lavoura.

Tudo parece indicar, porém, que o corte de leite a Lisboa se encontra adiado, quer porque foram satisfeitas as exigências da cooperativa de Vagos, quer porque a Secretaria de Estado considerou prioritários os abastecimentos das associações de agricultores.

Reconhecimento da R.P. de Angola

Continuação da pág. 1

Toda esta movimentação passa pela defesa dos interesses de Portugal, podendo-se definir a situação em palavras recentes de Lúcio Lara ao afirmar que «o Governo português está a colocar o povo português numa posição extremamente delicada em relação ao povo angolano».

Finalmente, há que destacar que, com exclusão dos Estados Unidos e da China, a esmagadora maioria dos países ocidentais, nomeadamente os europeus incluídos no bloco da C.E.E., começa a preparar a aproximação com Luanda, ultrapassando assim o nosso país numa iniciativa que, não tendo sido o primeiro a tomar, não deverá agora, pelo menos, seu último.

DL

Continuação da pág. 1

e aceitar, com espírito crítico, as decisões do Governo. O Governo — este ou qualquer outro —, considerado como órgão colectivo, está isolado da opinião pública. Separado da realidade social e política por uma muralha burocrática e pelo segredo. Votado, naturalmente, à incompreensão. E se o «segredo» resguarda, por um lado, os seus trabalhos, compromete, por outro lado, a adesão às suas decisões.

Abolida a «censura», mas persistindo uma sensibilidade autoritária não educada para suportar a livre crítica, a situação já de si difícil agrava-se extraordinariamente com a política de «segredo» que tem como directo resultado a indiferença ou a desconfiança, num caso e no outro, a desmobilização da opinião pública.

A «governação secreta» de uma coligação governamental mal cerzida está à mercê das «inconfidências» intencionais. Há que encontrar, no delicado domínio da Comunicação Social, uma solução verdadeiramente democrática para os problemas do «segredo de Governo» e da crítica aos actos da administração pública. Em larga medida a vida nacional vem sendo perturbada por uma «política de segredo» ou de «meia-verdade». Não serão os «relatórios preliminares» do «28 de Setembro», do «11 de Março», do «25 de Novembro», concludentes exemplos desse maquiavelismo frustre da «governação secreta», dessa perigosa maquinação que é a «meia-verdade»?

Nota tome

O MAL E O BEM

1. Os trabalhadores da construção civil cercaram São Bento, vaiaram e não deixaram sair os deputados de alguns partidos. Receberam do Primeiro-Ministro uma resposta que passou à História provocaram a ruidosa «indignação» de determinados jornais e foram apontados como culpados do «lock out» do VI Governo, «por falta de condições de segurança». Tudo ia mal (?).

2. Os retornados invadiram o Ministério dos Assuntos Sociais, deram tiros, um soco na cara de um secretário de Estado e tentaram forçar postos do Governo. Os «indignados» jornais passaram discretamente pelo assunto. Uma comissão de retornados foi recebida cordialmente em São Bento e até agora não se falou em suspensão das actividades do VI Governo, em mudança da capital para o Porto nem em falta de «ordem» e «disciplina». Tudo vai bem (?).

A VOLTA

O jornal «Tempo Novo» e um outro, o «Bandarra», foram as primeiras tentativas da extrema-direita, depois do 25 de Abril, no campo da Imprensa. Com o falhanço do golpe de 28 de Setembro, ambos foram suspensos. Pois bem: a pouco tempo das eleições e, em nome do «pluralismo», dá-se como certo o regresso às bancas do «Tempo Novo», dirigido por um senhor chamado José Hipólito da Costa, irmão do «cartoonista» Quito, autor do cartaz da «Maioria Silenciosa».

INQUIETAÇÕES

Quando o Congresso norte-americano interditou toda a ajuda dos Estados Unidos à F.N.L.A. e à U.N.I.T.A., três países teriam feito sentir ao Governo de Washington a sua «inquietação» e «amargura». Portugal seria um deles. A revelação é de Simon Malley, director-geral da «Atrique-Asie», no editorial do último número daquele semanário:

«Washington, 28 de Janeiro de 1976 — O general George Brown, presidente dos chefes de estado-maior americanos, comparece perante o Comité dos Assuntos Militares (Armed Services Comittee) da Câmara dos Representantes. A sessão foi à porta fechada. Tudo o que a Imprensa soube oficialmente foi que o general Brown, que apoia firmemente Kissinger na necessidade de uma intervenção macica americana contra a República Popular de Angola, declarou aos representantes que três países haviam empreendido diligências junto do Governo Americano para exprimirem as suas inquietações e a sua amargura depois do voto do Congresso interditando toda a ajuda à F.N.L.A. e à U.N.I.T.A. O general citou concretamente os três países: Turquia, Portugal e Marrocos».

Conhecidas as posições do ministro dos Negócios Estrangeiros sobre o assunto, custa-nos a crer que tais «inquietações» tenham carácter oficial.